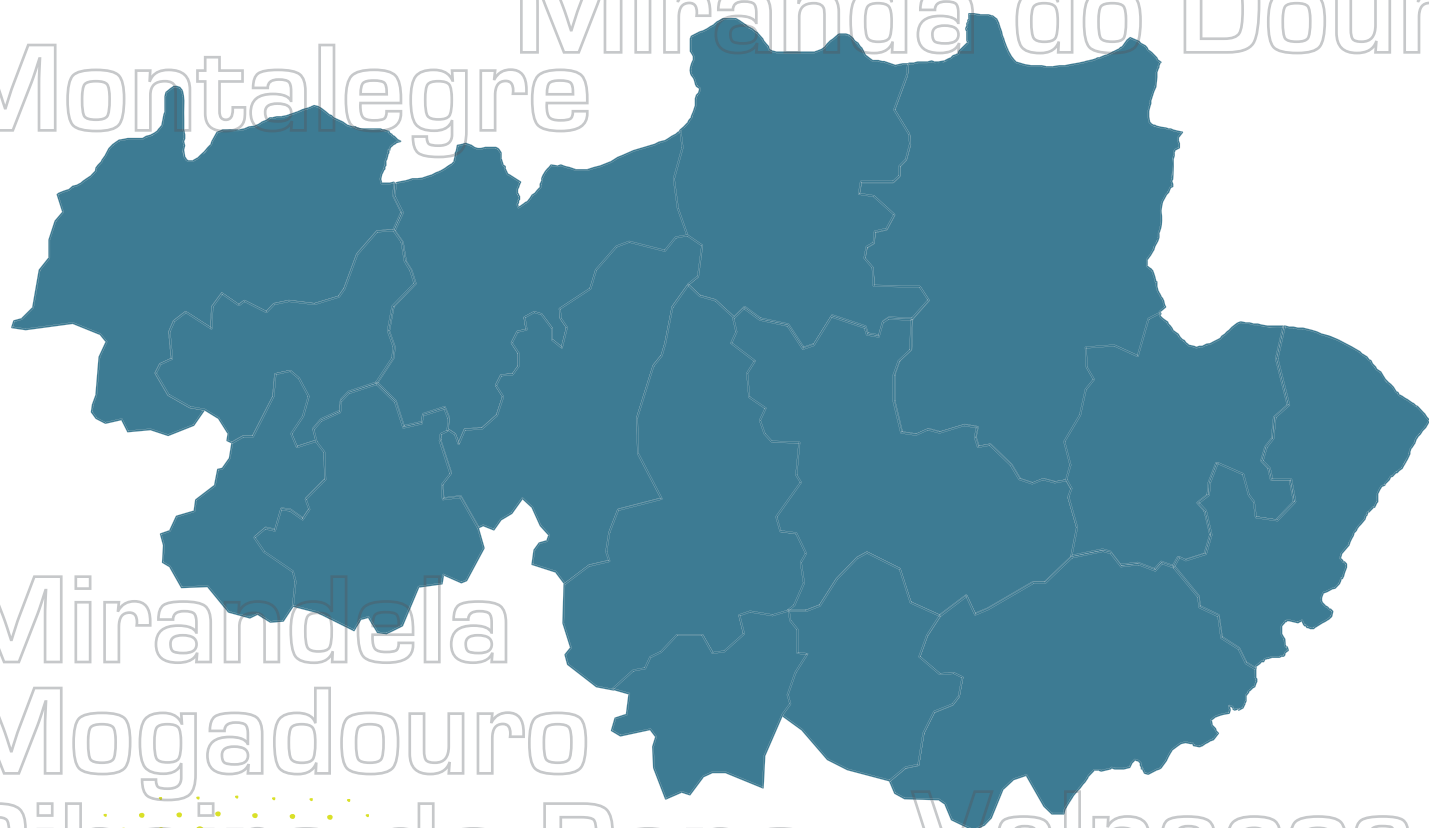


Alfandega da Fé  
Bragança Chaves

Boticas

# DIAGNÓSTICO SOCIAL

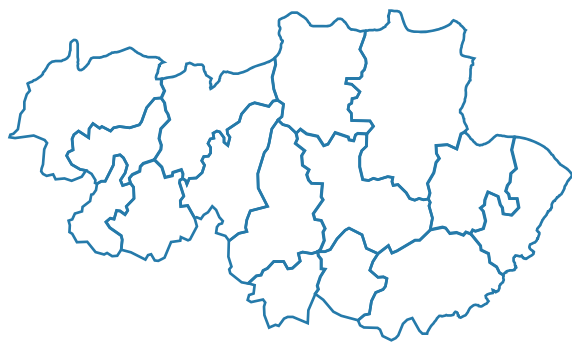
Macedo de Cavaleiros  
Miranda do Douro  
Montalegre



Mirandela  
Mogadouro  
Ribeira de Pena Valpaços  
Vila Pouca de Aguiar  
Vimioso Vila Flor  
Vinhais

Plataforma Supraconcelhia  
de Alto Trás-os-Montes

# FICHA TÉCNICA



## Plataforma Supra Concelhia de Alto Trás-os-Montes

**Coordenação:**

**ISS, IP - Centro Distrital de Bragança**

**Autoria:**

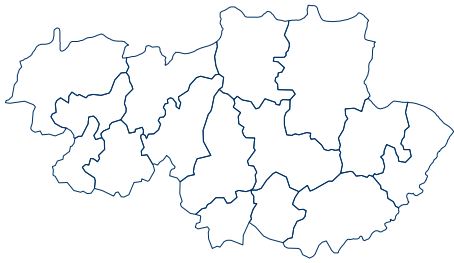
**ISS, IP - Centro Distrital de Bragança - Isabel Bernardo**

**Conselho Local de Acção Social de Bragança - Sérgio Ferreira**

**REAPN - Núcleo Distrital de Bragança - Pedro Guerra**

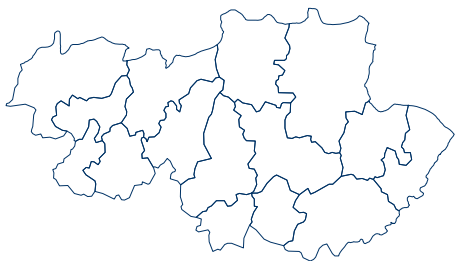
**Apoio Gráfico:**

**ISS, IP - Centro Distrital de Bragança - José Carlos Vasco Jecas**



## Índice

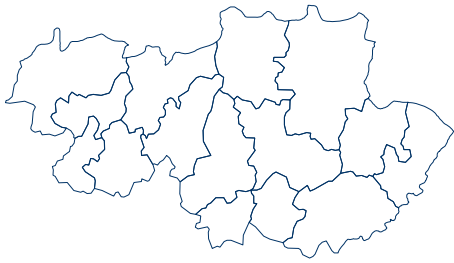
PREÂMBULO.....	2
INTRODUÇÃO .....	4
ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO DA PLATAFORMA .....	6
DEMOGRAFIA .....	7
EDUCAÇÃO .....	15
SAÚDE .....	18
MERCADO DE TRABALHO.....	21
EMPREGO .....	22
DESEMPREGO .....	23
ACÇÃO SOCIAL.....	32
RESPOSTAS SOCIAIS .....	34
<i>Respostas Sociais por Áreas de Intervenção.....</i>	<i>35</i>
Infância e Juventude.....	37
População Portadora de Deficiência .....	42
População Idosa.....	45
Pessoas Idosas em Situação de Dependência .....	55
Pessoas em Situação de Dependência .....	57
PROTECÇÃO SOCIAL .....	60
RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO .....	62
COMPLEMENTO SOLIDÁRIO PARA IDOSOS .....	67
PROBLEMÁTICAS/EIXOS DE INTERVENÇÃO .....	75



## Preâmbulo

*“Somos seres preocupados em agir, fazer, resolver, providenciar.  
Estamos sempre tentando planejar uma coisa, concluir outra,  
descobrir uma terceira.  
Não há nada de errado nisto – afinal de contas,  
é assim que construímos e modificamos o mundo. (...)”*

Paulo Coelho

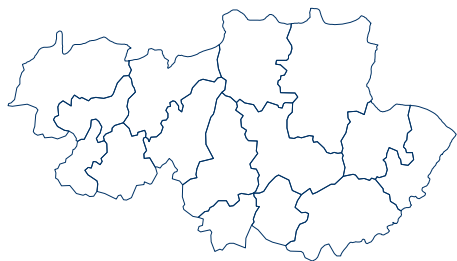


O Diagnóstico Social da Plataforma Supraconcelhia de Alto Trás-os-Montes pretende ser um documento que, ao incluir a identificação das necessidades e a detecção dos problemas prioritários e respectivas causalidades, bem como dos recursos e das potencialidades locais, que constituem reais oportunidades de desenvolvimento, permite uma compreensão da realidade social.

Por ser um instrumento que resulta da participação dos diversos parceiros, facilitador da interacção e da comunicação entre eles, torna-se parte integrante do processo de intervenção, criando as condições sociais e institucionais para o seu sucesso.

Este documento pretende traçar uma caracterização das problemáticas da área geográfica correspondente à NUT III de Alto Trás-os-Montes que, embora em traços gerais, se aproxime o máximo possível da sua realidade, tentando, por um lado, avaliar os riscos de pobreza e exclusão social e por outro lado, identificar quais as situações que obstem ao desenvolvimento social desta região e das suas populações, por forma a concertar estratégias de intervenção que possam contrariar o actual cenário.

Por fim, este documento propõe-se ainda ser um instrumento valioso na concretização das Metas definidas no PNAI 2008-2010.



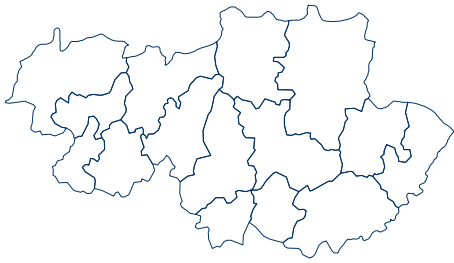
### Introdução

O Decreto-Lei n.º 115/2006, de 14 de Junho, que consagra os princípios, finalidades e objectivos da rede social, bem como a constituição, funcionamento e competência dos seus órgãos, prevê, no seu artigo 32.º, a articulação da Rede Social ao nível Supraconcelhio. Assim, e por forma a garantir a articulação e o planeamento supraconcelhio, são criadas plataformas de âmbito territorial equivalente às NUT III.

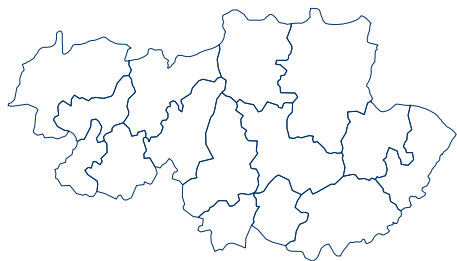
Neste âmbito, foi criada em 15 de Março de 2007, a Plataforma Supraconcelhia de Alto Trás-os-Montes. A NUT III – Alto Trás-os-Montes é uma sub-região estatística portuguesa, parte da Região Norte, dividida entre o Distrito de Bragança e o Distrito de Vila Real. A Plataforma de Alto Trás-os-Montes é constituída por 15 concelhos – 9 (nove) concelhos do Distrito de Bragança e 6 (seis) concelhos do Distrito de Vila Real. Limita a norte e a leste com a Espanha, a sul com o Douro e a oeste com o Tâmega, o Ave e o Cavado. Possui uma área de 8 168 Km<sup>2</sup> e 222 832 habitantes (estimativa de 2007).

A Plataforma Supra Concelhia de Alto Trás-os-Montes pretende ser um espaço aberto ao debate e análise dos problemas sociais locais dos territórios que a integram, a articulação dos instrumentos de planeamento locais com os planos de âmbito nacional em geral, e do PNAI em particular, por forma a concorrer para a operacionalização do(s) mesmo(s).

A Plataforma Supra Concelhia de Alto Trás-os-Montes é constituída por quinze CLAS que correspondem aos quinze Municípios que compõem a NUT III: Alfândega da Fé, Boticas, Bragança, Chaves, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços, Vila Flor, Vila Pouca de Aguiar, Vimioso e Vinhais. É ainda constituída pelas seguintes Entidades: Agrupamento dos Centros de Saúde de Alto Trás-os-Montes I – Nordeste (ACES Nordeste); Associação Empresarial de Portugal (AEP); Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N); Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género



(CCIG); Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP-IN); Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS); Direcção Regional de Educação do Norte - EAE Terra Quente e Baixo Sabor (DREN); Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Norte - Delegação Regional do Nordeste Transmontano (DRAPN); Governo Civil de Bragança; Governo Civil de Vila Real; Rede Europeia Anti-Pobreza – Núcleo Distrital de Bragança (REAPN); Instituto de Segurança Social, IP – Centro Distrital de Bragança (ISS, IP); Instituto de Segurança Social, IP – Centro Distrital de Vila Real (ISS, IP); Instituto do Emprego e Formação Profissional - Centro de Emprego e Centro de Formação Profissional de Bragança (IEFP); Instituto Português da Juventude (IPJ); Direcção-Geral de Reinserção Social (DGRS); União das Misericórdias Portuguesas (UMP); União das Mutualidades (UM); União Geral de Trabalhadores (UGT).



## Enquadramento Geográfico da Plataforma

**O** Alto Trás-os-Montes é uma sub-região estatística portuguesa, parte da Região Norte, dividida entre o Distrito de Bragança e o Distrito de Vila Real. Limita a norte e a leste com a Espanha, a sul com o Douro e a oeste com o Tâmega, o Ave e o Cávado

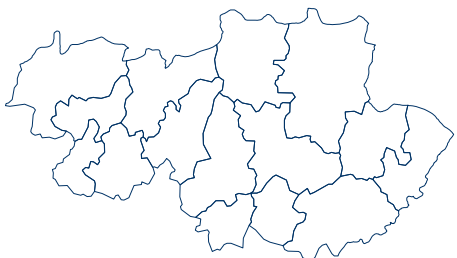
A Plataforma Supra Concelhia de Alto Trás-os-Montes corresponde à NUT III de Alto Trás-os-Montes e é constituída por quinze concelhos: Alfândega da Fé, Boticas, Bragança, Chaves, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços, Vila Flor, Vila Pouca de Aguiar, Vimioso e Vinhais. A NUT III de Alto Trás-os-Montes, em termos do território que a compõe, é a segunda região portuguesa com maior extensão, possuindo uma área total de cerca de 8 465 Km<sup>2</sup>, distribuídos da seguinte forma:

**Quadro 1** – Concelhos da NUT III – Alto Trás-os-Montes, respectiva extensão (Km<sup>2</sup>) e Densidade Populacional (hab/km<sup>2</sup>)

Concelho	Extensão (Km <sup>2</sup> )	Densidade Populacional (Hab/Km <sup>2</sup> )
Alfândega da Fé	321,96	16,67
Boticas	322,41	17,79
Bragança	1 173,93	29,28
Chaves	591,22	74,49
Macedo de Cavaleiros	699,27	23,98
Miranda do Douro	488,36	14,94
Mirandela	658,45	38,66
Mogadouro	757,98	13,57
Montalegre	806,19	14,14
Ribeira de Pena	217,66	32,39
Valpaços	553,06	33,52
Vila Flor	265,52	27,99
Vila Pouca de Aguiar	432,68	34,29
Vimioso	481,47	10,09
Vinhais	694,68	13,51

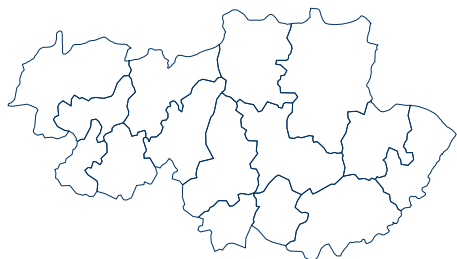
Fonte: INE, Estimativas Anuais da População Residente (2008)





# Demografia



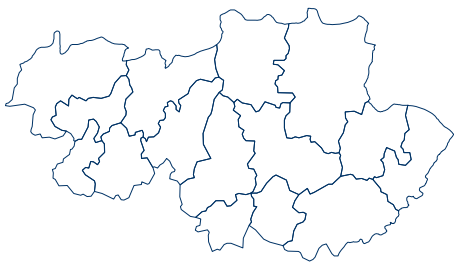


**A**o nível da sua estrutura etária e demográfica, apresentada no Quadro 2 e no Gráfico 1, a NUT III de Alto Trás-os-Montes apresenta a seguinte distribuição da população residente, por escalões etário ou ciclos de vida: 25 063 habitantes possuem entre 0 e 14 anos de idade; 133 739 habitantes possuem entre 15 e 64 anos de idade, encontrando-se como tal na fase activa da sua vida; 54 030 habitantes possuem 65 e mais anos, o que perfaz um total de 222 832 habitantes.

**Quadro 2** – População residente na NUT III Alto Trás-os-Montes (N.º), por local de residência e por escalão etário (ciclos de vida)

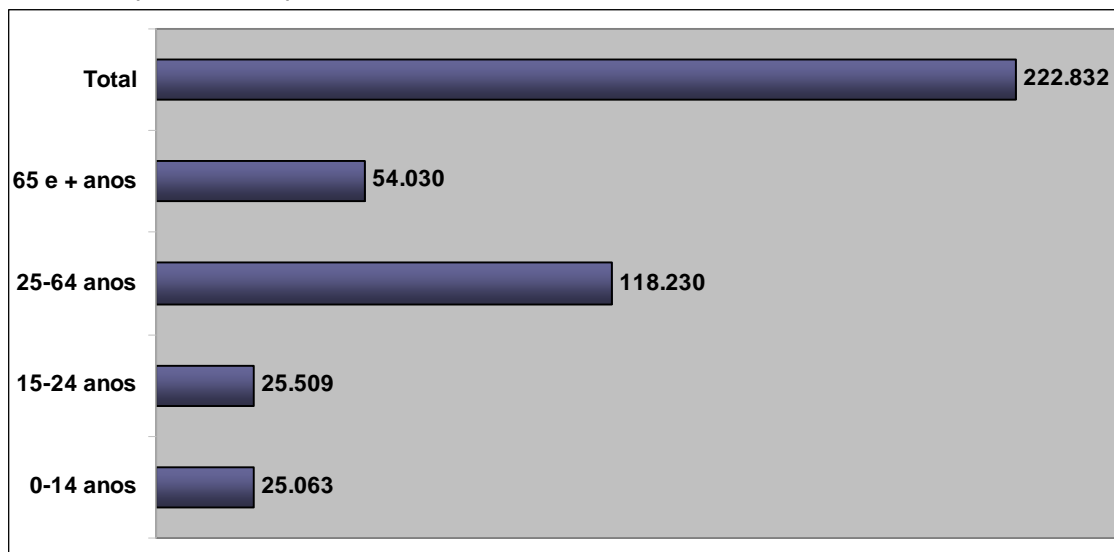
CONCELHO	0-14 anos	15-24 anos	25-64 anos	65 + anos	TOTAL
	HM	HM	HM	HM	HM
Alfândega da Fé	556	573	2.744	1.495	<b>5.368</b>
Boticas	544	672	2.984	1.536	<b>5.736</b>
Bragança	4.359	3.769	19.086	7.161	<b>34.375</b>
Chaves	5.231	5.213	24.077	9.518	<b>44.039</b>
Macedo de Cavaleiros	1.914	1.961	8.833	4.058	<b>16.766</b>
Miranda do Douro	723	671	3.711	2.190	<b>7.295</b>
Mirandela	3.090	3.034	13.718	5.616	<b>25.458</b>
Mogadouro	1.017	1.098	5.263	2.911	<b>10.289</b>
Montalegre	1.120	1.355	5.764	3.163	<b>11.402</b>
Ribeira de Pena	884	907	3.681	1.577	<b>7.049</b>
Valpaços	1.898	2.162	9.548	4.933	<b>18.541</b>
Vila Flor	801	814	4.001	1.816	<b>7.432</b>
V. Pouca de Aguiar	1.705	1.897	7.942	3.293	<b>14.837</b>
Vimioso	434	495	2.301	1.627	<b>4.857</b>
Vinhais	787	888	4.577	3.136	<b>9.388</b>
<b>TOTAL</b>	<b>25.063</b>	<b>25.509</b>	<b>118.230</b>	<b>54.030</b>	<b>222.832</b>

Fonte: INE, Estimativas Anuais da População Residente (2008)



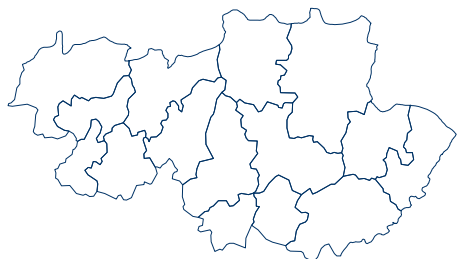
Se considerarmos o rácio número de habitantes por Km<sup>2</sup>, podemos verificar que a densidade populacional da NUT III de Alto Trás-os-Montes, podemos concluir que esta região sofre de um sério défice de população, fruto, por um lado, do êxodo maciço de população jovem em direcção aos grandes centros populacionais para prosseguirem os seus estudos e onde julgam ter maiores oportunidades de emprego e, por outro lado, da fraca atractividade que os concelhos que integram esta região possuem, em termos de mercado de trabalho, o que dificulta, em grande escala, a fixação de população em idade activa nesta região.

**Gráfico 1** – População residente (N.º) na NUT III – Alto Trás-os-Montes, por Escalões Etários (ciclos de vida)



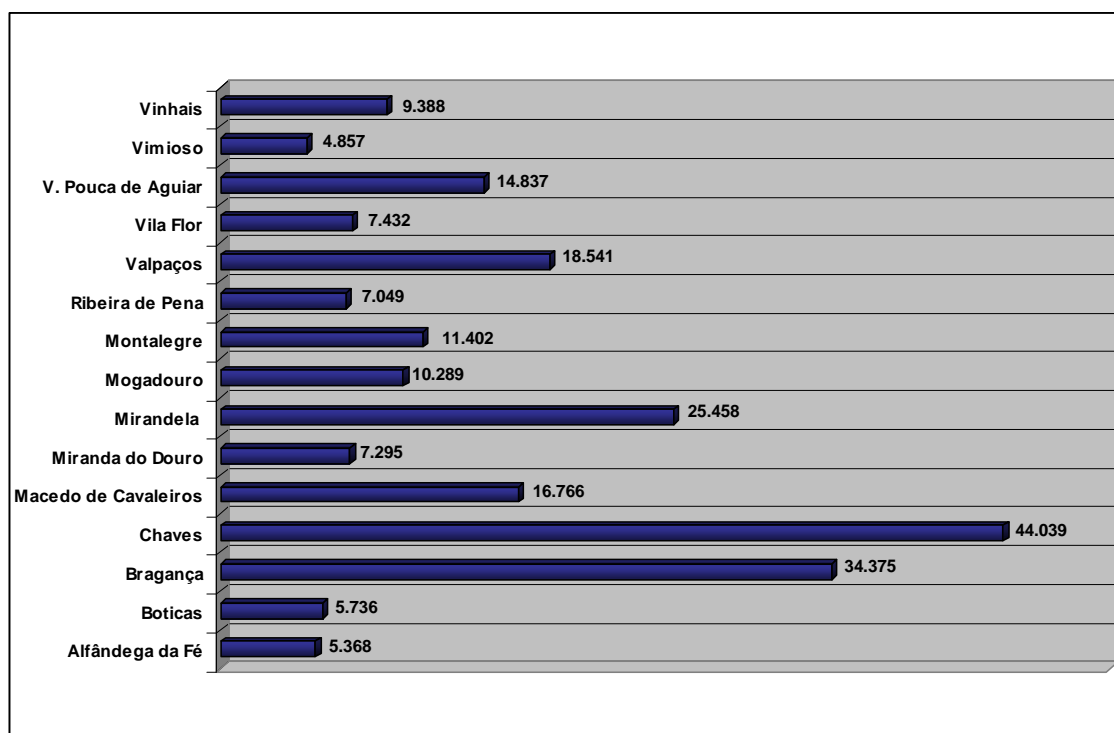
Fonte: INE, Estimativas Anuais da População Residente (2008)

A densidade populacional da NUT III de Alto Trás-os-Montes apresenta valores na ordem dos 26,2 hab/Km<sup>2</sup>, o que constitui um valor muitíssimo baixo, comparativamente com a densidade populacional da NUT I Portugal e da NUT II Norte, que apresentam valores na ordem dos 115,4 e 176,0 hab/Km<sup>2</sup>, respectivamente.

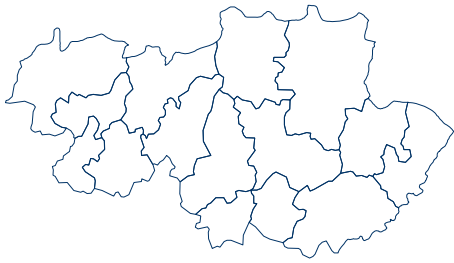


Dos quinze concelhos que compõem a NUT III de Alto Trás-os-Montes, o mais populoso é o concelho de Chaves, com um total de 44 039 habitantes, seguido do concelho de Bragança, com 34 375 habitantes e o de Mirandela com 25 458 habitantes. Já em termos de densidade populacional, o concelho de Chaves mantém o primeiro lugar do ranking, com uma densidade populacional de 74,5 hab/Km<sup>2</sup>, seguindo-se o concelho de Mirandela, com 38,7 hab/Km<sup>2</sup> e o de Vila Pouca de Aguiar, com 34,3 hab/Km<sup>2</sup>.

**Gráfico 2** – Total População residente (N.º), por local de residência

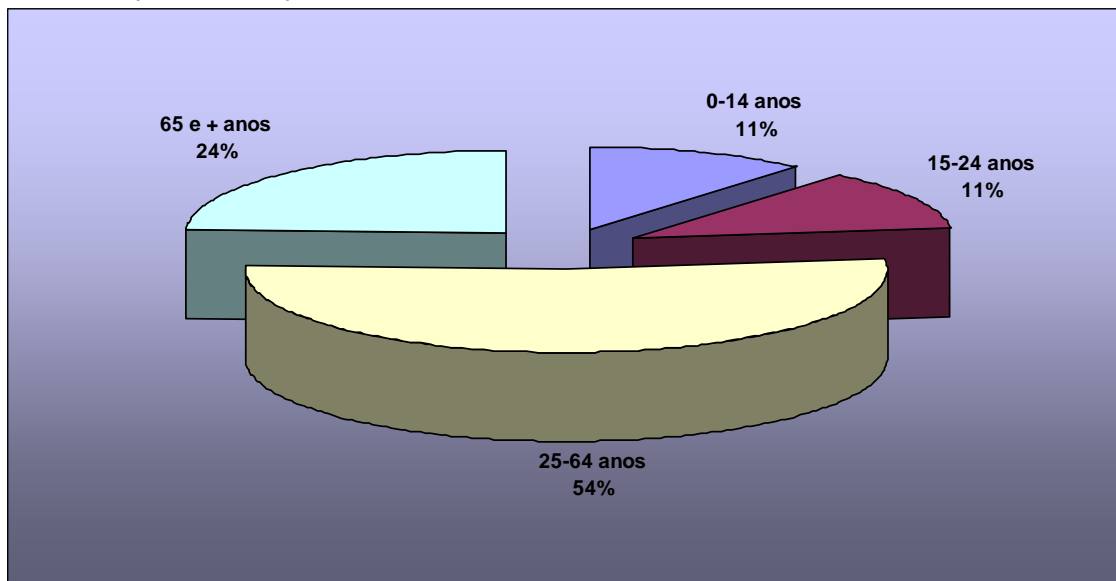


Fonte: INE, Estimativas Anuais da População Residente (2008)



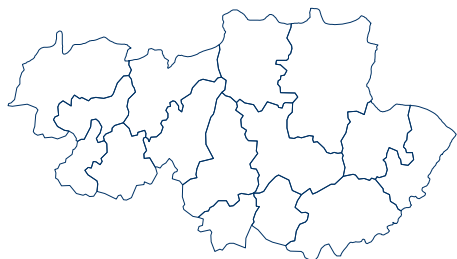
Existe um nítido desequilíbrio entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos, que apenas representam 11,2% do total da população residente na NUT III de Alto Trás-os-Montes, e o número de pessoas com 65 e mais anos que representam 24,2% do total da população residente na NUT, uma valor que representa mais do dobro do correspondente à população jovem. Os restantes 64,6%, a maioria da população, situa-se entre os 15 e 64 anos, período por excelência da idade activa.

**Gráfico 3** – População residente (%) na NUT III – Alto Trás-os-Montes, por Escalões Etários (ciclos de vida)



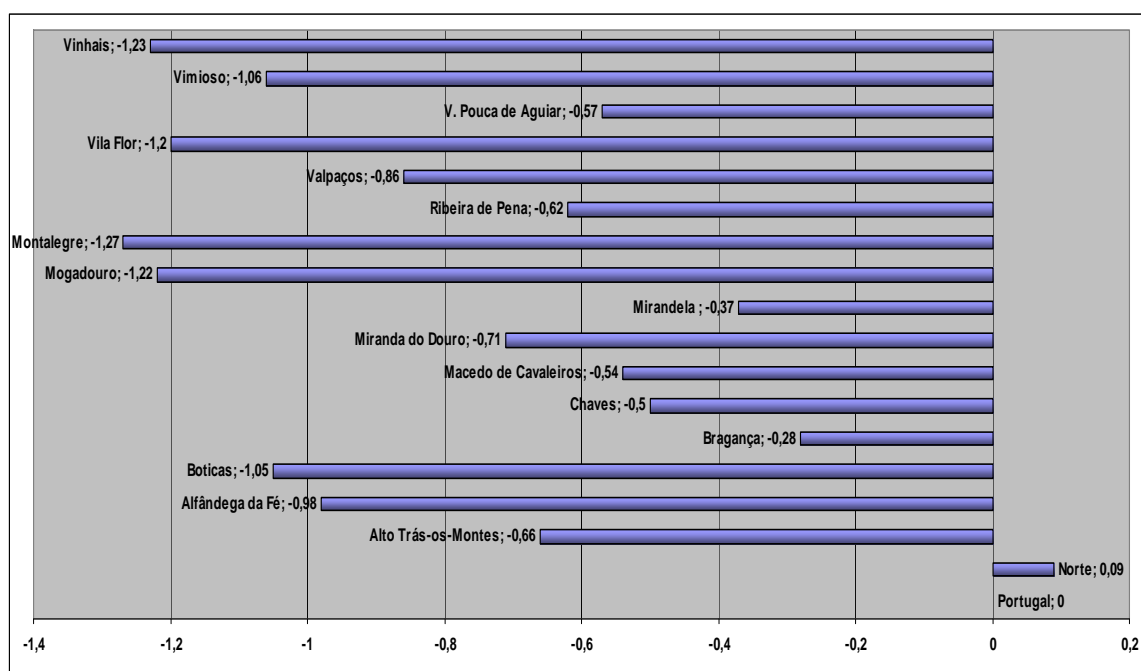
Fonte: INE, Estimativas Anuais da População Residente (2008)

A taxa de crescimento natural, mostra-nos que a taxa de crescimento natural da plataforma (2008) é negativo (-0,66), assim como nos 15 concelhos que compõem a NUT III de Alto Trás-os-Montes. No Norte esse crescimento foi positivo, embora com um valor relativamente baixo de 0,09.



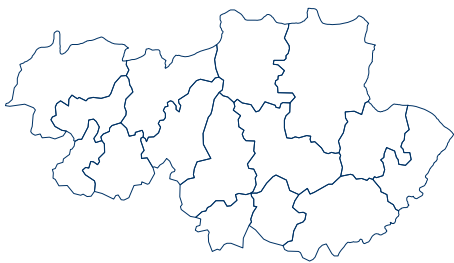
Os Concelhos onde se verificou o pior registo foram Montalegre (-1,27), Vinhais (-1,23), Mogadouro (-1,22) e Vila Flor (-1,20).

**Gráfico 4** – Taxa de Crescimento Natural, por concelho da NUT III – Alto Trás-os-Montes



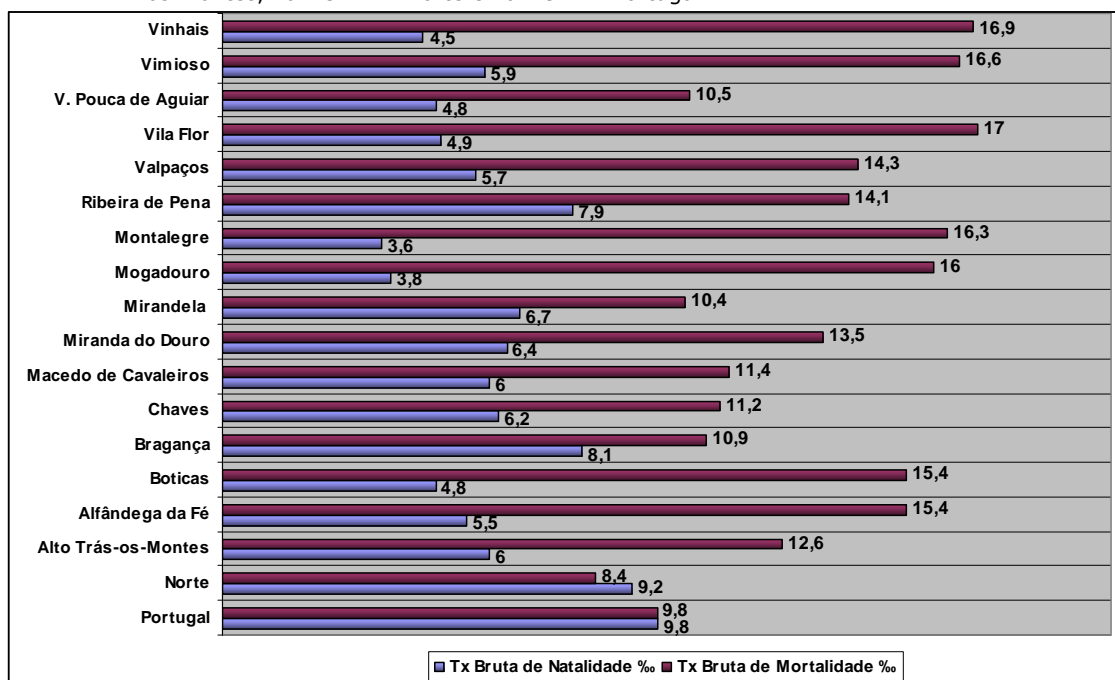
Fonte: INE, Estimativas Anuais da População Residente (2008)

A Taxa Bruta de Natalidade é, em todos os concelhos da NUT III de Alto Trás-os-Montes, inferior à média Nacional, que regista 9,8%, e também da NUT I - Norte que regista 9,2%, sendo os de Bragança e Ribeira de Pena os que apresentam valores mais elevados com 8,1% e 7,9%, respectivamente. No campo oposto situam-se os Concelhos de Montalegre (3,6%) e Mogadouro (3,8%).



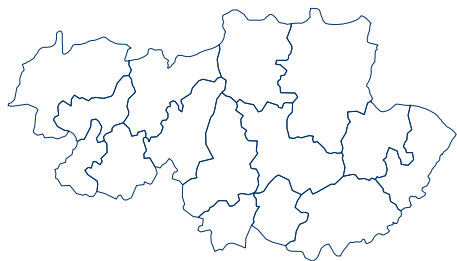
Pelo contrário, a taxa bruta de mortalidade registada na NUT III Alto Trás-os-Montes é superior às registadas na NUT I Portugal 9,8% e na NUT II Norte 9,2%, sendo os mais próximos dessas percentagens os registados nos concelhos de Mirandela (10,4%), Vila Pouca de Aguiar (10,5%) e Bragança (10,9%). Os concelhos com maior taxa bruta de mortalidade são Vila Flor – 17%, Vinhais 16,9% e Vimioso 16,6%.

**Gráfico 5 – Taxa Bruta de Natalidade e Taxa Bruta de Mortalidade, por concelho, na NUT III Alto Trás-os-Montes, na NUT II – Norte e na NUT I - Portugal**



Fonte: INE, Estimativas Anuais da População Residente (2008)

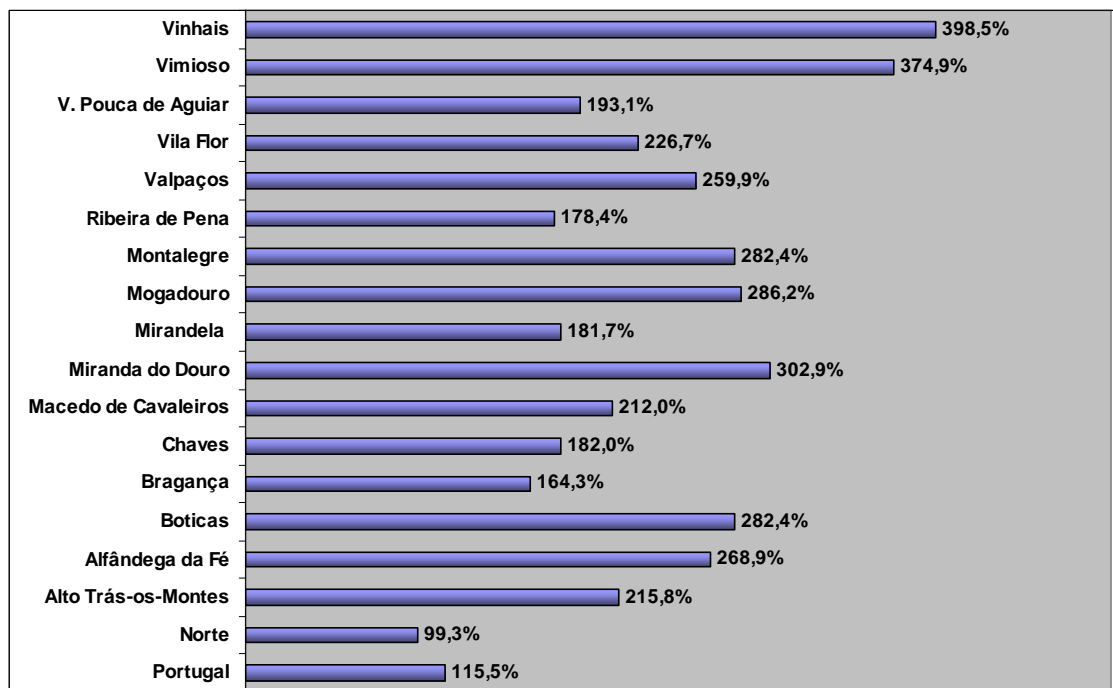
A distribuição da população residente por escalão etário confirma o elevado índice de envelhecimento dos concelhos integrantes da Plataforma uma vez que um total de 24% da população, que corresponde a 54 030 residentes, se situa no escalão etário dos 65 ou mais anos, sendo que apenas cerca de 11% da população possui entre 0 e 14 anos.



O índice de envelhecimento a nível Nacional situa-se nos 115,5%, ou seja em cada 100 crianças e jovens existem 115 pessoas idosas (com mais de 65 anos). Por seu lado, na Zona Norte o valor praticamente se equivale (99,8%) onde para cada 100 crianças e jovens existe um rácio de 99,8 pessoas idosas.

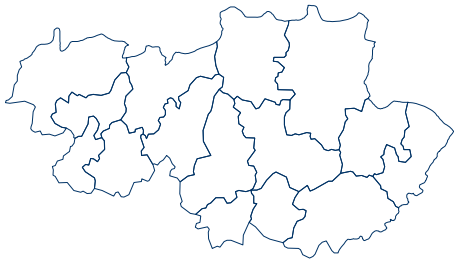
Para a região de Alto Trás-os-Montes o índice dispara para 215,8%. Os concelhos mais envelhecidos são os de Vinhais (398,5%) Vimioso (374,9%) e Miranda do Douro (302,9%).

**Gráfico 6** – Índice de Envelhecimento por concelho, na NUT III Alto Trás-os-Montes, na NUT II – Norte e na NUT I - Portugal



Fonte: INE, Estimativas Anuais da População Residente (2008)



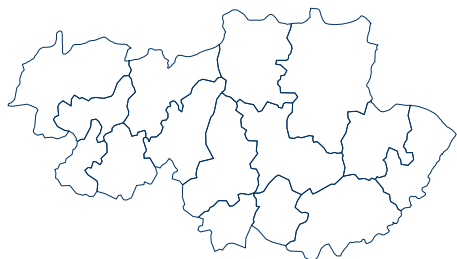


## Educação



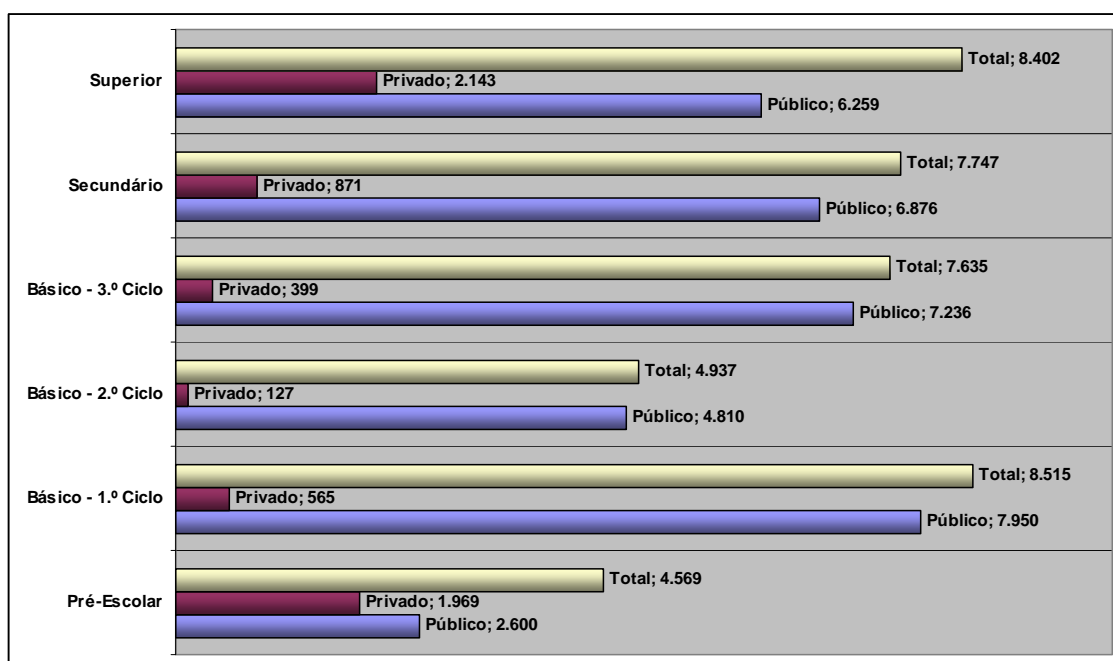
*“Todos têm direito à educação (...).”*  
*“O Estado promove a democratização da educação e as demais condições para que a educação, realizada através da escola e de outros meios formativos, contribua para a igualdade de oportunidades, a superação das desigualdades económicas, sociais e culturais, o desenvolvimento da personalidade e do espírito de tolerância, de compreensão mútua, de solidariedade e de responsabilidade, para o progresso social e para a participação democrática na vida colectiva.”*

*Artigo 73.º, n.º 1 e 2, da CRP*



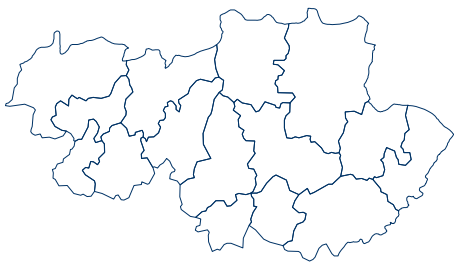
No que respeita à distribuição da população estudante residente, por nível de ensino, verificamos que 4 569 frequentam o ensino pré-escolar, 8 515 o ensino básico 1.º ciclo, 4 937 o 2.º ciclo, 7 635 o 3.º ciclo, 7 747 o ensino secundário e 8402 o ensino superior.

**Gráfico 7** – População Estudante Residente na NUT III – Alto Trás-os-Montes, por Nível de Ensino Ministrado e Natureza Institucional

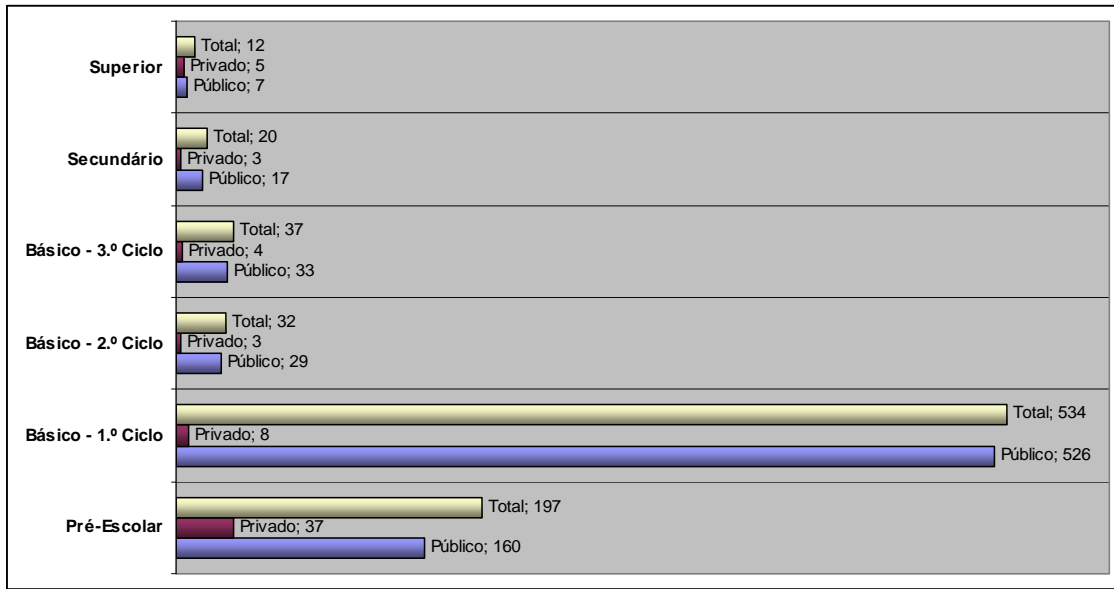


Fonte: INE, Estimativas Anuais da População Residente (2008)

Em todos os níveis é superior o número de alunos do ensino público, cabendo ao pré-escolar e ao ensino superior os únicos valores relevantes de registo quando comparados com os do ensino público.

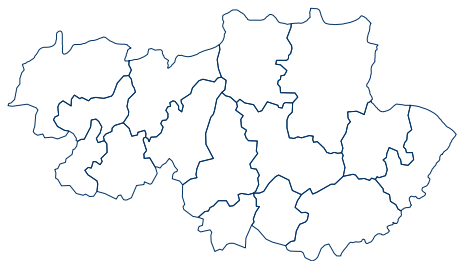


**Gráfico 8 – Estabelecimentos de Ensino (N.º), por Nível de Ensino Ministrado e Natureza Institucional**



Fonte: INE (2005)

Existem nos concelhos que formam a Plataforma 12 Estabelecimentos de ensino superior, 20 de ensino secundário, 37 de ensino básico 3.º ciclo, 32 de ensino básico 2.º ciclo, 534 de ensino básico 1.º ciclo e 197 de pré-escolar. Uma vez mais a esmagadora maioria referem-se ao ensino público apenas se aproximando ao nível do ensino pré-escolar e ensino superior.

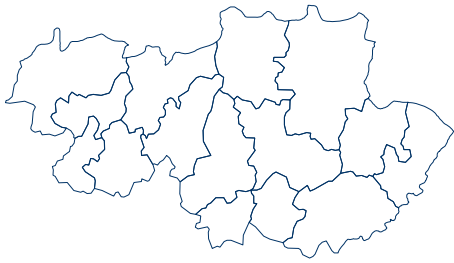


# Saúde



*“Todos têm direito à protecção da saúde  
e o dever de a defender e promover”*

*Artigo 64.º, n.º 1 da CRP*



**N**os indicadores de Saúde, a NUT III de Alto Trás-os-Montes apresenta valores idênticos aos da média nacional e ligeiramente superiores à zona Norte no que se refere ao número de farmácias por 1000 habitantes.

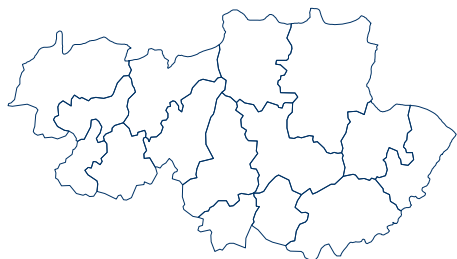
No que se refere ao número de enfermeiros por 1000 habitantes verificam-se inclusive valores superiores aos da média nacional e da zona norte. Contudo, no que se refere ao número de médicos por 1000 habitantes verifica-se a situação inversa, uma vez que o valor existente para a NUT III de Alto Trás-os-Montes fica muito aquém dos valores aferidos que para a NUT II – Norte (3,4), quer para a NUT I – Portugal (3,7).

**Quadro 3** – Indicadores de Saúde na NUT III – Alto Trás-os-Montes, NUT II – Norte e NUT I – Portugal

Designação do Indicador	Portugal	Norte	Alto Trás-os-Montes
Farmácias por 1000 habitantes	0,3	0,2	0,3
Enfermeiros por 1000 habitantes	5,3	5,1	6,8
Médicos por 1000 habitantes	3,7	3,4	2,3

Fonte: INE, Estatísticas do Pessoal de Saúde (2008)

Em matéria de Indicadores de Saúde, ao nível da NUT II – Norte, as mais elevadas taxas de cobertura em termos de infra-estruturas de saúde, situam-se na zona do Grande Porto. No entanto, a NUT III de Alto Trás-os-Montes possui uma taxa de cobertura razoável neste âmbito, resultante, no caso dos concelhos que sofrem as agruras da interioridade, da importância dada aos serviços médicos de proximidade, perante a ausência, em muitos casos, ou a elevada distância geográfica relativamente aos hospitais centrais.



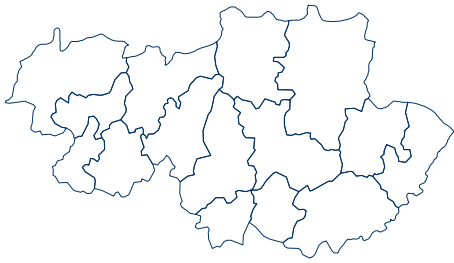
Os concelhos que compõem a NUT III de Alto Trás-os-Montes são servidos por 1 Centro Hospitalar (Centro Hospitalar do Nordeste) constituído pelas Unidades Hospitalares de Bragança, Macedo de Cavaleiros e Mirandela. São ainda servidos pela Unidade Hospitalar de Chaves, que pertence ao centro Hospitalar de Trás-os-Montes e pelo Hospital de Valpaços (Hospital de Nossa Senhora da Saúde), tratando-se este último de um Hospital Privado.

**Quadro 4** – Indicadores de Saúde na NUT III – Alto Trás-os-Montes

Designação do Indicador	Valor
N.º de Centros Hospitalares	1
N.º de Unidades Hospitalares	5
N.º Centros de Saúde	17
N.º Centros de Saúde com Internamento	2
N.º Extensões de Centros de Saúde	63
N.º de Farmácias	64

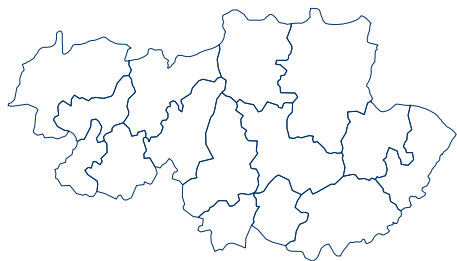
Fonte: INE, Estatísticas do Pessoal de Saúde (2008)

Todos os concelhos pertencentes à NUT III de Alto Trás-os-Montes são servidos por um Centro de Saúde e respectivas extensões, num total de 63, com exceção dos concelhos de Bragança e Chaves, onde existem dois Centros de Saúde. Existem ainda 63 Farmácias e Postos Farmacêuticos Móveis, cujo rácio por 1000 habitantes resulta no valor 0,3, idêntico ao valor da NUT I – Portugal e ligeiramente superior ao da NUT II – Norte.



## MERCADO DE TRABALHO

**O** Mercado de Trabalho relaciona aqueles que procuram emprego e aqueles que oferecem emprego num sistema típico de mercado onde se negocia para determinar os preços e quantidades de um bem, o trabalho. O seu estudo procura perceber e prever os fenómenos de interacção entre estes dois grupos tendo em conta a situação económica e social do país, região ou cidade.



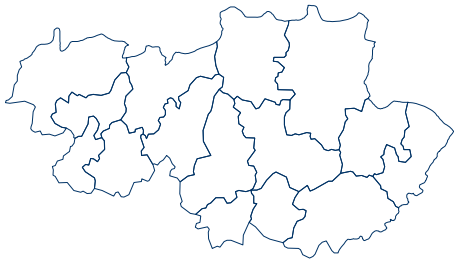
## Emprego

*“População empregada é o conjunto de população que produz trabalho em troca de benefícios na forma de dinheiro ou outro.”*

**N**o 2º trimestre de 2009, o emprego na Região do Norte diminuiu 4,0% face ao trimestre homólogo do ano anterior (quebra que equivale a menos cerca de 74 mil indivíduos empregados). Face ao primeiro trimestre de 2009, a contracção do emprego regional foi de 1,3% (menos 24 mil empregados). Em termos homólogos, o recuo do emprego na Região do Norte no 2º trimestre veio agravar a tendência observada no trimestre anterior (-1,9%). A nível nacional, o emprego registou, no 2º trimestre, uma contracção de 2,9% face ao trimestre homólogo.

Por ramos de actividade, em termos homólogos, o maior contributo para o recuo do emprego na Região do Norte continuou a ser proveniente das indústrias transformadoras, que no 2º trimestre contavam com menos 36 mil indivíduos empregados do que um ano antes (-7,7%). O sector primário perdeu, face ao trimestre homólogo do ano passado, cerca de 11 mil empregados, destacando-se ainda a destruição de emprego na saúde e apoio social (cerca de - 8 mil empregados), no alojamento e restauração (*idem*) e na administração pública, defesa e segurança social obrigatória (-7 mil). Ao contrário, cresceu o emprego nos transportes e armazenagem (+8 mil indivíduos, em termos homólogos) e na educação (+7 mil).





## Desemprego

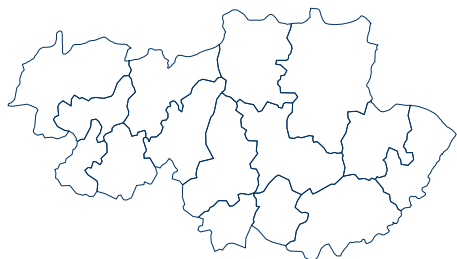
*“População desempregada é o segmento da população activa que está privada involuntariamente de emprego e que o procura.”*

No 2º trimestre de 2009, os níveis de desemprego da Região do Norte voltaram a agravar-se e a distanciar-se da média nacional. A taxa de desemprego na Região do Norte foi de 10,5%, valor que compara com 10,1% no trimestre imediatamente anterior e com 8,2% há um ano. A nível nacional, a taxa de desemprego atingiu 9,1% (contra 8,9% no 1º trimestre e 7,3% há um ano).

A taxa de desemprego masculina voltou a sofrer um acréscimo mais acentuado, fixando-se, na Região do Norte, em 9,9% (mais sete décimas de ponto percentual do que no trimestre anterior), enquanto a taxa feminina atingiu 11,3% (acrécimo de 3 décimas de p.p.). O acréscimo dos níveis de desemprego na Região do Norte fez-se também sentir para todos os níveis de escolaridade. A menor taxa de desemprego continua a ser observada entre os indivíduos habilitados com o ensino superior (7,8% no 2º trimestre). Curiosamente, a taxa de desemprego dos jovens (menores de 25 anos) sofreu uma redução, de 23,1% para 19,7%, entre trimestres consecutivos.

A estimativa de população desempregada avançada pelo INE para a Região do Norte é de cerca de 207 mil indivíduos. Este valor é considerado próximo da média mensal do desemprego registado (número de desempregados inscritos nos Centros de Emprego do IEFP) no 2º trimestre, a qual atingiu cerca de 215 mil indivíduos.

De acordo com o INE, a população desempregada residente na Região do Norte registou, no 2º trimestre, um crescimento de 25,7% face ao trimestre homólogo do ano passado, correspondente a mais 42 mil desempregados (sendo mais 27 mil homens e mais 15 mil mulheres). O desemprego de longa duração representava, no 2º trimestre, cerca de 49% do desemprego total da Região do Norte, contra 46% no trimestre anterior e 55% há um ano.



No segundo trimestre, manteve-se praticamente inalterado o número de concelhos da Região do Norte nos quais se observava um crescimento do Desemprego Registado face ao trimestre homólogo: eram 76 os concelhos nessa situação.

No entanto, aumentou bastante o número de concelhos com aumentos particularmente acentuados do Desemprego Registado (número de indivíduos inscritos nos Centros de Emprego do IEFP). No segundo trimestre, mais de metade dos concelhos desta região (44, num total de 86 concelhos) tiveram um crescimento do Desemprego Registado superior a 20% em termos homólogos, situação que no primeiro trimestre só ocorrera em 27 concelhos. Em Julho, contavam-se já 50 concelhos, na Região do Norte, onde o Desemprego Registado crescia acima de 20% face ao mês homólogo do ano passado.

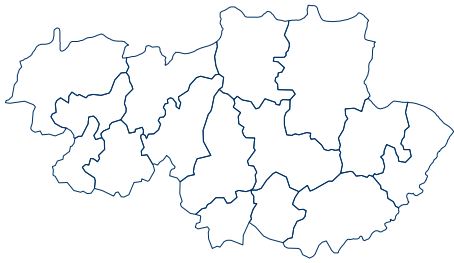
Globalmente, na Região do Norte, o Desemprego Registado (média trimestral dos valores em fim de mês) conheceu no 2º trimestre um crescimento de 25,4% face ao trimestre homólogo do ano anterior. A parte ocidental da Região do Norte continua a concentrar a maioria dos concelhos com mais forte crescimento do Desemprego Registado.<sup>1</sup>

**Quadro 5** - Desemprego registado, por concelho, e respectiva variação anual (2007/2009)

CONCELHOS	Jul-07	Jul-08	Variação	Jul-09	Variação
Alfândega da Fé	256	224	- 12,5%	234	4,5 %
Boticas	175	176	0,6%	208	18,2 %
Bragança	1339	1.207	- 9,9%	1.489	23,4%
Chaves	1712	1.627	- 5%	2.058	26,5%
Macedo de Cavaleiros	727	657	- 9,6%	720	9,6%
Miranda do Douro	150	167	11,3%	182	9%
Mirandela	998	1.185	18,7%	1.162	- 1,9%
Mogadouro	295	333	12,9%	340	2,1%
Montalegre	267	246	- 7,9%	249	1,2%
Ribeira de Pena	412	415	0,7%	378	- 8,9%
Valpaços	584	594	1,7%	723	21,7%
Vila Flor	303	286	- 5,6%	319	11,5%
V. Pouca de Aguiar	489	554	13,3 %	612	10,5%
Vimioso	124	124	0	166	33,9%
Vinhais	313	336	7,3 %	333	- 0,9%
<b>TOTAL</b>	<b>8144</b>	<b>8.131</b>	<b>- 0,2%</b>	<b>9.173</b>	<b>12,8%</b>

Fonte: [www.iefp.pt](http://www.iefp.pt) – Concelhos: Estatísticas Mensais (Julho/2009)

<sup>1</sup> CCDR-N

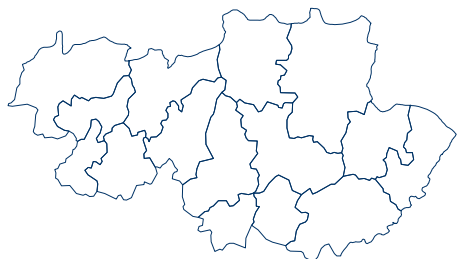


No que respeita aos concelhos que constituem a NUT III Alto Trás-os-Montes, constata-se, de Julho/2008 para Julho/2009 um acréscimo significativo do número de desempregados inscritos nos Centros de Emprego, o que contraria de certa forma, a tendência positiva que se verificava em 2007, como se pode verificar pela análise ao Quadro 5. Dos quinze concelhos que compõem a NUT III Alto Trás-os-Montes, apenas três registaram variações positivas em Julho/2009 relativamente ao período homólogo. Destes, salienta-se o concelho de Mirandela que, depois de assumir o valor mais elevado (18,7%) em termos de variação do número de desempregados, de Julho/2007 para Julho/2008, já de Julho/2008 para Julho/2009, apresenta o segundo valor em termos de variação negativa do número de desempregados.

**Quadro 6** – Desempregados (N.º), por concelho e por género

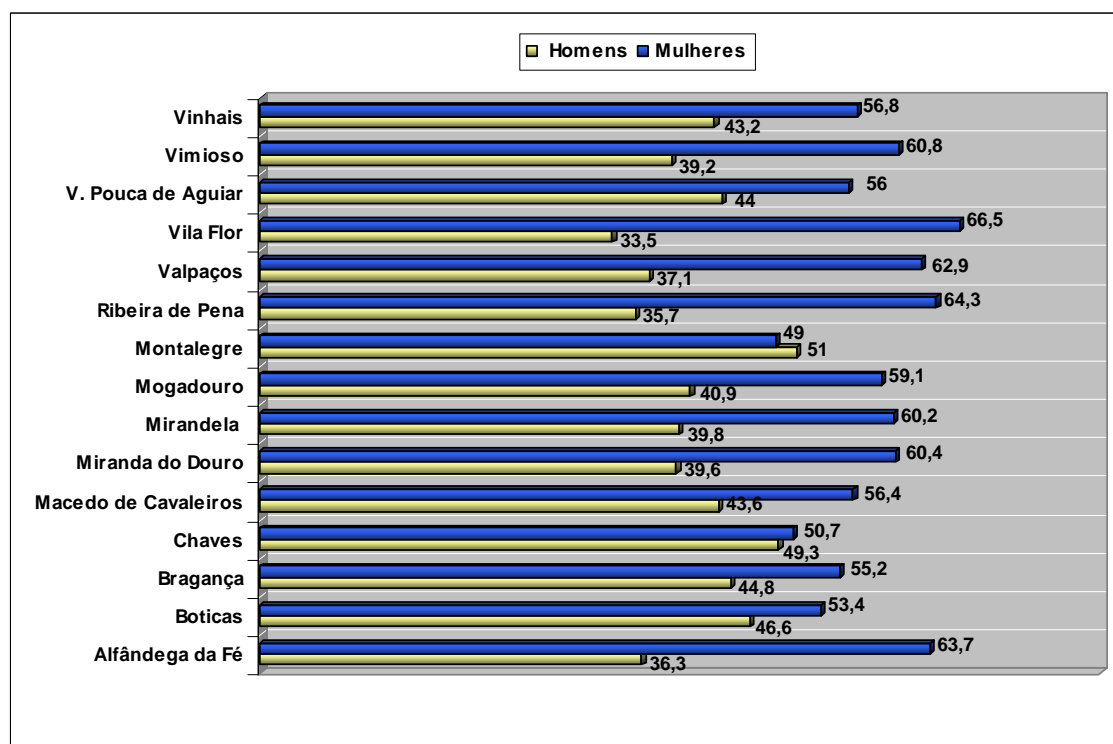
CONCELHO	HOMENS	%	MULHERES	%	TOTAL
Alfândega da Fé	85	36,3	149	63,7	234
Boticas	97	46,6	111	53,4	208
Bragança	667	44,8	822	55,2	1.489
Chaves	1.015	49,3	1.043	50,7	2.058
Macedo de Cavaleiros	314	43,6	406	56,4	720
Miranda do Douro	72	39,6	110	60,4	182
Mirandela	463	39,8	699	60,2	1.162
Mogadouro	139	40,9	201	59,1	340
Montalegre	127	51,0	122	49,0	249
Ribeira de Pena	135	35,7	243	64,3	378
Valpaços	268	37,1	455	62,9	723
Vila Flor	107	33,5	212	66,5	319
V. Pouca de Aguiar	269	44,0	343	56,0	612
Vimioso	65	39,2	101	60,8	166
Vinhais	144	43,2	189	56,8	333
<b>TOTAL</b>	<b>3.967</b>	<b>43,3</b>	<b>5.206</b>	<b>56,8</b>	<b>9.173</b>

Fonte: [www.iefp.pt](http://www.iefp.pt) – Concelhos: Estatísticas Mensais (Julho/2008)

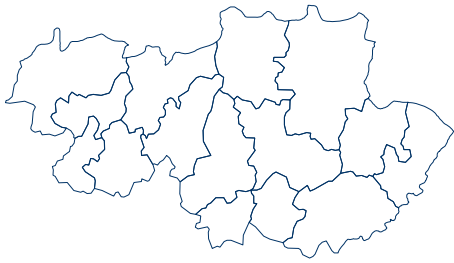


No que respeita ao Género do desemprego registado na NUT III Alto Trás-os-Montes, o mesmo assume um carácter maioritariamente feminino em praticamente todos os concelhos, com excepção dos concelhos de Montalegre, onde o desemprego masculino é de 51%, contra apenas 49% de desemprego feminino, e de Chaves, onde apesar de o desemprego feminino ser mais elevado, assume um valor muito aproximado do masculino (50,7% e 49,3%, respectivamente), como comprovam o Quadro n.º 6 e Gráfico n.º 9.

**Gráfico 9 – Desempregados (%), por concelho e por género**

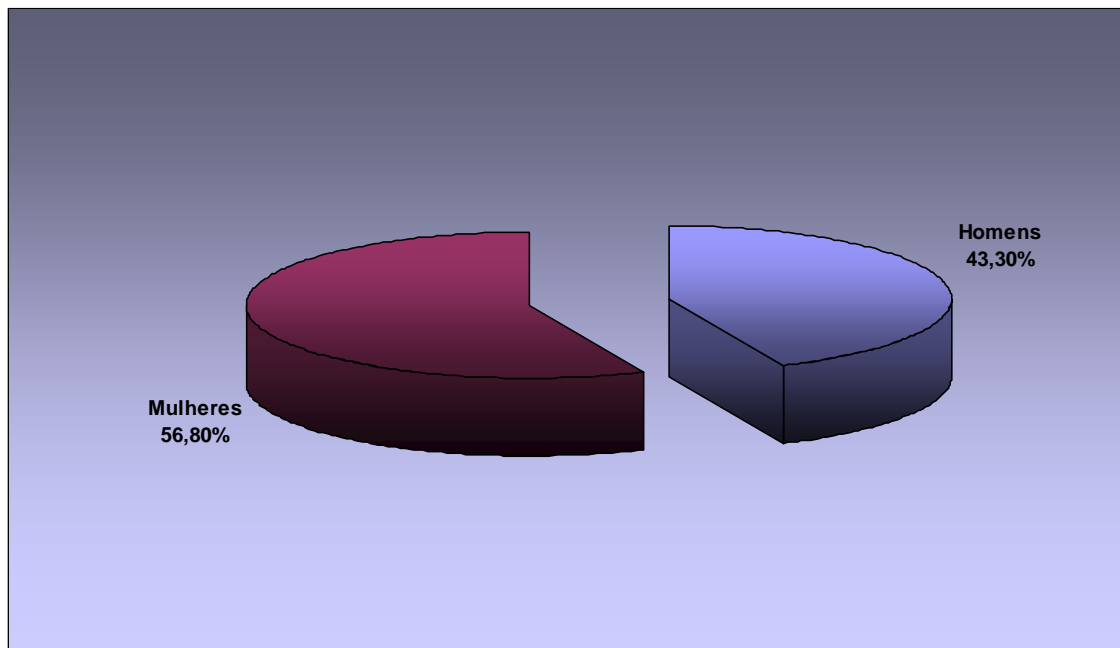


Fonte: [www.iefp.pt](http://www.iefp.pt) – Concelhos: Estatísticas Mensais (Julho/2008)



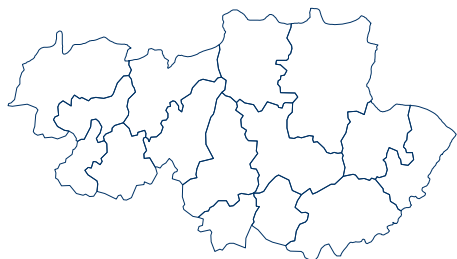
No cômputo total, na NUT III de Alto Trás-os-Montes, o desemprego do género feminino assume uma posição predominante face ao do género masculino, registando valores na ordem dos 56,8%, que correspondem a 5 206 mulheres desempregadas, enquanto que o desemprego do género masculino se situa nos 43,3%, correspondendo a um total de 3 967 homens desempregados, como se pode verificar no Gráfico 10.

**Gráfico 10** – Percentagem total de desempregados na NUT III Alto Trás-os-Montes, por género



Fonte: [www.iefp.pt](http://www.iefp.pt) – Concelhos: Estatísticas Mensais (Julho/2008)

No que se refere à caracterização dos desempregados da NUT III de Alto Trás-os-Montes quanto ao nível de escolarização que possuem, constata-se, pela análise dos Quadros 6 e 7 e dos Gráficos 11 e 12, que o desemprego assume valores mais elevados nos níveis de escolaridade mais baixos, sendo que 27% dos desempregados apenas possuem o 1.º Ciclo do Ensino Básico e 20% possuem o 2.º Ciclo do Ensino Básico.

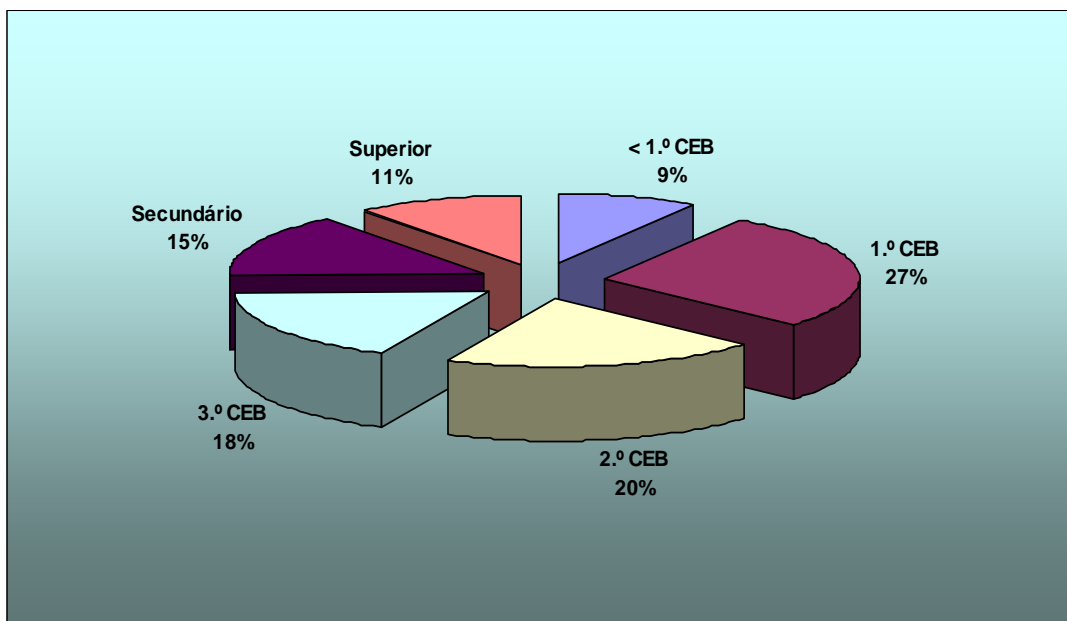


**Quadro 7** – N.º de Desempregados, por Nível de Ensino e por Concelho

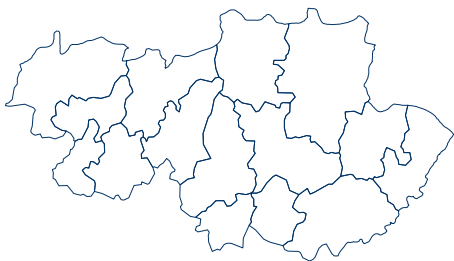
Concelho	Nível de Ensino						TOTAL
	< 1.º CEB	1.º CEB	2.º CEB	3.º CEB	Secundário	Superior	
Alfândega da Fé	22	81	38	58	29	6	234
Boticas	14	86	39	22	31	16	208
Bragança	129	256	244	287	294	279	1.489
Chaves	102	528	460	385	365	218	2.058
Macedo de Cavaleiros	92	205	144	113	85	81	720
Miranda do Douro	29	41	27	26	27	32	182
Mirandela	95	344	235	216	168	104	1.162
Mogadouro	42	98	54	71	40	35	340
Montalegre	27	81	51	30	33	27	249
Ribeira de Pena	64	117	68	70	35	24	378
Valpaços	81	261	176	89	62	54	723
Vila Flor	38	101	62	50	42	26	319
Vila Pouca de Aguiar	43	217	135	116	71	30	612
Vimioso	9	50	33	29	31	14	166
Vinhais	33	70	104	52	39	35	333
<b>TOTAL</b>	<b>820</b>	<b>2.536</b>	<b>1.870</b>	<b>1.614</b>	<b>1.352</b>	<b>981</b>	<b>9.173</b>

Fonte: [www.iefp.pt](http://www.iefp.pt) – Concelhos: Estatísticas Mensais (Julho/2008)

**Quadro 11** – % de Desempregados na NUT III Alto Trás-os-Montes, por Nível de Ensino

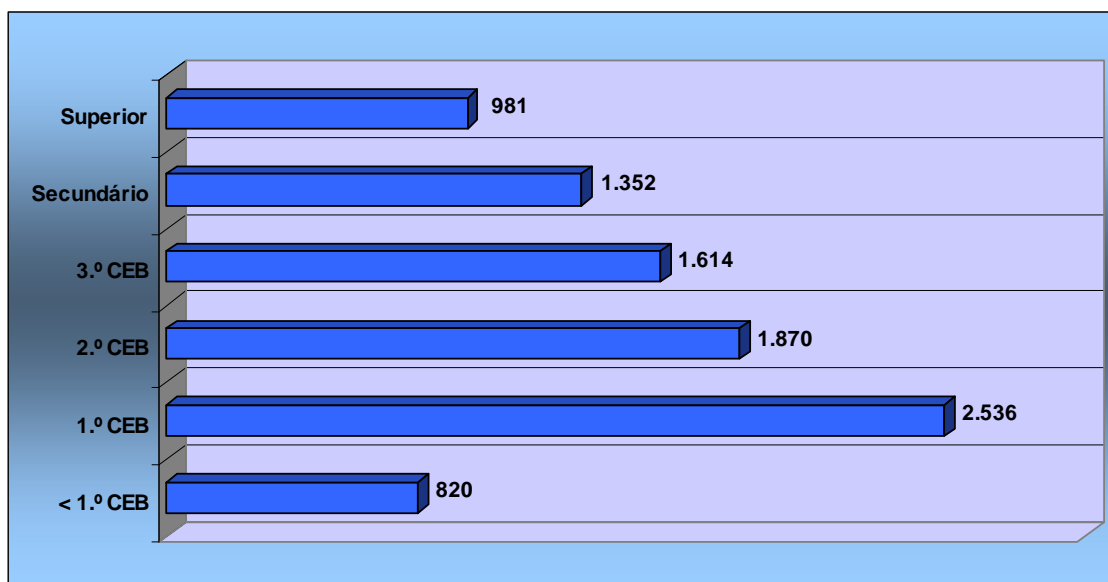


Fonte: [www.iefp.pt](http://www.iefp.pt) – Concelhos: Estatísticas Mensais (Julho/2008)

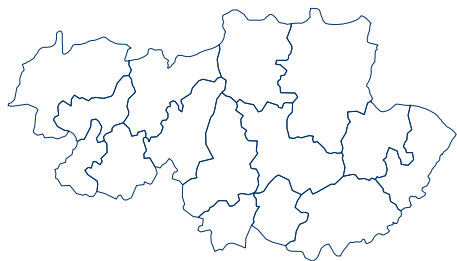


Chama-se ainda a atenção para o facto de 9% dos desempregados, correspondente a 820 indivíduos, não terem sequer concluído o 1.º Ciclo do Ensino Básico. O desemprego registado na NUT III Alto Trás-os-Montes é, em termos de escolarização, um desemprego pouco qualificado, dado que 56% dos indivíduos desempregados apenas concluíram até ao 2.º Ciclo do Ensino Básico sendo que, se incluirmos a conclusão do 9.º ano de escolaridade, esta percentagem sobe para 74% da população desempregada, valor correspondente a 6 840 indivíduos.

**Gráfico 12** - N.º Total de Desempregados na NUT III Alto Trás-os-Montes, por Nível de Ensino



Fonte: [www.iefp.pt](http://www.iefp.pt) – Concelhos: Estatísticas Mensais (Julho/2008)



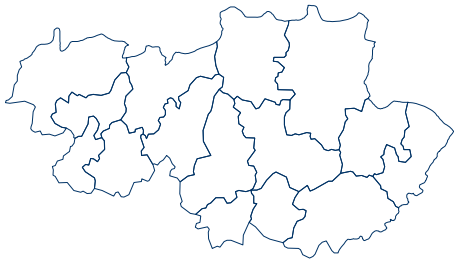
**Quadro 8 – % de Desempregados, por Nível de Ensino e por Concelho**

Concelho	Nível de Ensino					
	< 1.º CEB	1.º CEB	2.º CEB	3.º CEB	Secundário	Superior
Alfândega da Fé	9,4	34,6	16,2	24,8	12,4	2,6
Boticas	6,7	41,3	18,8	10,6	14,9	7,7
Bragança	8,7	17,2	16,4	19,3	19,7	18,7
Chaves	5	25,7	22,4	18,7	17,7	10,6
Macedo de Cavaleiros	12,8	28,5	20	15,7	11,8	11,3
Miranda do Douro	15,9	22,5	14,8	14,3	14,8	17,6
Mirandela	8,2	29,6	20,2	18,6	14,5	9
Mogadouro	12,4	28,8	15,9	20,9	11,8	10,3
Montalegre	10,8	32,5	20,5	12	13,3	10,8
Ribeira de Pena	16,9	31	18	18,5	9,3	6,3
Valpaços	11,2	36,1	24,3	12,3	8,6	7,5
Vila Flor	11,9	31,7	19,4	15,7	13,2	8,2
Vila Pouca de Aguiar	7	35,5	22,1	19	11,6	4,9
Vimioso	5,4	30,1	19,9	17,5	18,7	8,4
Vinhais	9,9	21	31,2	15,6	11,7	10,5

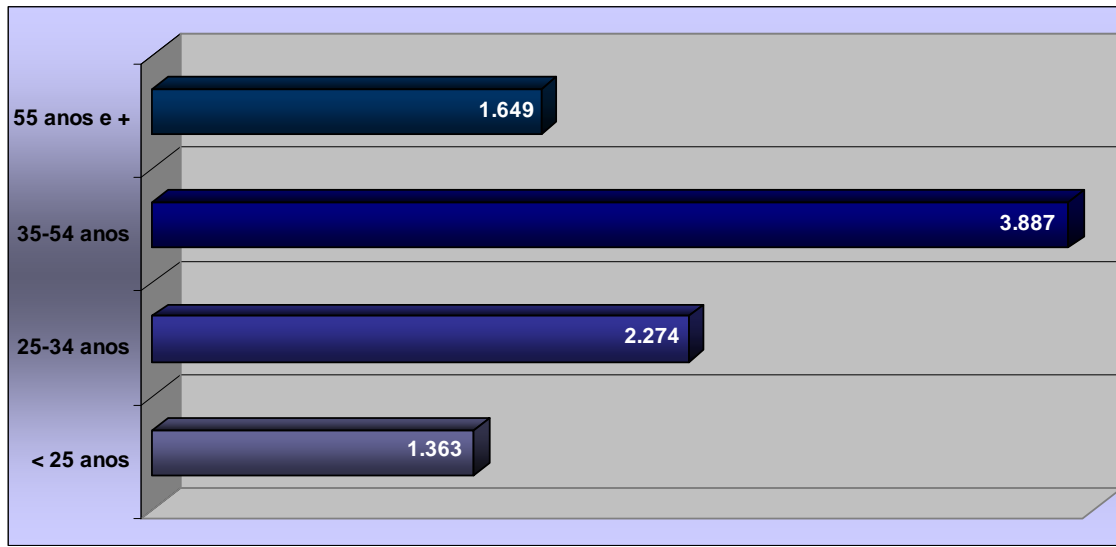
Fonte: [www.iefp.pt](http://www.iefp.pt) – Concelhos: Estatísticas Mensais (Julho/2008)

Relativamente à caracterização da população desempregada por ciclos de vida, podemos verificar, pela análise dos Gráficos 13 e 14, que a maior fatia do desemprego se situa no intervalo etário dos 35-54 anos. Salienta-se ainda a importância que assumem os desempregados com 55 e mais anos, que perfazem 18% do total da população desempregada (correspondente a 1 649 indivíduos), por já se situarem numa faixa etária que se debate com dificuldades acrescidas na procura de emprego, uma vez que as ofertas de emprego que contemplem estas idades são praticamente inexistentes.



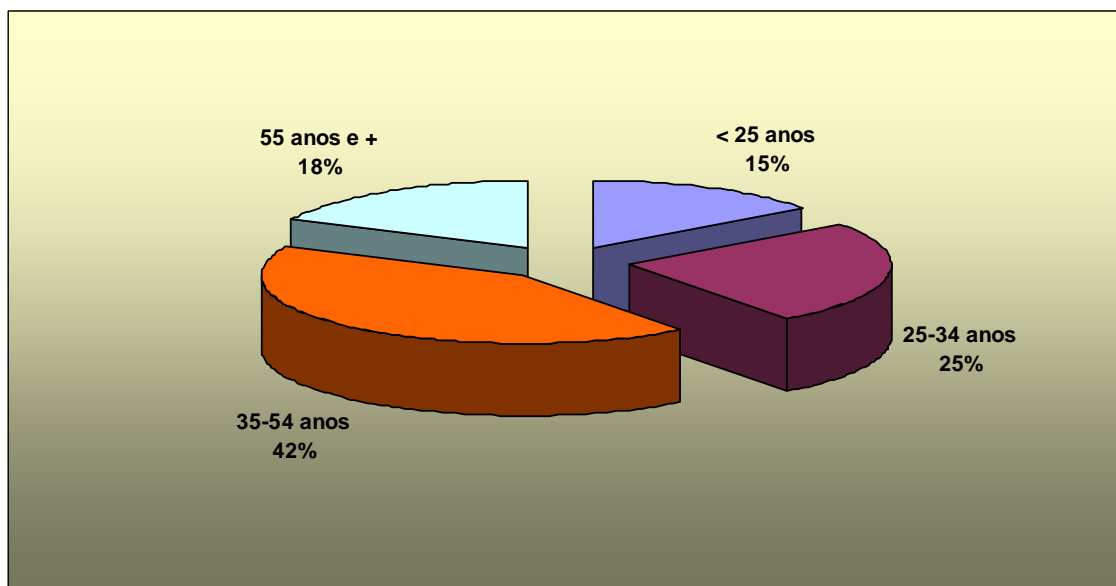


**Gráfico 13** - N.º Total de Desempregados na NUT III Alto Trás-os-Montes, por Escalão Etário (ciclos de vida)

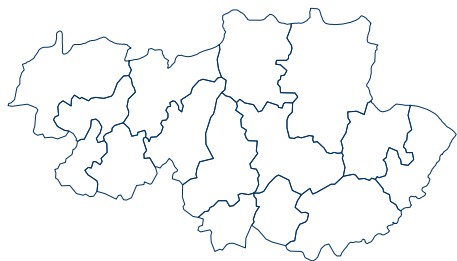


Fonte: [www.iefp.pt](http://www.iefp.pt) – Concelhos: Estatísticas Mensais (Julho/2008)

**Gráfico 14** - N.º Total de Desempregados na NUT III Alto Trás-os-Montes, por Escalão Etário (ciclos de vida)

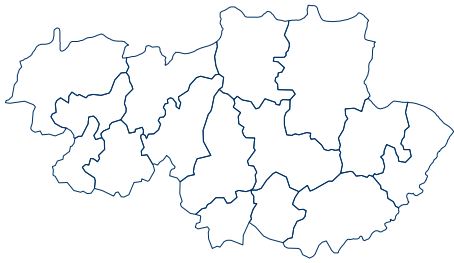


Fonte: [www.iefp.pt](http://www.iefp.pt) – Concelhos: Estatísticas Mensais (Julho/2008)



## **Acção Social**





**P**ortugal possui dos mais altos valores à escala Europeia, no que respeita aos indicadores de pobreza e assimetria de rendimentos.

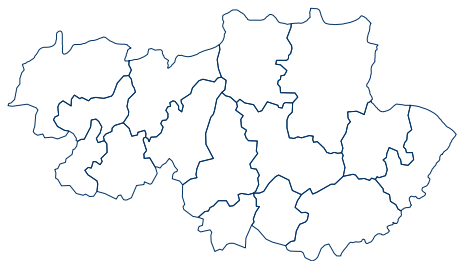
Portugal possui, ainda, sinais de uma pobreza tradicional, muito associada ao mundo rural, e onde a privação de indicadores mínimos de conforto é clara.

Por outro lado, possuem alguma expressão, nas famílias de mais baixos recursos, os agregados que, apesar de inseridos no mercado de trabalho, desfrutam de rendimentos insuficientes em virtude dos seus membros activos possuírem muito baixos níveis de qualificação profissional.

A Acção Social assume-se como um “sistema que tem como objectivos fundamentais a prevenção e reparação de situações de carência e desigualdade sócio-económica, de dependência, de disfunção, exclusão ou vulnerabilidade sociais, bem como a integração e promoção comunitárias das pessoas e o desenvolvimento das respectivas capacidades”. “Destina-se ainda a assegurar a especial protecção aos grupos mais vulneráveis, nomeadamente crianças, jovens, pessoas com deficiência e idosos, bem como a outras pessoas em situação de carência económica ou social, disfunção ou marginalização social”<sup>1</sup>.

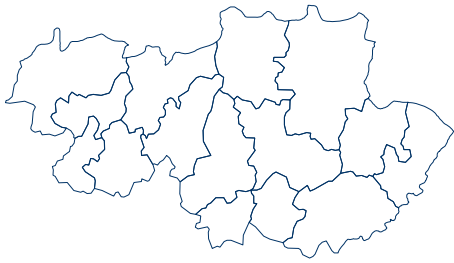
---

<sup>1</sup> Lei de bases da Segurança Social (Lei n.º 4/2007, de 16 de Janeiro), artigo 29.º



## Respostas Sociais

**A**s transformações verificadas na sociedade, especialmente de índole demográfica e familiar, como o progressivo envelhecimento da população, a diversidade interna desse envelhecimento e o aumento da esperança média de vida, os indicadores referentes à exclusão social, as mudanças na estrutura e nos modelos de família e a extensão crescente dos direitos de cidadania, tornaram imperativa a concepção de novas formas de intervenção e o ajustamento das respostas sociais já existentes, de modo a que privilegiem a flexibilidade necessária para atender à mutação constante e à crescente complexidade da realidade social. O incentivo à expansão e qualificação da rede de serviços e equipamentos sociais, dirigidos aos diversos grupos de população, é uma das vertentes onde a Acção Social tem tido maior intervenção. Apostando-se na diversidade, a ênfase tem sido colocada no reforço do papel das famílias, na conciliação do trabalho familiar com a vida profissional, no desenvolvimento do apoio domiciliário, ou seja, da prestação dos serviços indispensáveis à satisfação das necessidades das pessoas que não querem sair das suas habitações, no sentido de evitar ou retardar o processo de institucionalização e os efeitos nefastos do mesmo nos idosos, na dinamização de estruturas de convívio e de combate ao isolamento e insegurança e numa maior e melhor prevenção e cobertura das situações de dependência.

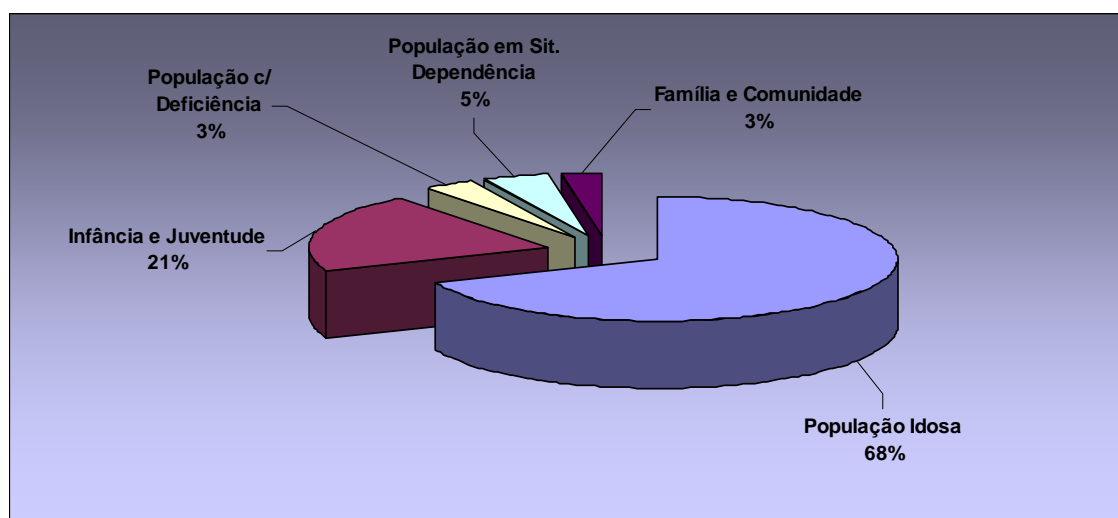


## Respostas Sociais por Áreas de Intervenção

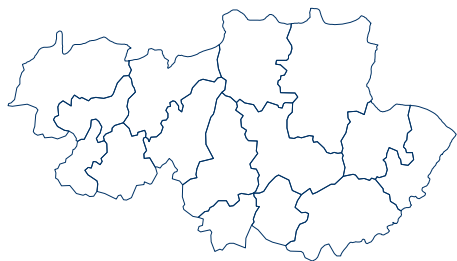
O elevado Índice de Envelhecimento que se regista ao nível da NUT III de Alto Trás-os-Montes – 265,8 % – aliado ao fenómeno de desertificação que assola os concelhos desta região, poderão ser justificações plausíveis para o facto de que 68% do total das respostas sociais que são desenvolvidas na região, tenham como público-alvo a População Idosa, valor este que pode ainda ser reforçado pelas respostas dirigidas à população em situação de dependência que, sendo verdade que não se destinam apenas à população idosa, a realidade é que os utentes das Unidades de Cuidados Continuados Integrados existentes nesta área geográfica, possuem, na sua maioria, 65 ou mais anos.

Seguem-se as respostas sociais direccionadas à área da Infância e Juventude com um peso de 21% no universo das respostas sociais existentes na NUT III de Trás-os-Montes.

Gráfico 15 – Distribuição das Respostas Sociais da NUT III Alto Trás-os-Montes por Áreas de Intervenção

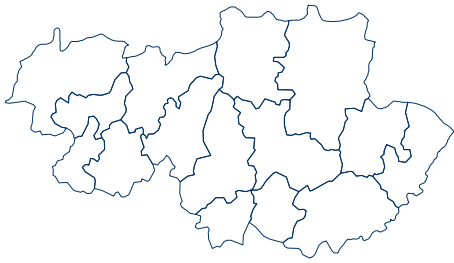


Fonte: Carta Social (2007)



Por fim, aparecem as respostas sociais direccionadas para Pessoas em Situação de Dependência (5%), para a População Portadora de Deficiência (3%) e Família e Comunidade (3%).

Seguidamente, apresenta-se de forma mais detalhada, as respostas existentes na área geográfica da NUT III de Alto Trás-os-Montes, por Áreas de Intervenção, procedendo-se à sua quantificação e distribuição por concelho e respectivas taxas de utilização.



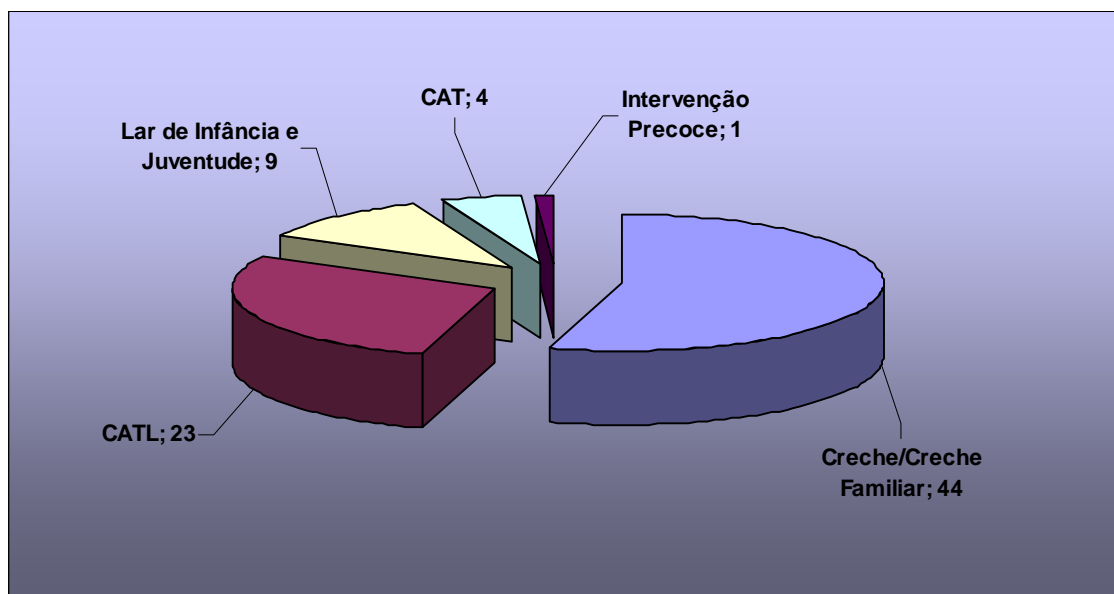
## Infância e Juventude

*As crianças têm direito à protecção da sociedade e do Estado, com vista ao seu desenvolvimento integral, especialmente contra todas as formas de abandono, de discriminação e de opressão e contra o exercício abusivo da autoridade na família e nas demais instituições.*

*Artigo 69.º, n.º 1 da CRP*

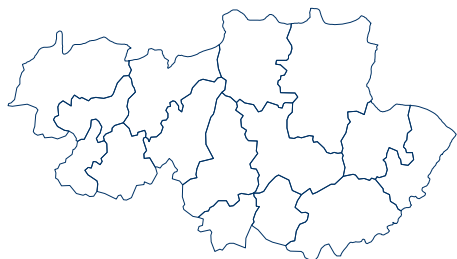
Através da consulta da Carta Social de 2007 e pela análise do Gráfico 16, podemos constatar que a resposta social com mais peso na área da Infância e Juventude é a de Creche/Creche Familiar<sup>1</sup>, com um total de 44 equipamentos criados e 1 745 lugares disponíveis para as crianças da NUT III de Alto Trás-os-Montes, com idades compreendidas entre os 0 e os 3 anos.

Gráfico 16 – Distribuição das Respostas Sociais da Área da Infância e Juventude



Fonte: Carta Social (2007)

<sup>1</sup> Ver Anexo "Nomenclaturas e Conceitos das Respostas Sociais"



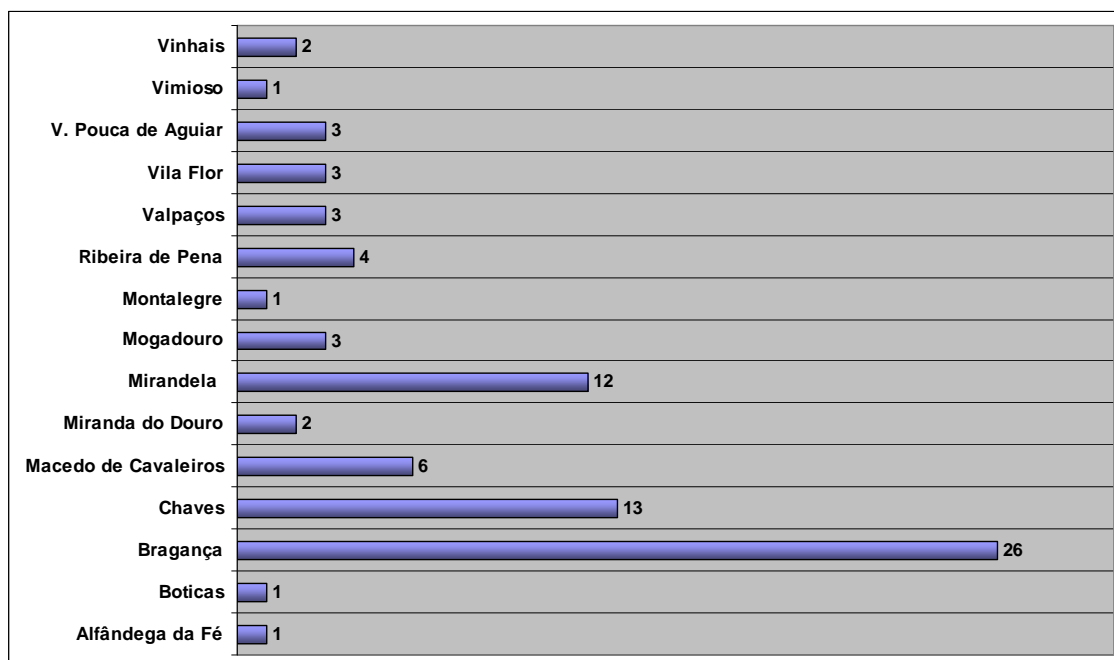
De seguida aparece a resposta social Centro de Actividades de Tempos Livres<sup>1</sup>, com um total de 23 equipamentos criados e 1 314 vagas disponíveis para crianças com idades compreendidas entre os 6 e os 12 anos de idade.

Seguidamente encontramos a resposta social Lar de Infância e Juventude<sup>2</sup>, com um total de 9 equipamentos criados e 448 lugares disponíveis para crianças e jovens até aos 18 anos de idade, que se encontrem em situação de perigo e cuja medida de promoção e protecção assim o determine.

Ainda relativamente às crianças e jovens em situação de perigo, aparece a resposta social Centro de Acolhimento Temporário<sup>3</sup>, com 4 equipamentos criados e 64 lugares disponíveis.

No que respeita às crianças e jovens com deficiência, encontramos a 1 resposta social na área da Intervenção Precoce<sup>4</sup>, com 25 lugares criados para crianças até aos 6 anos de idade, com deficiência ou em risco de atraso grave de desenvolvimento.

**Gráfico 17** – Distribuição das respostas sociais na Área da Infância e Juventude, por concelho



Fonte: Carta Social (2007)

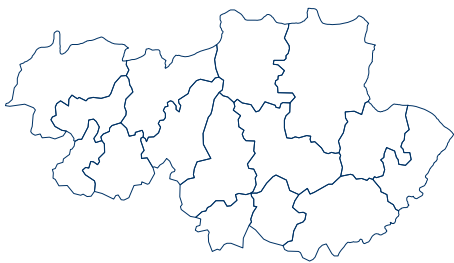
<sup>1</sup> Idem

<sup>2</sup> Idem

<sup>3</sup> Idem

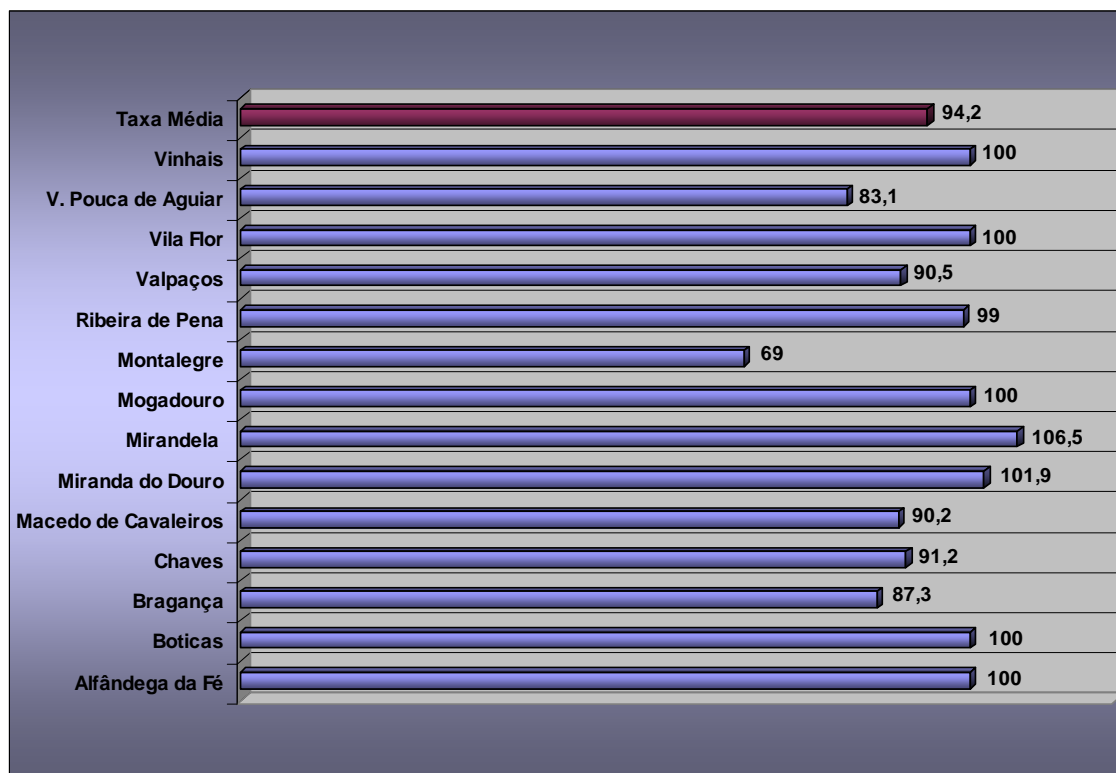
<sup>4</sup> Ver Anexo "Nomenclaturas e Conceitos das Respostas Sociais"





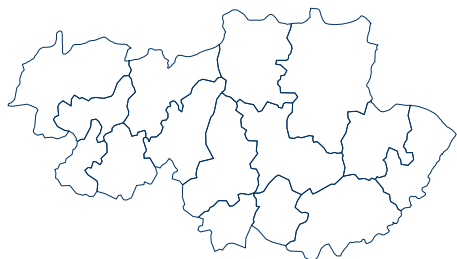
No que respeita à distribuição das respostas sociais da área da Infância e Juventude pelos concelhos pertencentes à NUT III de Alto Trás-os-Montes, podemos verificar pela análise do Gráfico 17 que o concelho de Bragança é aquele que possui maior número de respostas sociais nesta área de intervenção, perfazendo um total de 26 respostas sociais, seguido dos concelhos de Chaves, com 13 respostas sociais e de Mirandela, com 12, pelo que se conclui que estas respostas sociais se concentram maioritariamente nos centros urbanos.

**Gráfico 18** - Taxa Utilização da Resposta Social Creche, por concelho



Fonte: Carta Social (2007)

A taxa de utilização de uma resposta social é determinada pelo rácio entre o número de lugares criados e o número de crianças a frequentar essa resposta social, sendo que, a taxa de utilização ideal é de 100%, significando que todos os lugares criados estão a ser utilizados, rentabilizando-se ao máximo o equipamento.



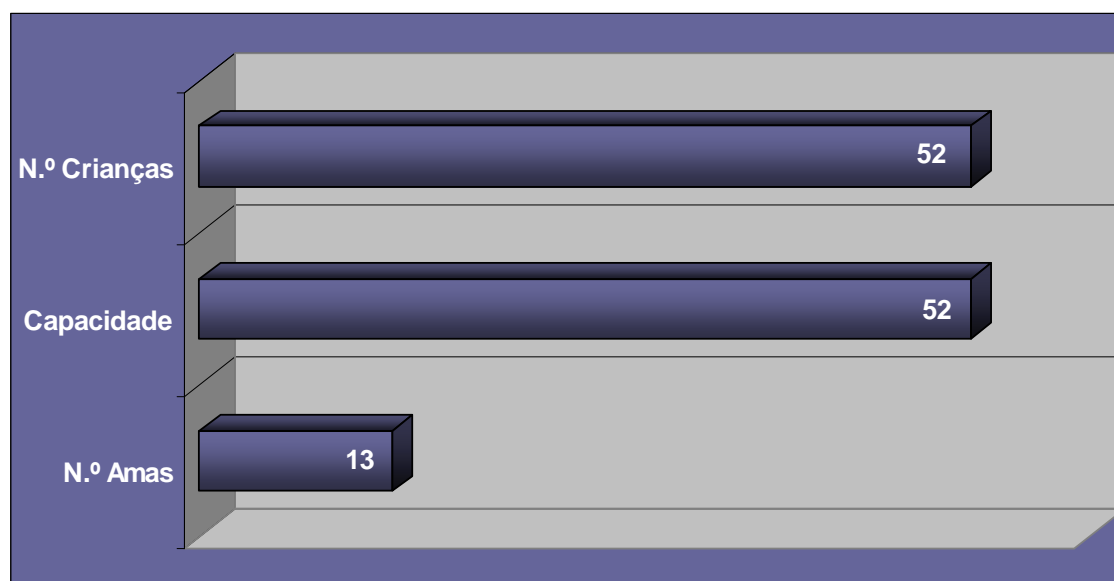
Valores da taxa de utilização abaixo de 100%, indicam um número de crianças a frequentar a resposta social inferior à capacidade da mesma e valores acima dos 100% significam que existem mais crianças a frequentar a resposta social do que os lugares efectivamente criados pela mesma, pelo que existirão equipamentos que se encontram sobrelotados.

A taxa média de utilização da Creche na NUT III de Alto Trás-os-Montes é, segundo a Carta Social de 2007, de 92,4%, pelo que não se encontram esgotados todos os lugares nesta resposta social.

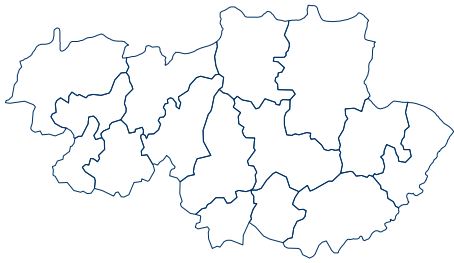
Dos quinze concelhos pertencentes à NUT III de Alto Trás-os-Montes, apenas 5 possuem uma taxa de utilização de 100%. Os concelhos de Miranda do Douro (101,9) e Mirandela (106,5) apresentam valores de utilização superiores a 100% e os restantes 7 concelhos apresentam valores inferiores a 100%, sendo de salientar o concelho de Montalegre que apresenta uma taxa de utilização da resposta social Creche de apenas 69%.

Salienta-se ainda o facto de existir, pelo menos, uma Creche em todos os concelhos da NUT, com excepção do concelho de Vimioso, onde apenas existem 4 Amas, resposta social enquadrada no Centro Distrital de Segurança Social de Bragança. Para além do concelho de Vimioso, existe a resposta social Ama nos concelhos de Macedo de Cavaleiros e Mirandela.

**Gráfico 19** – N.º de Amas enquadradas na Segurança Social, respectiva capacidade e frequência



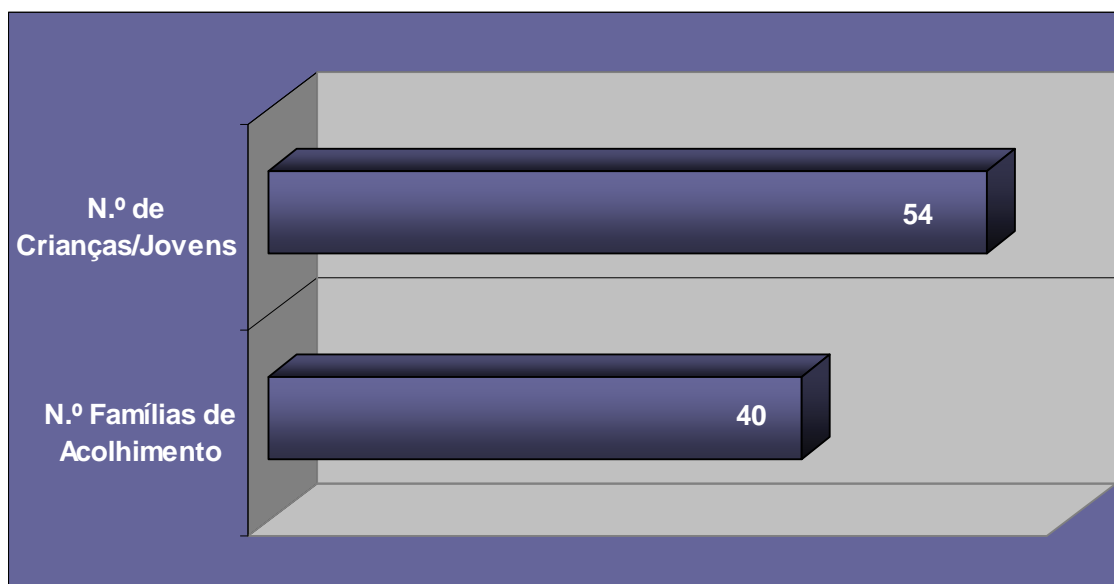
Fonte: ISS, IP



Como podemos constatar pelo Gráfico 19, na NUT III de Alto Trás-os-Montes existem 13 Amas<sup>1</sup>, com uma capacidade de 52 crianças e com 52 crianças a frequentar a resposta social. De referir que estas Amas se localizam todas em concelhos do distrito de Bragança.

Ainda no que se refere a respostas sociais destinadas a crianças e jovens, e pela análise do Gráfico 20, podemos constatar que existem na NUT III de Alto Trás-os-Montes 40 Famílias de Acolhimento de Crianças e Jovens<sup>2</sup> que acolhem um total de 54 crianças e jovens em situação de perigo e cuja medida de promoção e protecção assim o determine.

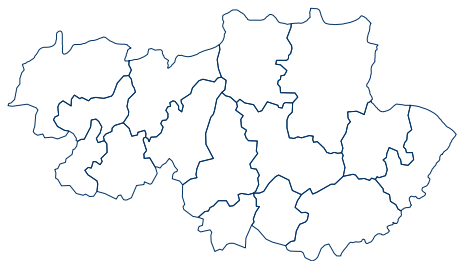
**Gráfico 20** – N.º de Famílias de Acolhimento de Crianças e Jovens e M.º de Crianças e Jovens em Acolhimento Familiar, na NUT III Alto Trás-os-Montes



Fonte: ISS, IP

<sup>1</sup> Ver Anexo "Nomenclaturas e Conceitos das Respostas Sociais"

<sup>2</sup> Idem



## População Portadora de Deficiência

*“Os cidadãos portadores de deficiência física ou mental gozam plenamente dos direitos (...) consignados na Constituição (...)”*

*Artigo 71, n.º 1 da CRP*

Através da consulta da Carta Social de 2007 e pela análise do Gráfico 21, podemos constatar que a resposta social com mais peso na área da População com Deficiência é o Centro de Actividades Ocupacionais<sup>1</sup> com um total de 7 equipamentos e 242 lugares disponíveis para as pessoas da NUT III de Alto Trás-os-Montes portadoras de deficiência grave, com idade igual ou superior a 16 anos, cujas capacidades não permitam, temporária ou permanentemente, o exercício de uma actividade produtiva.

De seguida encontramos a resposta social Lar Residencial<sup>2</sup>, com um total de 4 equipamentos e 175 vagas disponíveis para pessoas portadoras de deficiência com idade igual ou superior a 16 anos.

---

<sup>1</sup> Ver Anexo “Nomenclaturas e Conceitos das Respostas Sociais”

<sup>2</sup> Idem

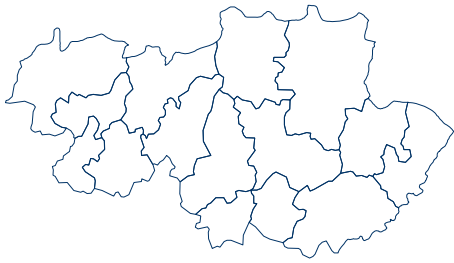
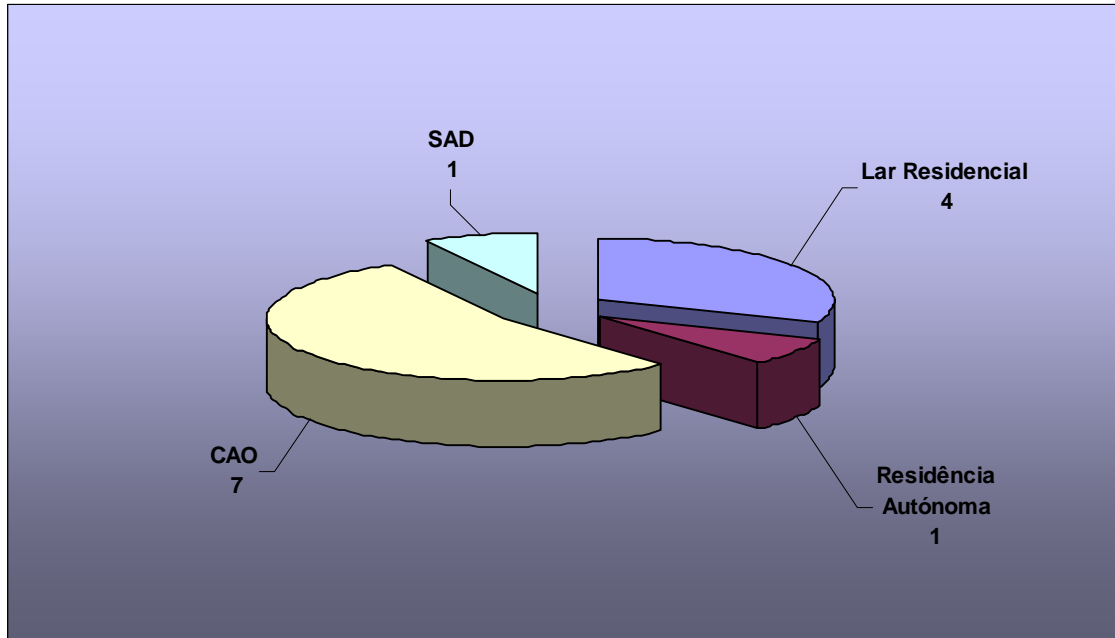


Gráfico 21 – Distribuição das Respostas Sociais da Área da Deficiência



Fonte: Carta Social (2007)

Por último, aparecem as respostas sociais Residência Autônoma, com 1 equipamento e 5 vagas criadas e o Serviço de Apoio Domiciliário, com 1 equipamento e 3 vagas criadas.

No que respeita à distribuição das respostas sociais da área da Deficiência pelos concelhos pertencentes à NUT III de Alto Trás-os-Montes, podemos verificar pela análise do Gráfico 22 que é o concelho de Bragança aquele que possui maior número de respostas sociais, perfazendo um total de 8 respostas sociais, seguido do concelho de Boticas, com 2 respostas sociais e por último os concelhos de Chaves, Macedo de cavaleiros e Mirandela, com 1 resposta cada. Também aqui se conclui que estas respostas sociais se concentram ou existem maioritariamente nos centros urbanos.

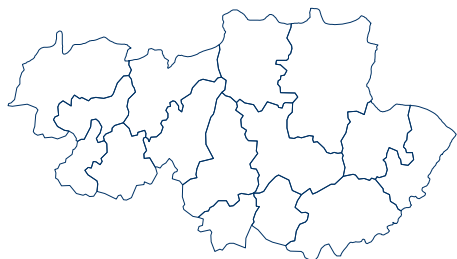
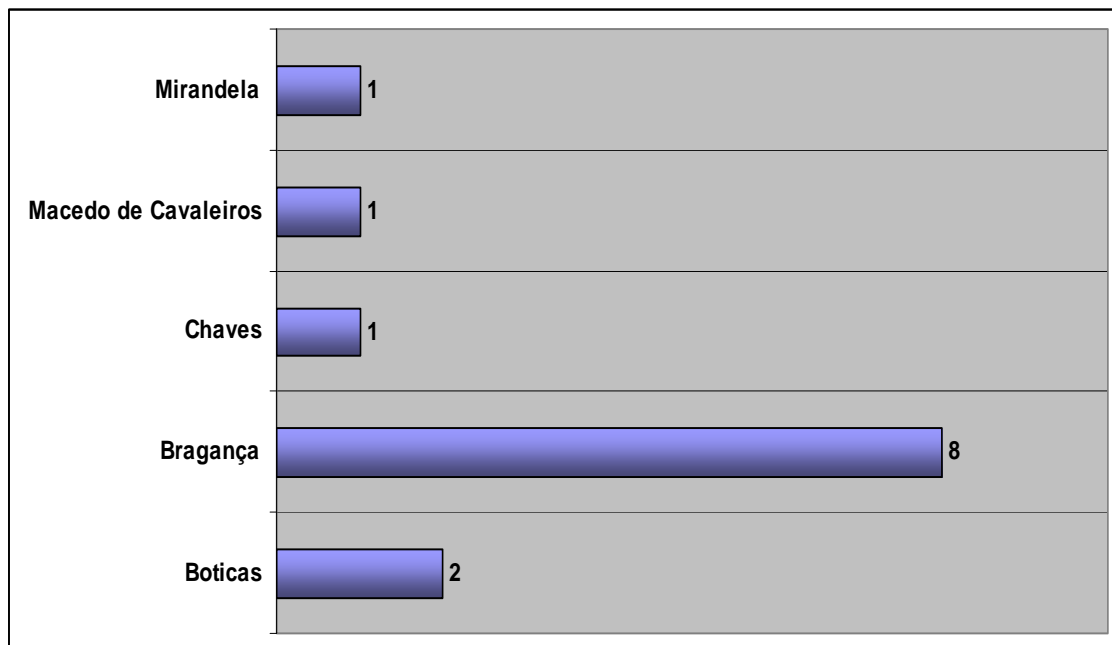


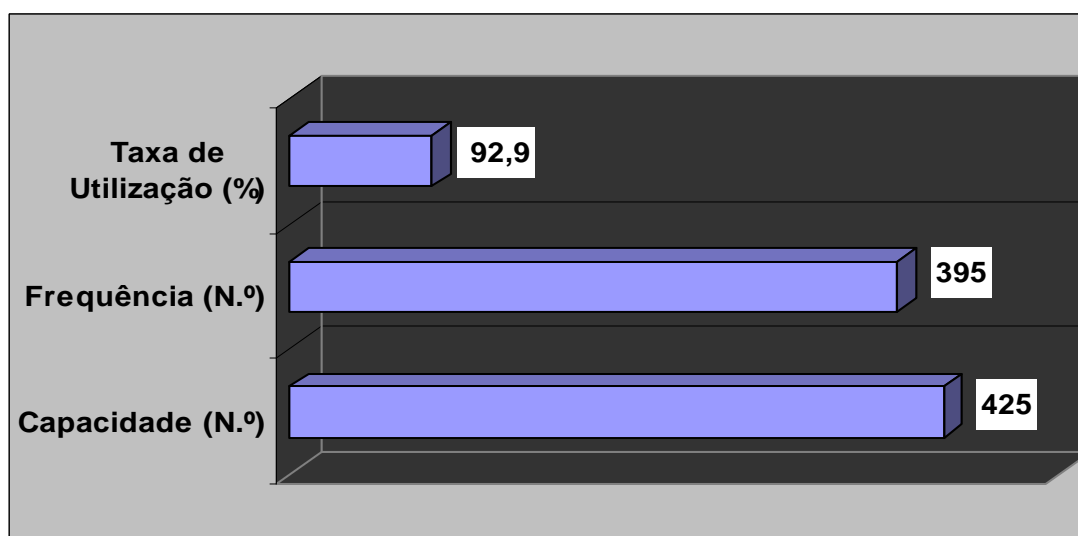
Gráfico 22 – Distribuição das Respostas Sociais da Área da Deficiência, por concelho



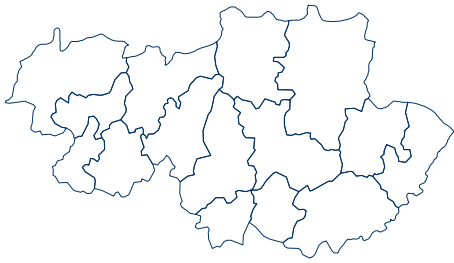
Fonte: Carta Social (2007)

No que se refere à taxa de utilização das respostas sociais da Área da Deficiência, podemos constatar no Gráfico seguinte que a mesma é de 92,9%, o que traduzido em números reais significa que existem 425 lugares criados e que apenas 395 utentes frequentam as respostas sociais.

Gráfico 23 – Taxa de Utilização das Respostas Sociais da Área da Deficiência



Fonte: Carta Social (2007)

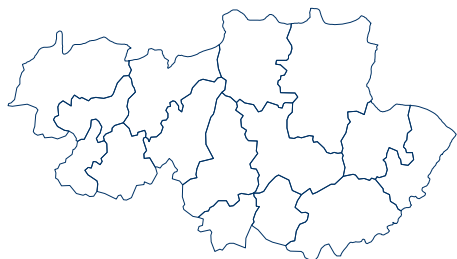


## População Idosa



*As pessoas idosas têm direito à segurança económica e a condições de habitação e convívio familiar e comunitário que respeitem a sua autonomia pessoal e evitem e superem o isolamento ou a marginalização social.*

*Artigo 72.º, n.º 1 da CRP*



Através da consulta da Carta Social de 2007 e pela análise dos Gráficos 20 e 21, podemos constatar que a resposta social com mais peso na área da População Idosa é o Serviço de Apoio Domiciliário<sup>1</sup> com um total de 107 equipamentos e 3 714 vagas disponíveis para as pessoas da NUT III de Alto Trás-os-Montes com idade igual ou superior a 65 anos que, temporária ou permanentemente, não possam assegurar a satisfação das suas necessidades básicas e/ou actividades da vida diária.

De seguida encontramos a resposta social Centro de Dia<sup>2</sup>, com um total de 80 equipamentos e 1 816 vagas disponíveis para pessoas com idade igual ou superior a 65 anos.

Seguidamente, aparece o Lar de Idosos<sup>3</sup>, com 77 equipamentos e 2 617 vagas em regime de alojamento temporário ou permanente, disponíveis para pessoas com idade igual ou superior a 65 anos.

Por último, 8 equipamento onde é desenvolvida a resposta social Centro de Convívio<sup>4</sup>, com 350 vagas disponíveis para pessoas com idade igual ou superior a 65 anos.

**Gráfico 24** – Distribuição das Respostas Sociais na Área da População Idosa, por número de respostas existentes

---

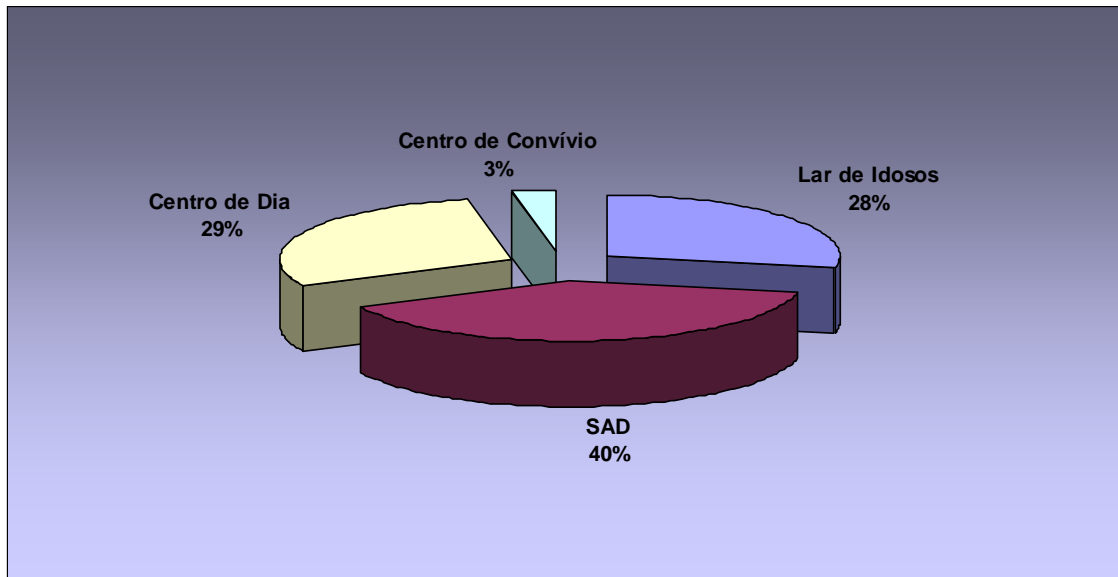
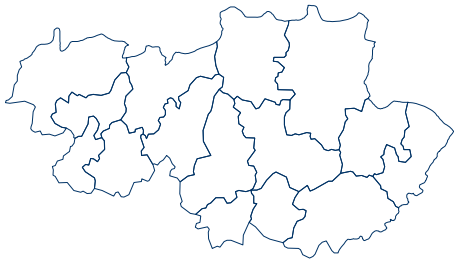
<sup>1</sup> Ver Anexo “Nomenclaturas e Conceitos das Respostas Sociais”

<sup>2</sup> Idem

<sup>3</sup> Idem

<sup>4</sup> Idem

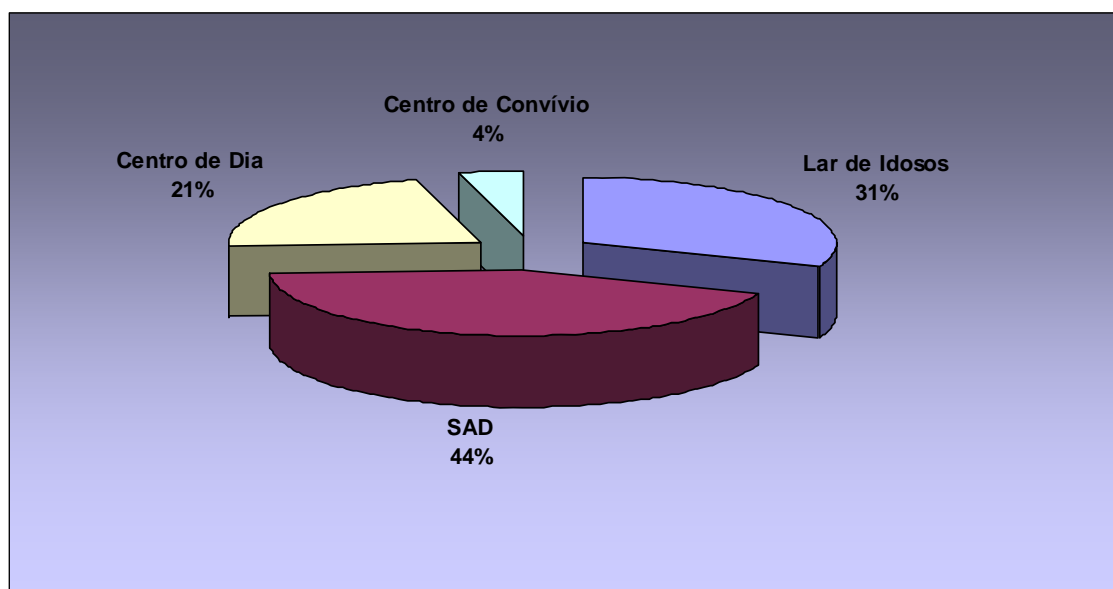
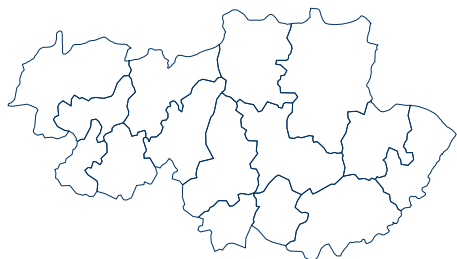




Fonte: Carta Social (2007)

De salientar que, relativamente à resposta social Lar de Idosos, aparece com menos peso do que a resposta social Centro de Dia no Gráfico 24, que expressa o número de respostas existentes. Em contrapartida, no gráfico 25, que expressa o número de vagas criadas pelas respostas, as posições do Centro de Dia e do lar de Idosos aparecem invertidas, uma vez que o número de vagas existentes em Lar de Idosos é francamente superior às existentes em Centro de Dia.

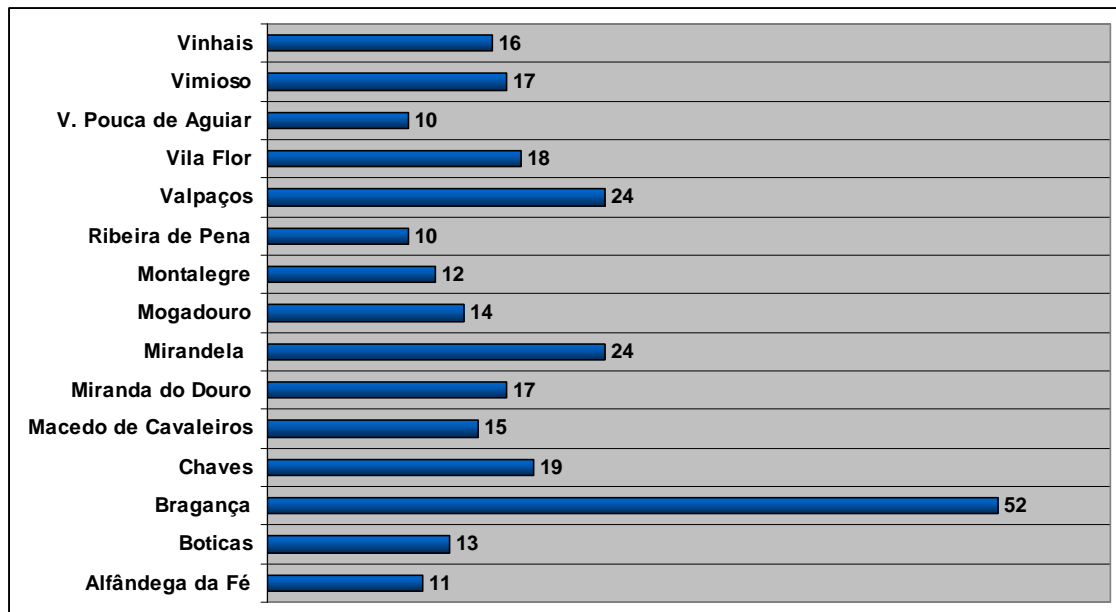
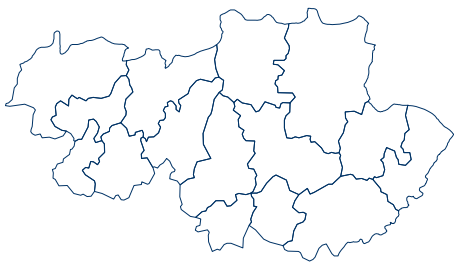
**Gráfico 25** – Distribuição das Respostas Sociais na Área da População Idosa, por número de vagas criadas



Fonte: Carta Social (2007)

No que respeita à distribuição das respostas sociais da área da População Idosa pelos concelhos pertencentes à NUT III de Alto Trás-os-Montes, podemos verificar pela análise do Gráfico 26 que, também nesta área, o concelho de Bragança é aquele que possui maior número de respostas sociais, perfazendo um total de 52 respostas sociais, seguido dos concelhos de Mirandela e Valpaços, com 24 respostas sociais, respectivamente, de um total de 272 respostas sociais existentes na NUT III de Alto Trás-os-Montes na área da População Idosa.

**Gráfico 26** – Distribuição das Respostas Sociais na Área da População Idosa, por concelho

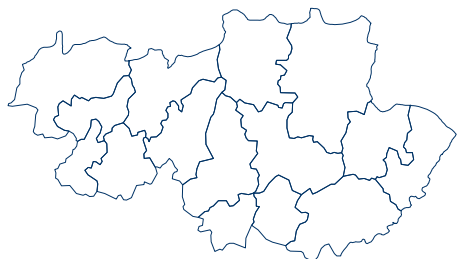


Fonte: Carta Social (2007)

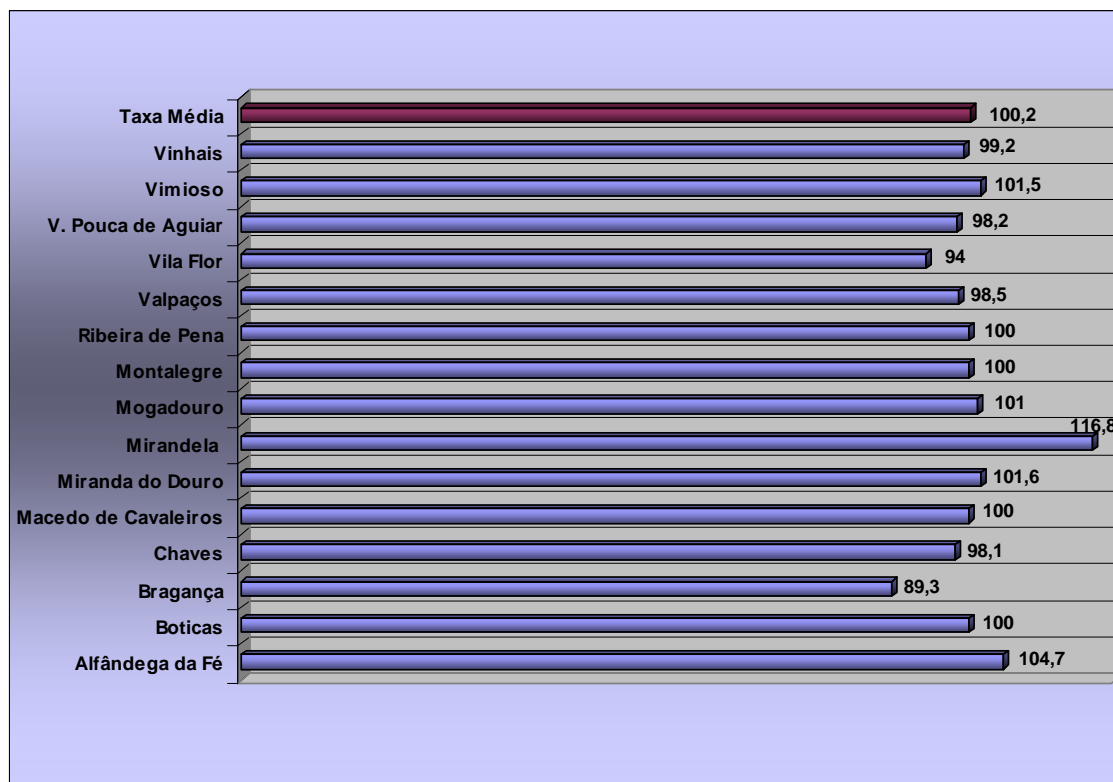
Como se pode constatar pela análise do Gráfico 27, que ilustra as taxas de utilização da resposta social Lar de Idosos nos concelhos da NUT III de Alto Trás-os-Montes, existem concelhos onde esta taxa é superior a 100, o que pode ser um reflexo de carências que ainda persistem ao nível da resposta social Lar de Idosos, na medida em que as IPSS tentam, apesar da lotação dos equipamento estar completa, dar resposta a situações emergentes, à custa da sobrelotação da resposta social. É este o caso dos concelhos de Mirandela (116,8), Alfândega da Fé (104,7), Miranda do Douro (101,6), Vimioso (101,5) e Mogadouro (101).

Em contrapartida, existem 6 concelhos onde a taxa de utilização da resposta social Lar de Idosos se situa abaixo dos 100%, o que significa que a frequência da resposta é inferior à capacidade da mesma.

Em 4 concelhos verifica-se a existência de uma taxa de utilização onde a frequência e as vagas existentes se encontram em equilíbrio.



**Gráfico 27** - Taxas de Utilização da resposta social Lar de Idosos, por concelho (%)



Fonte: Carta Social (2007)

No que respeita às taxas de utilização da resposta social Serviço de Apoio Domiciliário, e pela análise do Gráfico 28, verifica-se que apenas 1 concelho dos 15 pertencentes à NUT III de Alto Trás-os-Montes apresenta uma taxa de utilização superior a 100%. Dos restantes concelhos, 3 apresentam taxas de utilização superiores a 90%, 4 concelhos apresentam taxas situadas entre os 80 e os 90%, 3 concelhos apresentam taxas entre os 70 e os 80%, 2 apresentam taxas entre os 60 e os 70% e os restantes apresentam taxas situadas entre os 50 e os 60%.

A taxa média de utilização do SAD é de 81%, o que nos pode levar a concluir que o Serviço de Apoio Domiciliário ainda é uma resposta social que está pouco explorada por parte das Instituições que a desenvolvem, como forma de evitar ou retardar a institucionalização.

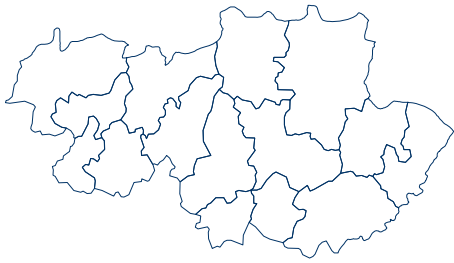
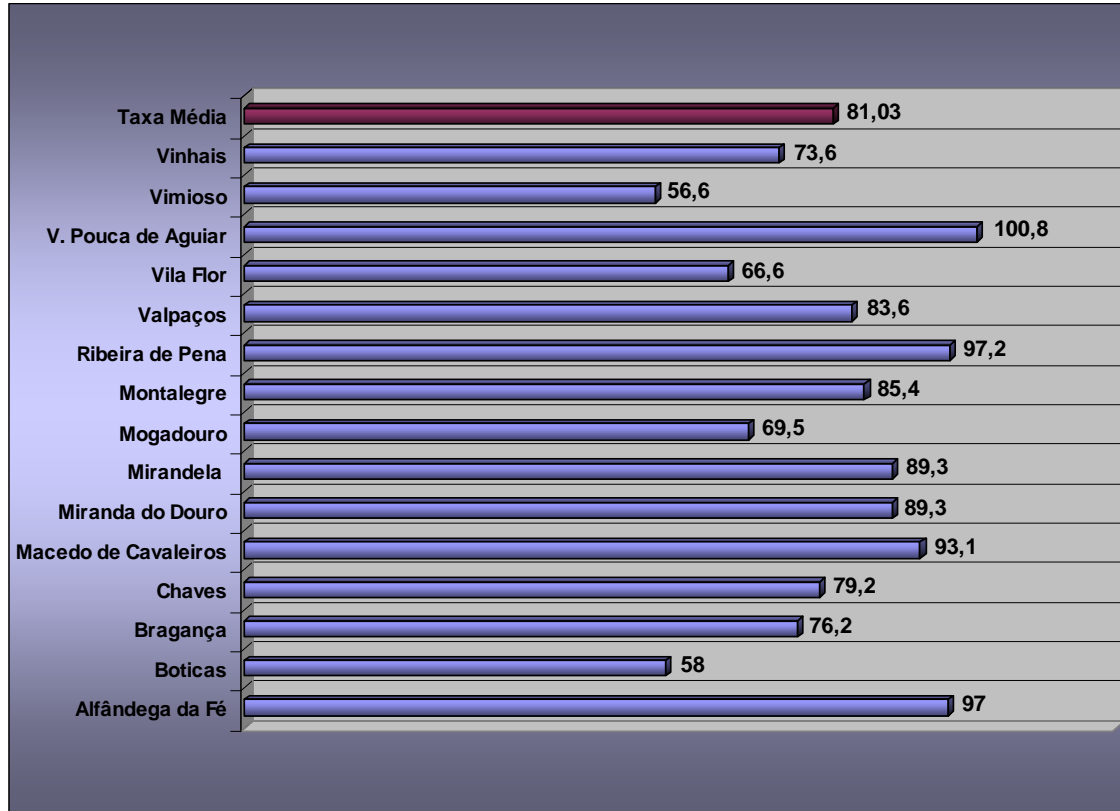


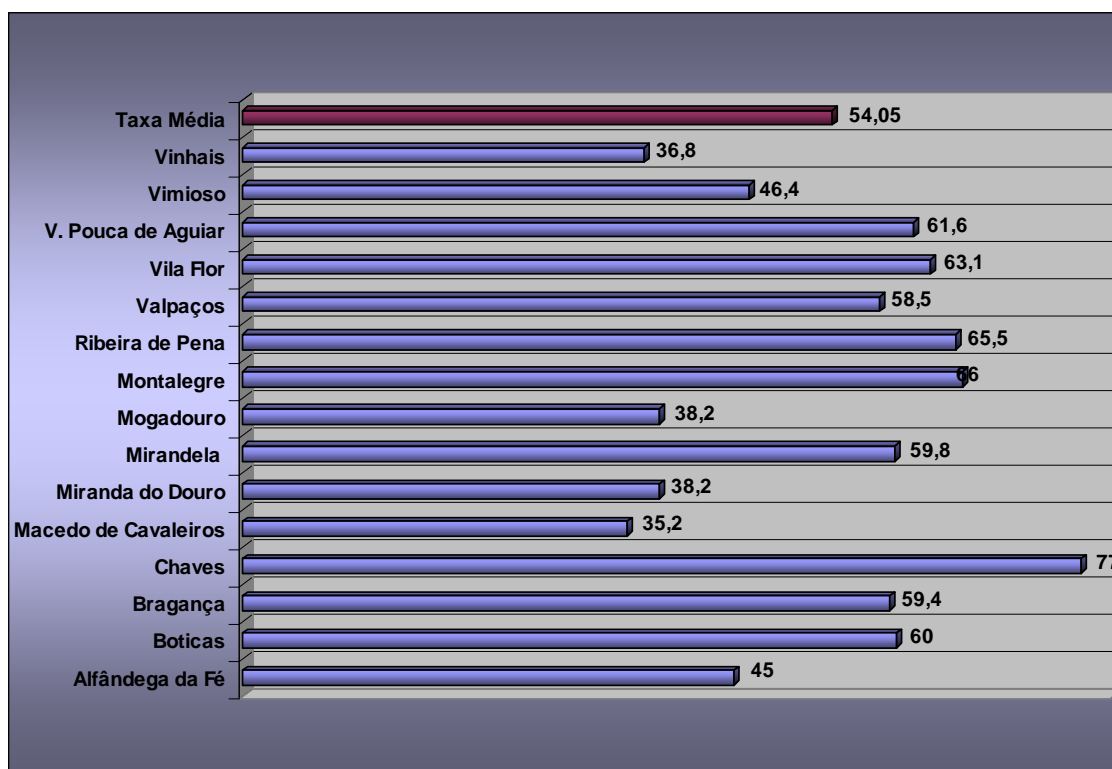
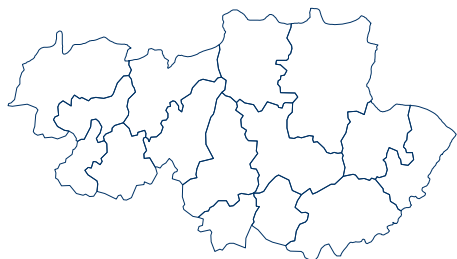
Gráfico 28 – Taxas de Utilização do Serviço de Apoio Domiciliário, por concelho



Fonte: Carta Social (2007)

No que respeita às taxas de utilização da resposta social Centro de Dia, e pela análise do Gráfico 29, verifica-se que o concelho que apresenta a taxa de utilização mais elevada é o de Chaves (77%). O Centro de Dia apresenta taxas de utilização muito baixas em praticamente todos os concelhos, sendo que os concelhos de Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mogadouro e Vinhais apresenta taxas de utilização com valores na casa dos 30%. A taxa média de utilização do Centro de Dia é de apenas 54%.

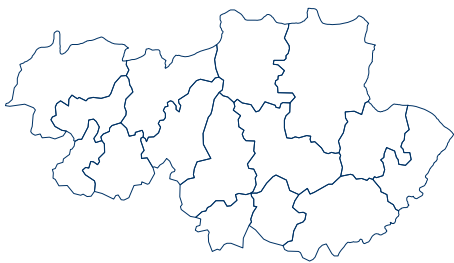
Gráfico 29 – Taxas de Utilização do Centro de Dia, por concelho



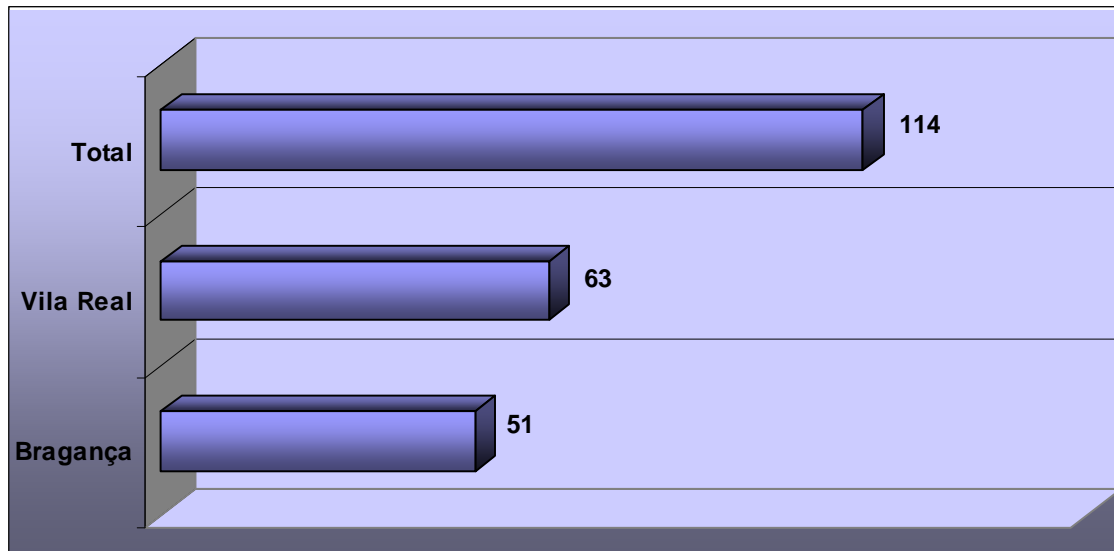
Fonte: Carta Social (2007)

Ainda no que se refere a respostas sociais destinadas à População Idosa, e pela análise do Gráfico 30, podemos constatar que existem na NUT III de Alto Trás-os-Montes 114 Famílias de Acolhimento de Pessoas Idosas<sup>1</sup> que acolhem um total de 205 pessoas com 65 e mais anos. Podemos ainda verificar que a maioria das Famílias de Acolhimento de Pessoas Idosas (63) se situam nos concelhos do distrito de Vila Real que pertencem à NUT III de Alto Trás-os-Montes

<sup>1</sup> Ver Anexo "Nomenclaturas e Conceitos das Respostas Sociais"

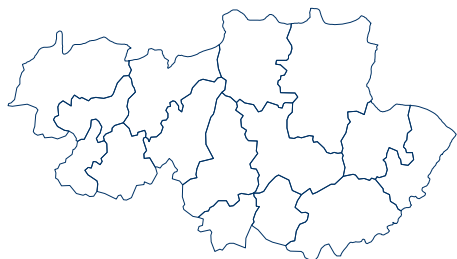


**Gráfico 30** – N.º Total de Famílias Acolhimento Idosos e Adultos com Deficiência e por Distrito, na NUT III de Alto Trás-os-Montes

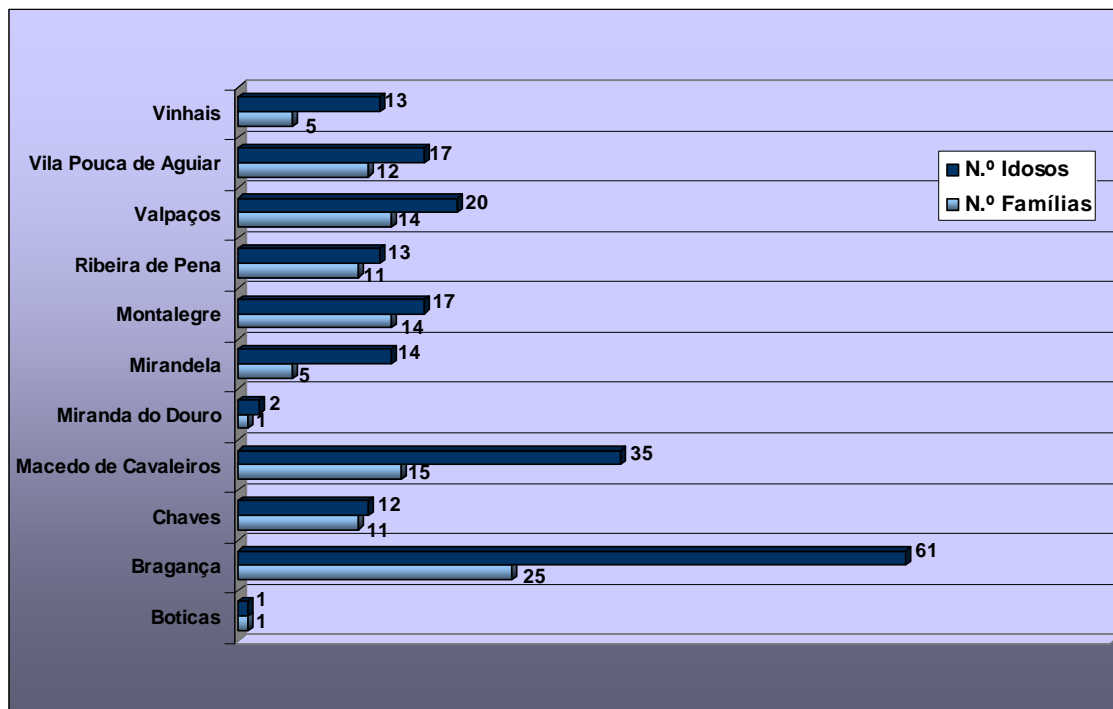


Fonte: ISS, IP

No que respeita á distribuição das Famílias de Acolhimento de Pessoas Idosas e dos Idosos em Acolhimento Familiar pelo concelhos da NUT III de Alto Trás-os-Montes, e pela análise do Gráfico 31, constata-se que, mais uma vez, é no concelho de Bragança que se concentra o maior numero de respostas sociais no âmbito do acolhimento familiar de pessoas idosas e de idosos em acolhimento familiar (25 e 61, respectivamente), seguido pelo concelho de Chaves (15 famílias e 35 idosos) e de Valpaços (14 famílias e 20 idosos).

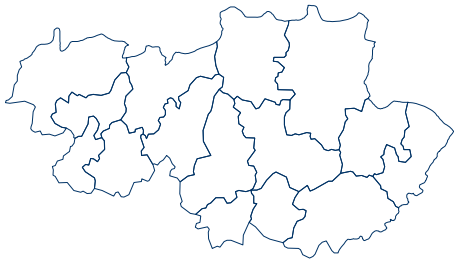


**Gráfico 31** – N.º de Famílias de Acolhimento de Idosos e Adultos com Deficiência e n.º de Idosos em Acolhimento Familiar, por concelho



Fonte: ISS, IP





## **Pessoas Idosas em Situação de Dependência**

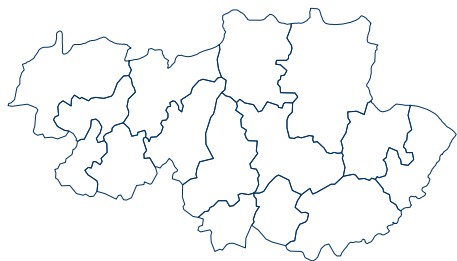
O Despacho conjunto n.º 407/98, de 18 de Junho que instituiu o Apoio Domiciliário Integrado e as Unidades de Apoio Integrado surgiu para fazer face às complexas transformações demográficas, sociais e familiares que se operaram na sociedade portuguesa, e que determinam novas necessidades para certos grupos da população, nomeadamente as pessoas mais idosas, as pessoas com deficiência e as que têm problemas de saúde mental.

A crescente necessidade de prestação de cuidados continuados àquelas pessoas decorre, em particular, quer do envelhecimento da população, quer da alteração dos equilíbrios sociais, designadamente da estrutura familiar e de fenómenos de desertificação.

### **Apoio Domiciliário Integrado**

O apoio domiciliário integrado é um serviço que se concretiza através de um conjunto de acções e cuidados pluridisciplinares, flexíveis, abrangentes, acessíveis e articulados, de apoio social e de saúde, a prestar no domicílio.

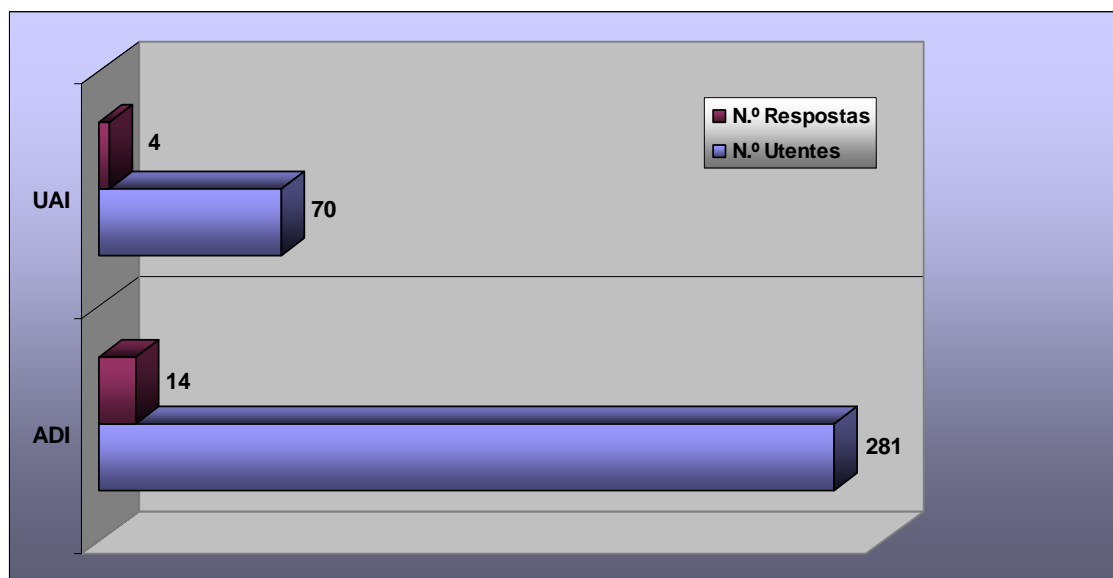
O apoio domiciliário integrado assegura, sobretudo, a prestação de cuidados (de enfermagem e médicos de natureza preventiva, curativa e outros) e a prestação de apoio social indispensável à satisfação das necessidades básicas humanas.



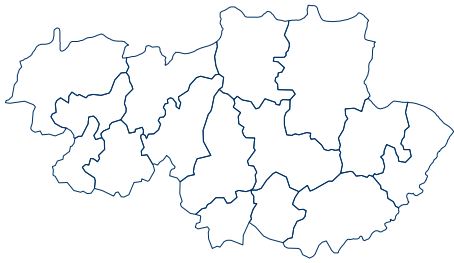
O apoio social privilegiará a abordagem psicossocial e a vertente ocupacional, envolvendo as famílias e outros prestadores de cuidados informais, e assegura a prestação de pequenos serviços no exterior, tais como compras, marcação de consultas, ou outros de natureza indispensável.

Na NUT III de Alto Trás-os-Montes existem 14 respostas sociais de Apoio Domiciliário Integrado que apoiam um total de 281 indivíduos.

**Gráfico 32** – N.º de respostas sociais ADI e UAI na NUT III Alto Trás-os-Montes e respectiva frequência



Fonte: Carta Social



## Unidade de Apoio Integrado

A unidade de apoio integrado é uma unidade com capacidade máxima de 30 utentes, que visa prestar cuidados temporários, globais e integrados a pessoas que, por motivo de dependência, não podem, de acordo com a avaliação da equipa de cuidados integrados, manter-se apoiados no seu domicílio, mas que não carecem de cuidados clínicos em internamento hospitalar.

A unidade de apoio integrado, pelos objectivos e cuidados que presta, é uma estrutura diferenciada dos equipamentos designados por lar, mesmo quando estes dispõem de cuidados de enfermagem e de assistência médica, inclusive nos casos em que a mesma é prestada por clínico geral indigitado pelo centro de saúde.

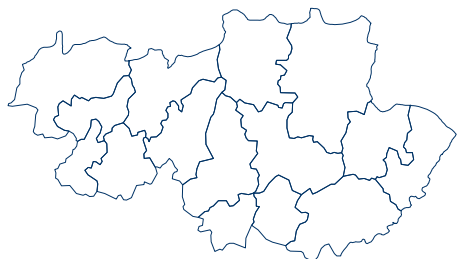
Na NUT III de Alto Trás-os-Montes existem 4 respostas sociais de Unidade de Apoio Integrado que apoiam um total de 70 pessoas.

## Pessoas em Situação de Dependência

A Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI) assume-se como um novo modelo organizacional criado pelos Ministérios do Trabalho e da Solidariedade Social e da Saúde, e é formada por um conjunto de Instituições públicas e privadas, que prestam cuidados de saúde e de apoio social, de forma continuada e integrada a pessoas que, independentemente da idade, se encontrem em situação de dependência.

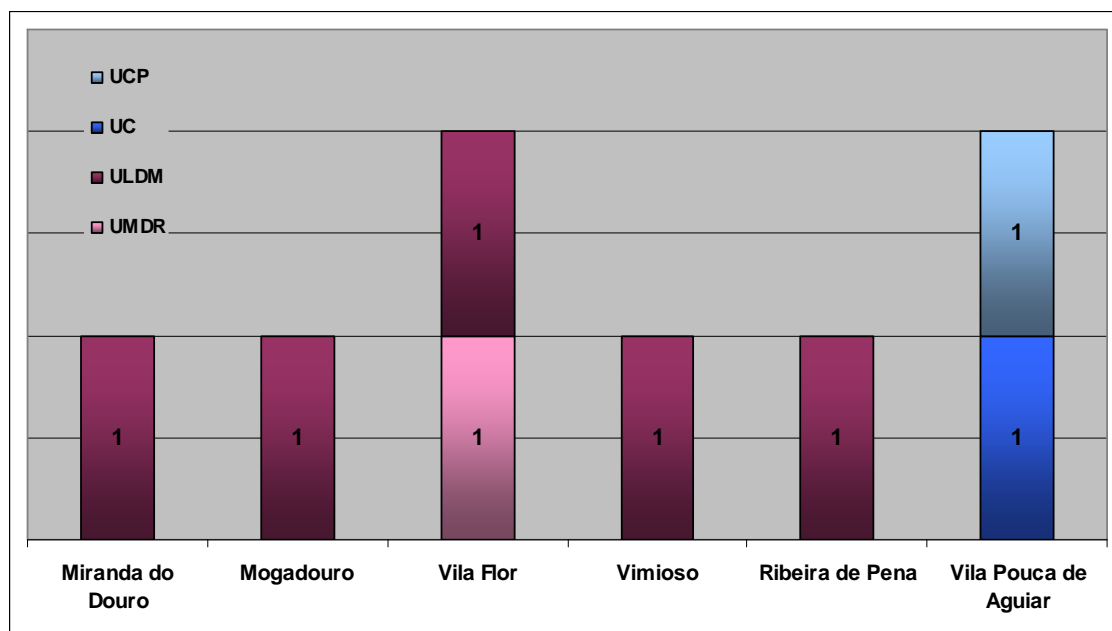
A noção de «cuidados continuados integrados» é entendida como um conjunto de intervenções sequenciais de saúde e ou de apoio social, decorrente de avaliação conjunta, centrado na recuperação global entendida como o processo terapêutico e de apoio social, activo e contínuo, que visa promover a autonomia melhorando a funcionalidade da pessoa em situação de dependência, através da sua reabilitação, readaptação e reinserção familiar e social<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> Decreto-Lei n.º 101/2006, de 6 de Junho, artigo 3.º, alínea a)



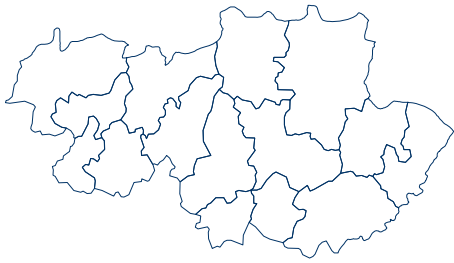
Segundo dados disponibilizados pela RNCCI, encontram-se em funcionamento, na NUT III de Alto Trás-os-Montes, 5 Unidades de Longa Duração e Manutenção (ULDM), localizadas nos concelhos de Miranda do Douro, Mogadouro, Vila Flor, Vimioso e Ribeira de Pena, 1 Unidade de Média Duração e Reabilitação (UMDR), localizada no concelho de Mogadouro, 1 Unidade de Convalescença (UC) e 1 Unidade de Cuidados Paliativos (UCP), ambas localizadas no concelho de Vila Pouca de Aguiar.

**Gráfico 33** – Distribuição das Respostas das Unidades de Cuidados Continuados Integrados, por Tipologia de Resposta e por Concelho

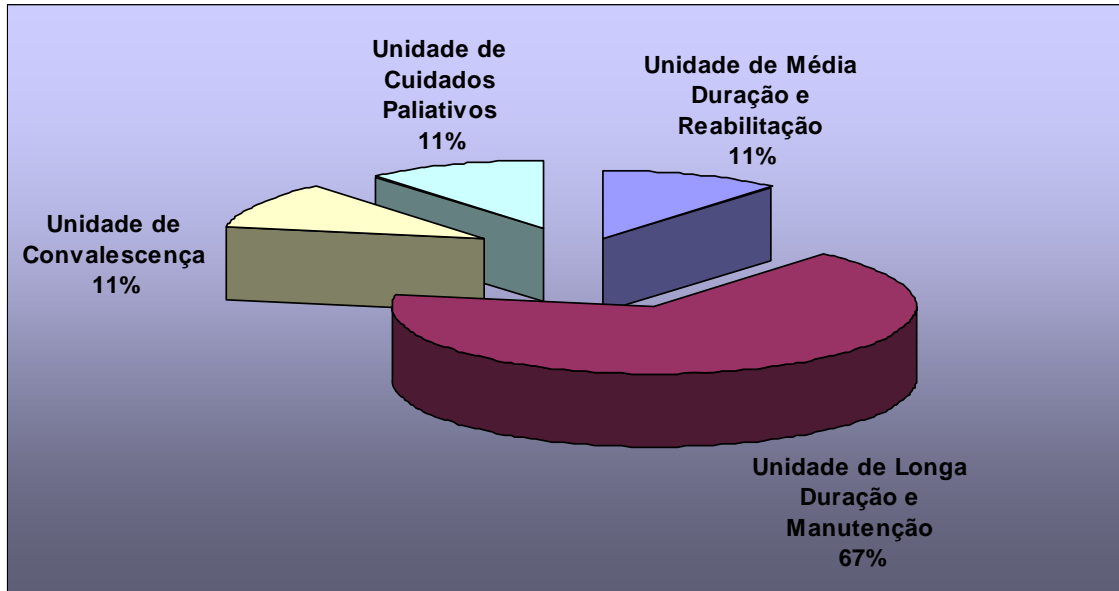


Fonte: Carta Social

No que se refere à distribuição das tipologias das respostas das Unidades de Cuidados Continuados Integrados podemos verificar, como mostra o Gráfico 34, que a Unidade de Longa Duração e Manutenção é a que prevalece (67%).



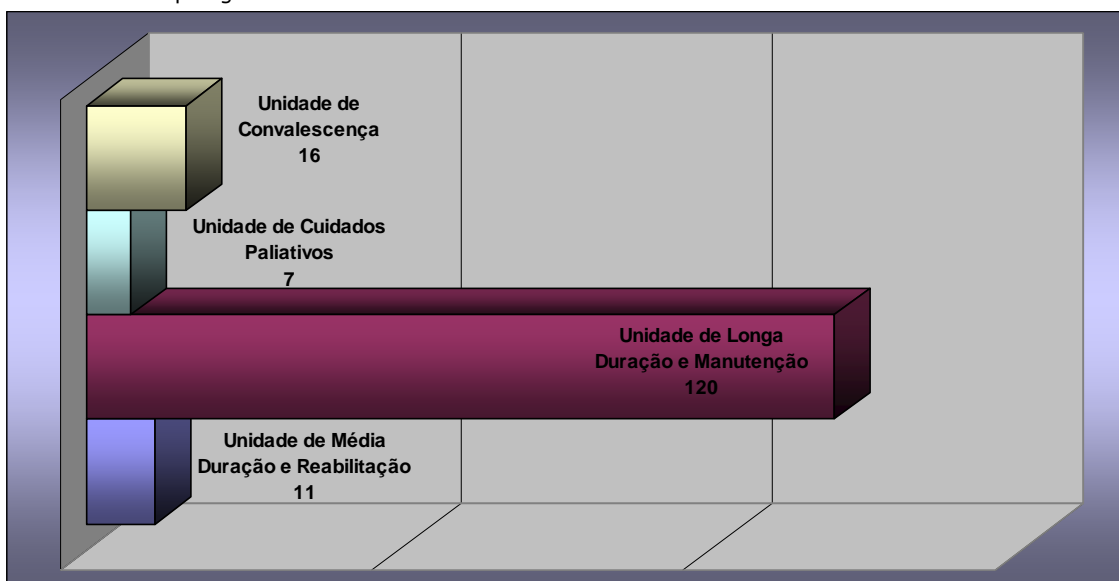
**Gráfico 34** – Distribuição das Respostas das Unidades de Cuidados Continuados Integrados, por Tipologia de Resposta (%)



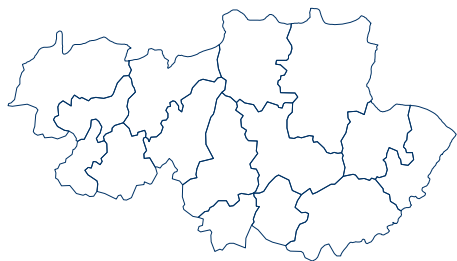
Fonte: ISS, IP

No que respeita à distribuição do número de vagas por Resposta Social, verifica-se que as Unidades de Longa Duração e manutenção disponibilizam 120 vagas, a Unidade de Convalescença disponibiliza 16 vagas, a Unidade de Média Duração e Reabilitação disponibiliza 11 vagas e a Unidade de Cuidados paliativos disponibiliza 7 vagas.

**Gráfico 35** – N.º de Vagas nas Unidades de Cuidados Continuados da NUT III Alto Trás-os-Montes, por tipologia

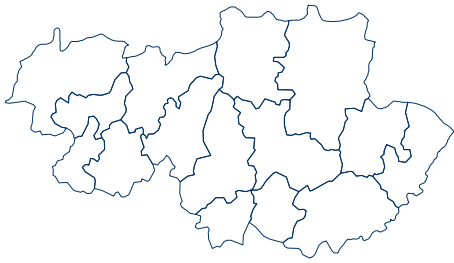


Fonte: ISS, IP



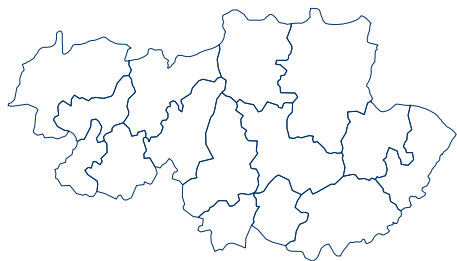
## **Protecção Social**





**A** Segurança Social assume-se como um sistema de protecção de todos os cidadãos em situações típicas de carência económica e social derivadas, quer da impossibilidade de angariar meios de subsistência, quer da insuficiência dos mesmos, em virtude de aumento de encargos vitais, o qual releva de um quadro normativo institucionalizado, de um aparelho técnico organizativo, um modelo de financiamento, um regime financeiro específico, decorrentes não só da socialização global dos riscos, mas também da solidariedade geral e é administrado segundo princípios técnicos adequados à prossecução das suas finalidades.

O Sistema de Protecção Social de Cidadania, contido na macro estrutura do sistema de segurança social, tem por objectivo garantir direitos básicos dos cidadãos e a igualdade de oportunidades, bem como, promover o bem-estar e a coesão sociais. Neste sistema estão abrangidos os cidadãos incluídos nos regimes contributivo e não contributivo, ou seja, para usufruir destas protecções não é imprescindível terem contribuído para a Segurança Social. São exemplos destas prestações, o Rendimento Social de Inserção e o Complemento Solidário para Idosos.



## Rendimento Social de Inserção

*O Rendimento Social e Inserção constitui um mecanismo de combate à pobreza, tendo como principal assegurar aos cidadãos e aos seus agregados familiares recursos que contribuam para a satisfação das suas necessidades mínimas e paralelamente, favorecer a progressiva inserção social, laboral e comunitária.*

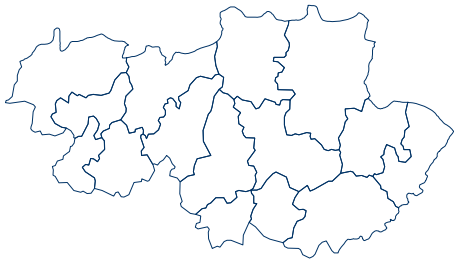
*In, [www.seq-social.pt](http://www.seq-social.pt)*

O Rendimento Social de Inserção (RSI) consiste numa prestação incluída no Subsistema de Solidariedade no âmbito do Sistema de Protecção Social de Cidadania, e num Programa de Inserção, promovendo o combate à pobreza através de mecanismos que assegurem às pessoas e seus agregados familiares recursos que contribuam para a satisfação das suas necessidades mínimas e para o favorecimento de uma progressiva inserção social, laboral e comunitária, respeitando os princípios da igualdade, solidariedade, equidade e justiça social.

Esta medida tem como objectivos fundamentais reforçar a natureza social e promover efectivamente a inclusão dos mais carenciados, privilegiando a inserção e introduzindo um maior rigor na atribuição, processamento e gestão da própria medida, conferindo assim uma eficácia social acrescida com claros benefícios para as pessoas e para o Estado.

O Rendimento Social de Inserção assume-se como um contributo fundamental à promoção da inserção social das pessoas e famílias em processo de pobreza e de exclusão social, através do reconhecimento de que a situação de exclusão devida à insuficiência de recursos viola o direito social fundamental a um mínimo de existência condigna e deve de ser combatida de forma sistemática.

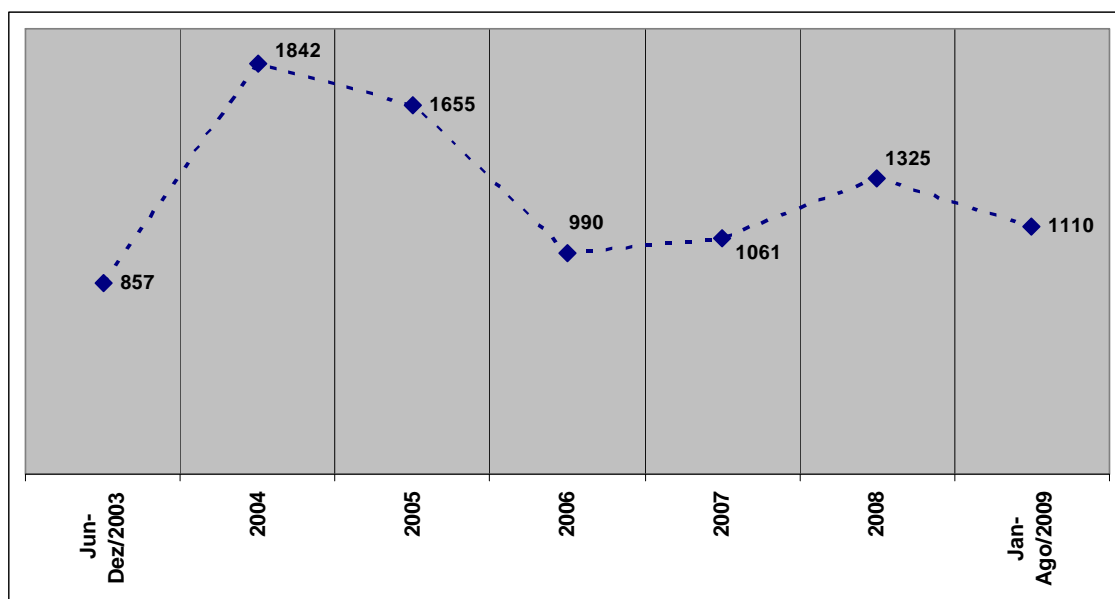




O Rendimento Social de Inserção foi instituído em 2003 pela Lei n.º 13/2003, de 21 de Maio, que veio revogar a Lei n.º 19-A/96, de 29 de Junho, que criara o Rendimento Mínimo Garantido.

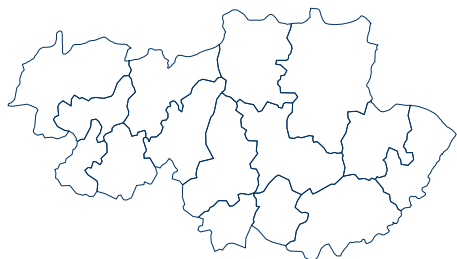
Os dados utilizados na abordagem desta prestação datam de Agosto de 2009, tendo os mesmos sido disponibilizados pelo Instituto de Segurança Social, IP (ISS, IP).

**Gráfico 36** – Rendimento Social de Inserção (RSI) – Evolução do N.º de Requerimentos Entrados, por ano de entrada

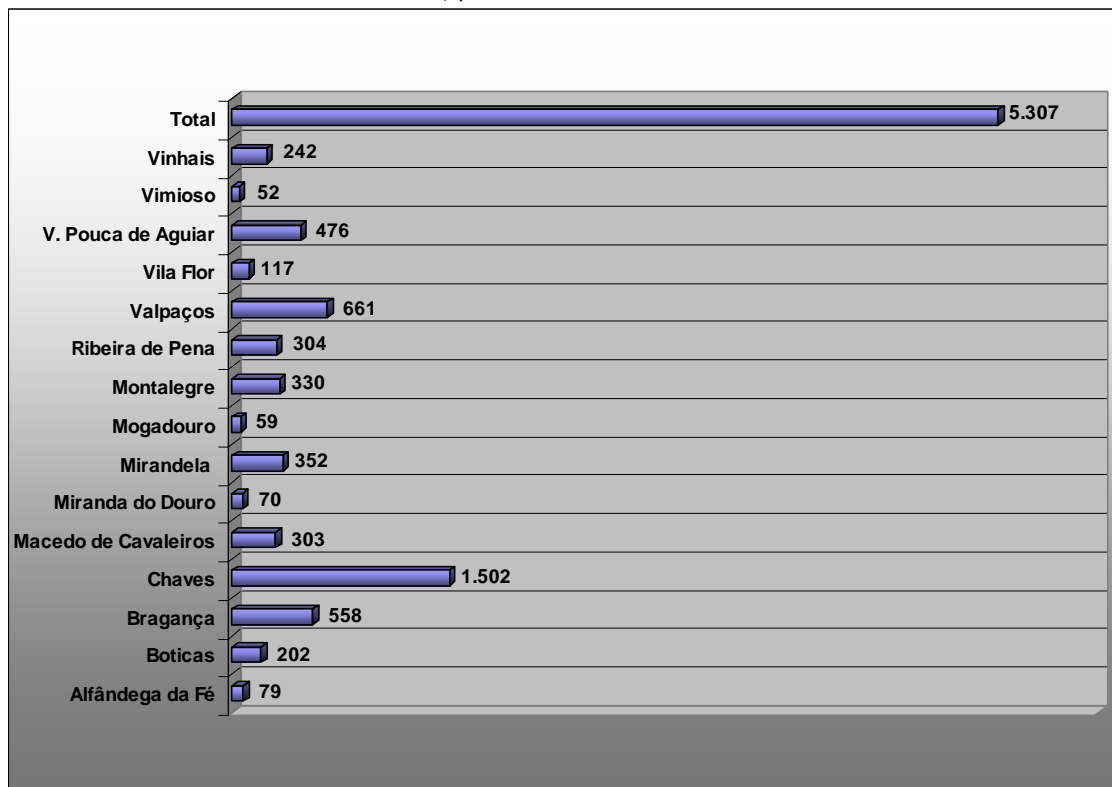


Fonte: Sistema de Estatística da Segurança Social (SESS/RSI)

Como se pode verificar pela análise do Gráfico 36, desde a entrada em vigor da Lei que revogou o Rendimento Mínimo Garantido e aprovou o Rendimento Social de Inserção, o número de requerimentos entrados apresenta uma evolução positiva ao nível da NUT III de Alto Trás-os-Montes, tendo atingido o valor mais elevado no ano de 2004 com 1 842 requerimentos entrados. Em 2006 este número sofre um decréscimo significativo, com apenas 990 requerimentos entrados. Contudo, em 2007 este número entra de novo em franco crescimento, tendência que se mantém até à actualidade.



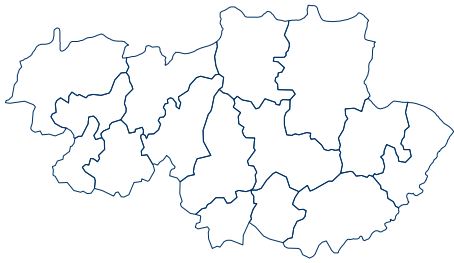
**Gráfico 37** – N.º de Beneficiários de RSI, por concelho



Fonte: Sistema de Estatística da Segurança Social (SESS/RSI)

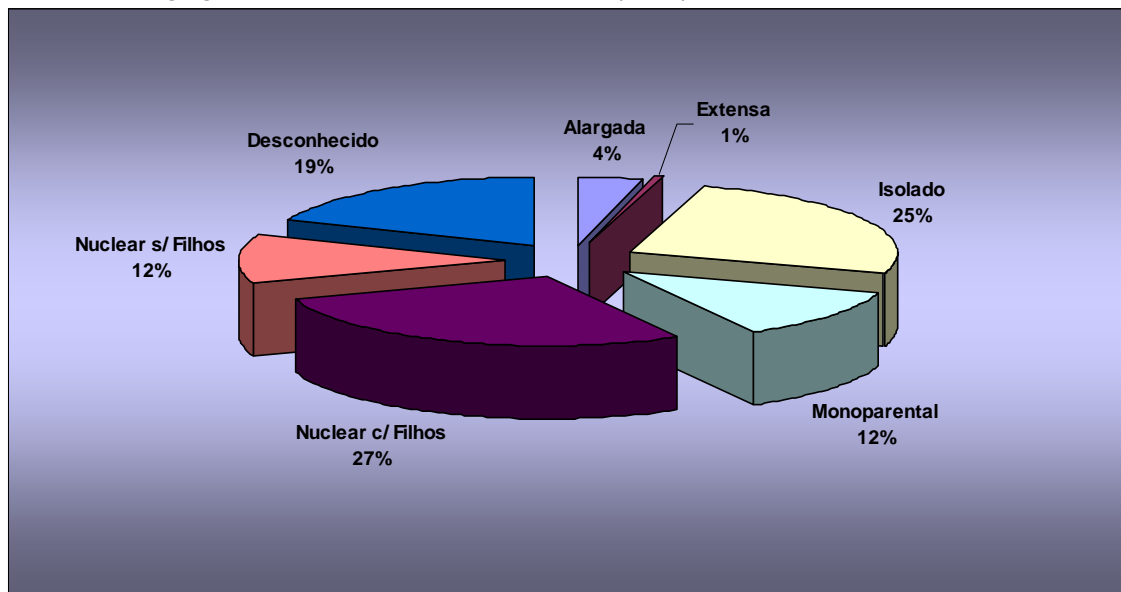
Como se pode constatar através da leitura do Gráfico 37, até ao mês de Agosto de 2009, a NUT II de Alto Trás-os-Montes apresentava um total de 5 307 beneficiários titulares do RSI, distribuídos pelos quinze concelhos da NUT.

Destes, o concelho de Chaves era o que apresentava mais beneficiários titulares de RSI, num total de 1 502, seguido pelos concelhos de Valpaços, Bragança e Vila Pouca de Aguiar, com um total de 661, 558 e 476 beneficiários titulares do RSI, respectivamente.



Os concelhos que apresentam menor número de beneficiários titulares abrangidos por esta prestação são os de Vimioso e Mogadouro, com um total de 52 e 59 beneficiários titulares do RSI, respectivamente.

Gráfico 38 – Agregados Familiares beneficiários de RSI, por Tipo de Família



Fonte: Sistema de Estatística da Segurança Social (SESS/RSI)

Relativamente à caracterização dos beneficiários do RSI por tipologia de agregado familiar, podemos constatar pela análise do Gráfico 38, que a maioria (28%) dos agregados familiares beneficiários do RSI se enquadra na tipologia de Família Nuclear, com um total de 597 agregados, seguida da tipologia Isolado, que representa 25% (547 agregados) do total dos agregados.

A tipologia menor número de agregados beneficiários de RSI é a Família Extensa, com apenas 1%, que corresponde a 12 agregados.

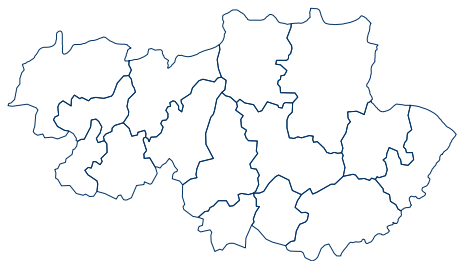
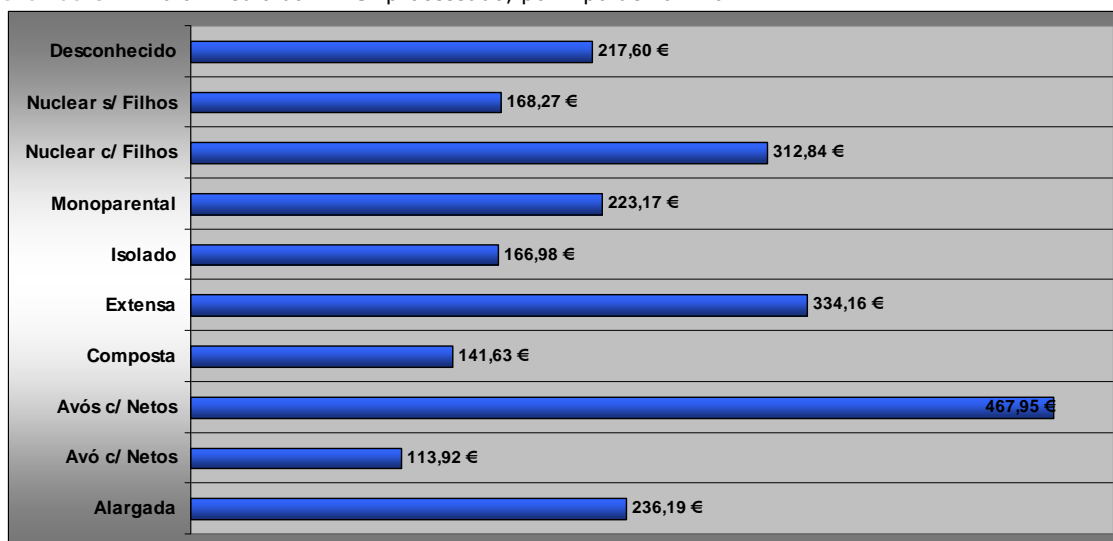
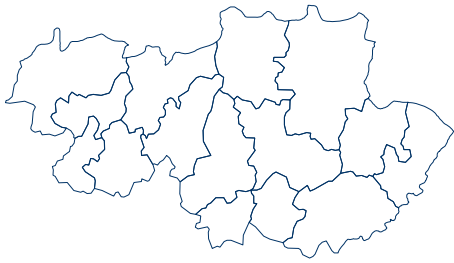


Gráfico 39 - Valor Médio da PPRSI processado, por Tipo de Família



Fonte: Sistema de Estatística da Segurança Social (SESS/RSI)

No que respeita ao valor mensal de RSI processado, constata-se, pela leitura do Gráfico 39, que a tipologia de família que aufero o maior e o menor valor mensal de RSI são as tipologias Avós com Netos e Avó com Netos, auferindo em média o valor de 467,95 € e de 113,92 €, respectivamente.



## Complemento Solidário para Idosos

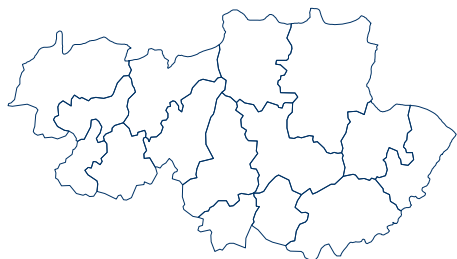
*“O Complemento Solidário para Idosos é uma prestação monetária do subsistema de Solidariedade, destinada a pessoas com baixos rendimentos.”*

*In, [www.seq-social.pt](http://www.seq-social.pt)*

Os indicadores de pobreza relativos a Portugal evidenciam a necessidade de correcção das intoleráveis assimetrias de rendimento existentes entre os Portugueses, que penalizam particularmente os mais idosos, pese embora a evolução positiva ocorrida nos últimos 10 anos. A informação disponível demonstra ainda que, entre a população portuguesa que se encontra em situação de pobreza, é precisamente no grupo dos mais idosos (65 anos ou mais) que se continuam a verificar as situações de maior severidade e em que os níveis de privação decorrentes da escassez de recursos monetários são ainda mais elevados, pelo que se impõe uma intervenção dirigida a esta faixa etária no sentido de melhorar a situação de fragilidade social em que se encontra.

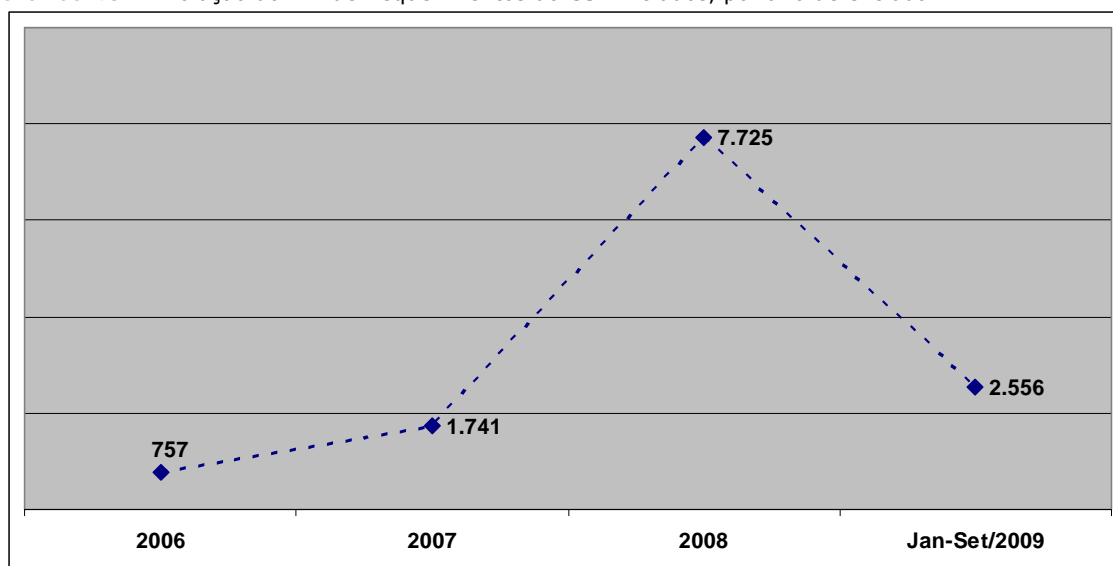
A este quadro não será alheio o facto de no grupo em causa se concentrarem essencialmente pensionistas, cujo rendimento da pensão assume ainda valores baixos.

A criação do Complemento Solidário para Idosos veio permitir uma reformulação profunda das políticas de mínimos sociais para idosos, procurando atingir maiores níveis de eficácia na redução de desigualdades, mas também maiores níveis de responsabilização de todos os que podem e devem contribuir para melhorar a qualidade de vida dos idosos, designadamente as suas famílias permitindo, desta forma, canalizar mais recursos para os idosos mais necessitados, designadamente os idosos isolados e sem apoio familiar.



O Complemento Solidário para Idosos constitui uma prestação do subsistema de solidariedade destinada a pensionistas com mais de 65 anos, assumindo-se o mesmo como um complemento aos rendimentos dos mesmos. Tem natureza diferencial, sendo atribuída de acordo com os rendimentos dos agregados familiares e é fixado por referência a um limiar de rendimento, que no ano de 2009 foram fixados os montantes de 4 960,00 € para requerentes singulares e de 8 680,00 € para pessoas casadas ou a viver em união de facto.

**Gráfico 40** – Evolução do N.º de Requerimentos do CSI Entrados, por ano de entrada



Fonte: Sistema de Estatística da Segurança Social (SESS/CSI) Dados referentes a 13/10/2009

Como se pode verificar pela análise do Gráfico 40, desde a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 232/2005, de 29 de Dezembro que criou o Complemento Solidário para Idosos, o número de requerimentos entrados apresenta uma evolução positiva ao nível da NUT III de Alto Trás-os-Montes, tendo atingido o valor mais elevado no ano de 2008 com 7.725 requerimentos entrados. Em 2009 a tendência positiva que se registara até então é interrompida, sendo que, até Setembro de 2009 apenas entraram 2.556 requerimentos e, os requerimentos que entrarem no último trimestre de 2009 dificilmente elevarão o número de requerimentos entrados aos níveis registados em 2008.

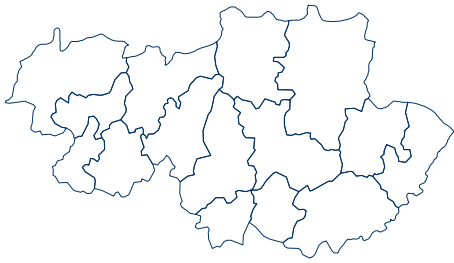
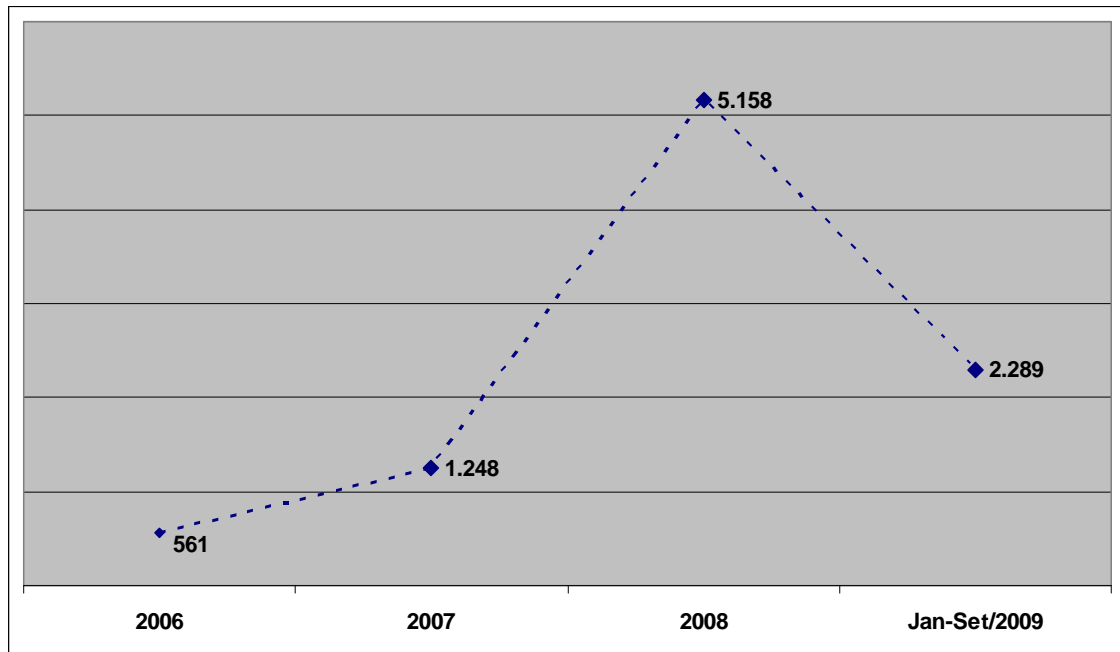
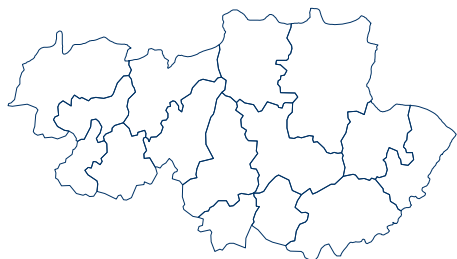


Gráfico 41 – Evolução do N.º de Requerimentos do CSI Deferidos, por ano

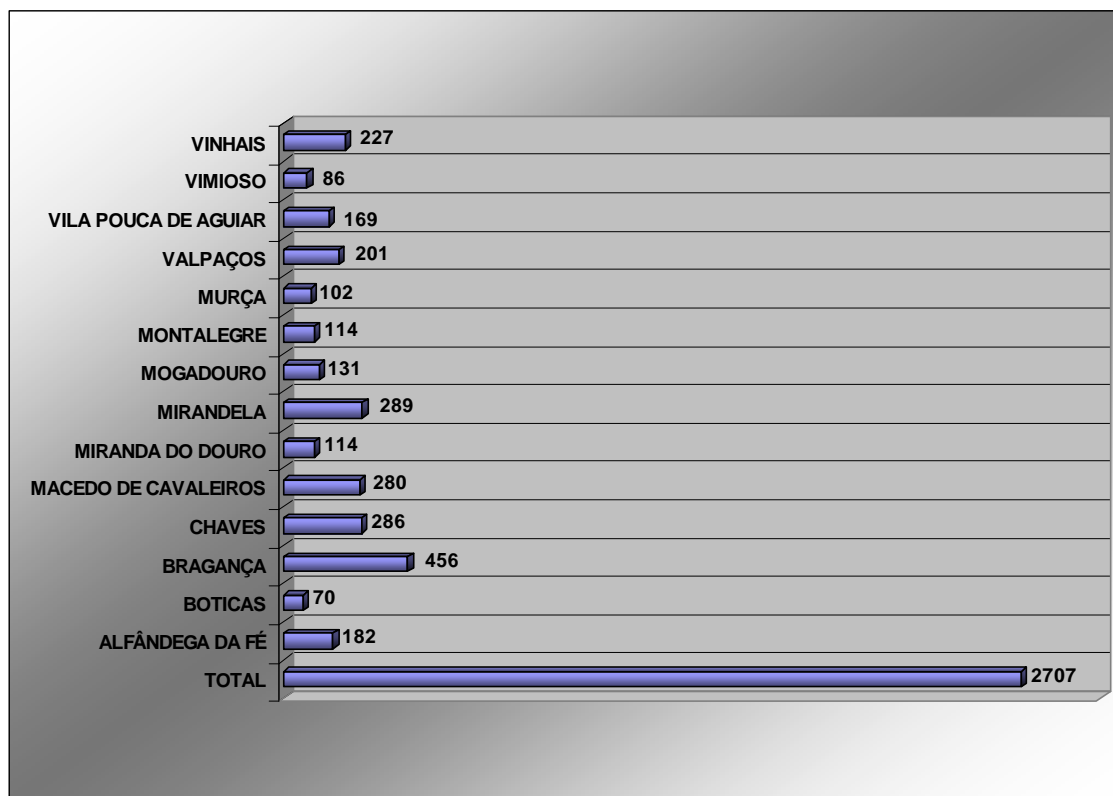


Fonte: Sistema de Estatística da Segurança Social (SESS/CSI) Dados referentes a 09/10/2009

Relativamente ao número de requerimentos do CSI deferidos, constata-se pela leitura do Gráfico 41, que os mesmos acompanham a tendência dos requerimentos entrados, isto é, verifica-se uma tendência crescente de 2006 até 2008, ano em que se atinge o pico em termos de requerimentos deferidos, com um total de 5 158 deferimentos. Contudo, em 2009 este número sofre um decréscimo significativo, existindo apenas 2 289 requerimentos deferidos, também fruto do decréscimo de requerimentos entrados durante o mesmo período.



**Gráfico 42 – Requerimentos Indeferidos, por concelho**

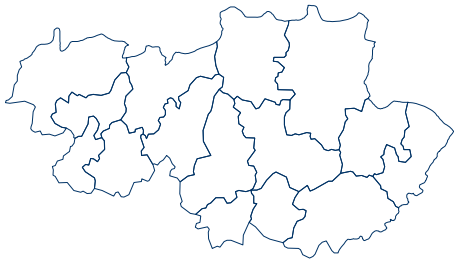


Fonte: Sistema de Estatística da Segurança Social (SESS/CSI) Dados referentes a 16/10/2009

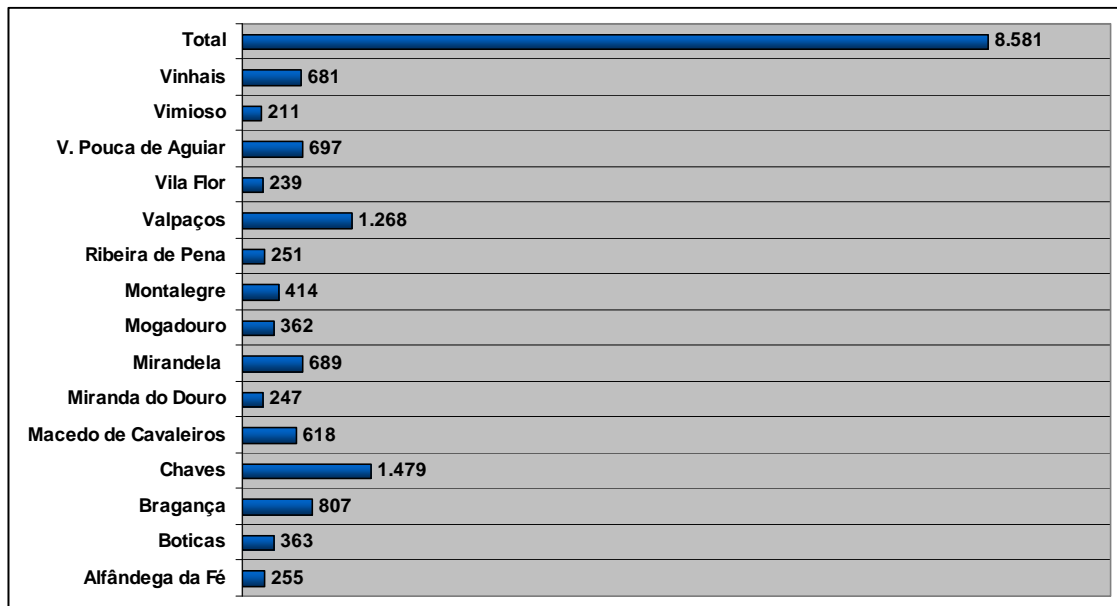
Desde o início da medida, foram indeferidos 2 707 requerimentos do CSI nos quinze concelhos da NUT de Alto Trás-os-Montes. O concelho com maior volume de requerimentos indeferidos é o de Bragança, com um total de 456 indeferimentos, seguido dos concelhos de Mirandela e de Chaves, com 289 e 286 indeferimentos, respectivamente.

O motivo que mais frequentemente motiva o indeferimento dos requerimentos do CSI é o facto de os rendimentos apresentados constantes nos requerimentos ultrapassarem os limiares dos rendimentos estabelecidos para este efeito. Este “excesso” de rendimento pode derivar dos rendimentos do(s) próprio(s) requerente(s) ou da componente de solidariedade familiar (rendimentos do filhos).





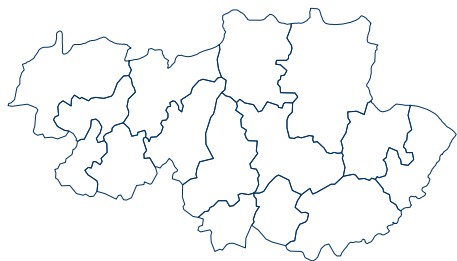
**Gráfico 43** – Requerentes do CSI com Processo Activo, por concelho de residência



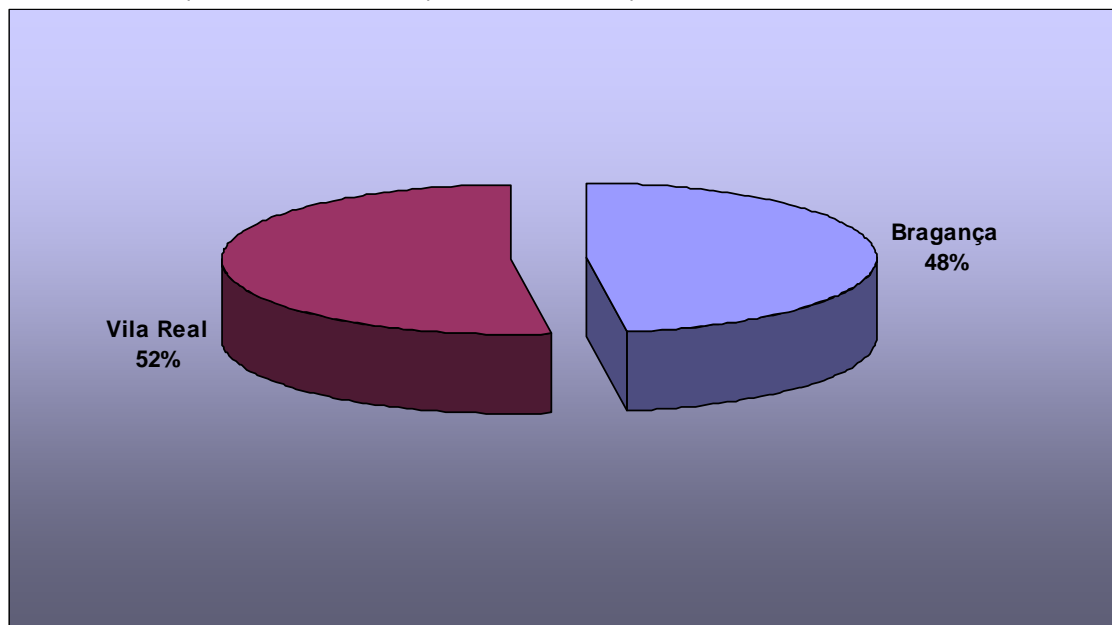
Fonte: Sistema de Estatística da Segurança Social (SESS/CSI) Dados referentes a 25/09/2009

Relativamente à distribuição dos requerentes do CSI com processo activo por concelho de residência, constata-se pela leitura do Gráfico 43 que, dos quinze concelhos que compõem a NUT III de Alto Trás-os-Montes, e do universo de 8 581 requerentes com processos activos, é no concelho de Chaves que se concentra o maior número, com um total de 1 479, seguido do concelho de Valpaços, com um total de 1 268 requerentes. O concelho que possui menor número de requerentes com processo activo é o concelho de Vimioso, com apenas 211 requerentes.

De salientar ainda que, tendo em conta o distrito de origem dos requerentes com processos activos, a maioria dos requerentes (52%) pertencem aos concelhos do distrito de Vila Real, com um total de 4 472 processos activos do CSI.



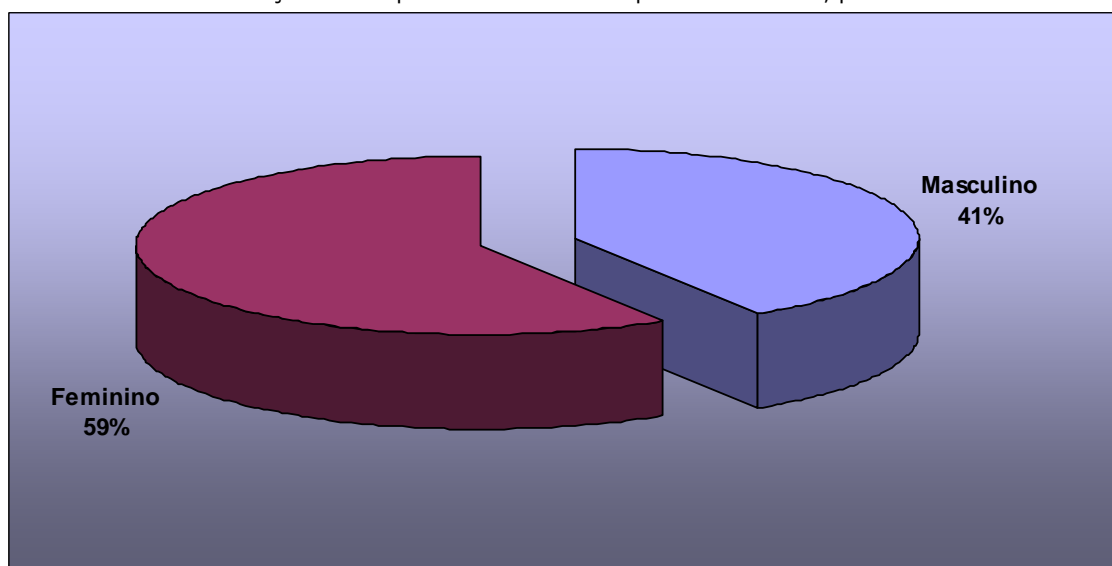
**Gráfico 44** – Requerentes do CSI com processos activos, por distrito de residência



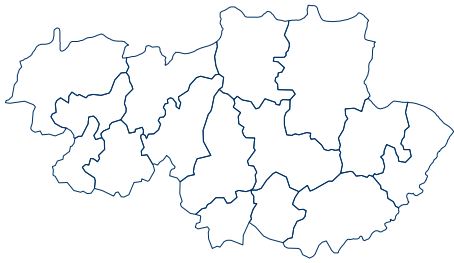
Fonte: Sistema de Estatística da Segurança Social (SESS/CSI)

No cômputo total dos 8 581 requerentes com processo activo, 59% dos mesmos são do sexo feminino, num total de 5 047 processos e 41% pertencem a requerentes do sexo masculino, num total de 3 526 processos.

**Gráfico 45** – Caracterização dos Requerentes do CSI com processos activos, por Género

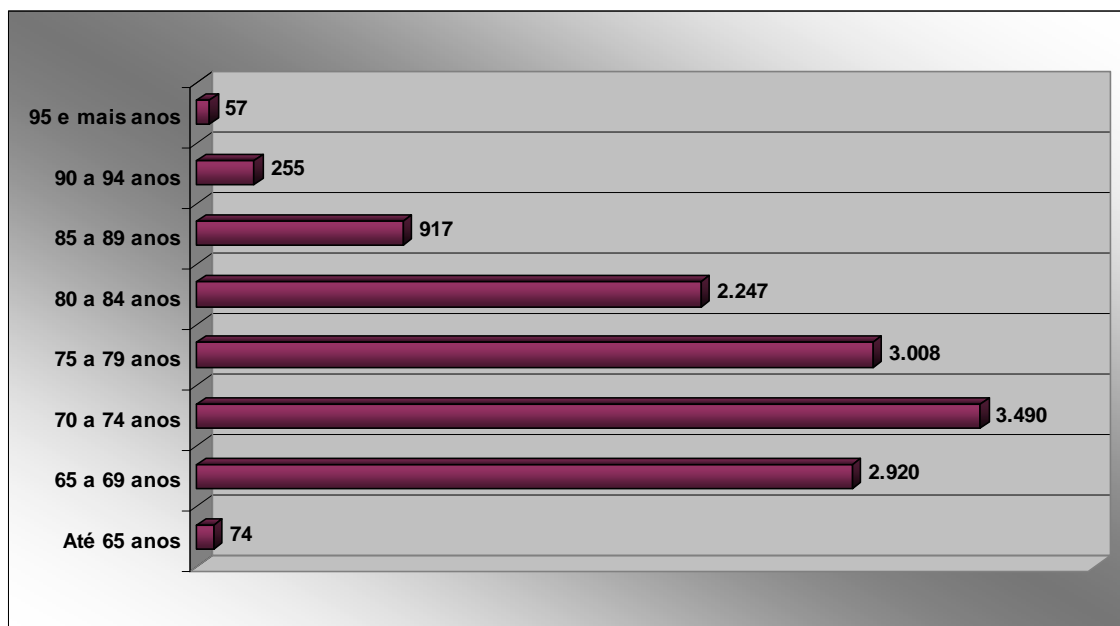


Fonte: Sistema de Estatística da Segurança Social (SESS/CSI)

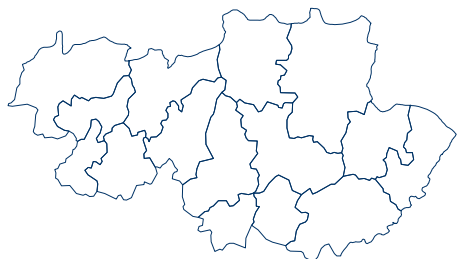


Relativamente à caracterização dos requerentes do CSI quanto ao escalão etário e ao género, verifica-se que, a maioria dos processos activos pertencem a requerentes que se situam na faixa etária dos 70 a 74 anos, com um total de 3490 processos, seguida da faixa etária dos 75 a 79 anos, com um total de 3008 requerentes, como é demonstrado pelo Gráfico que se segue.

Gráfico 46 – Requerentes do CSI, por Escalão Etário

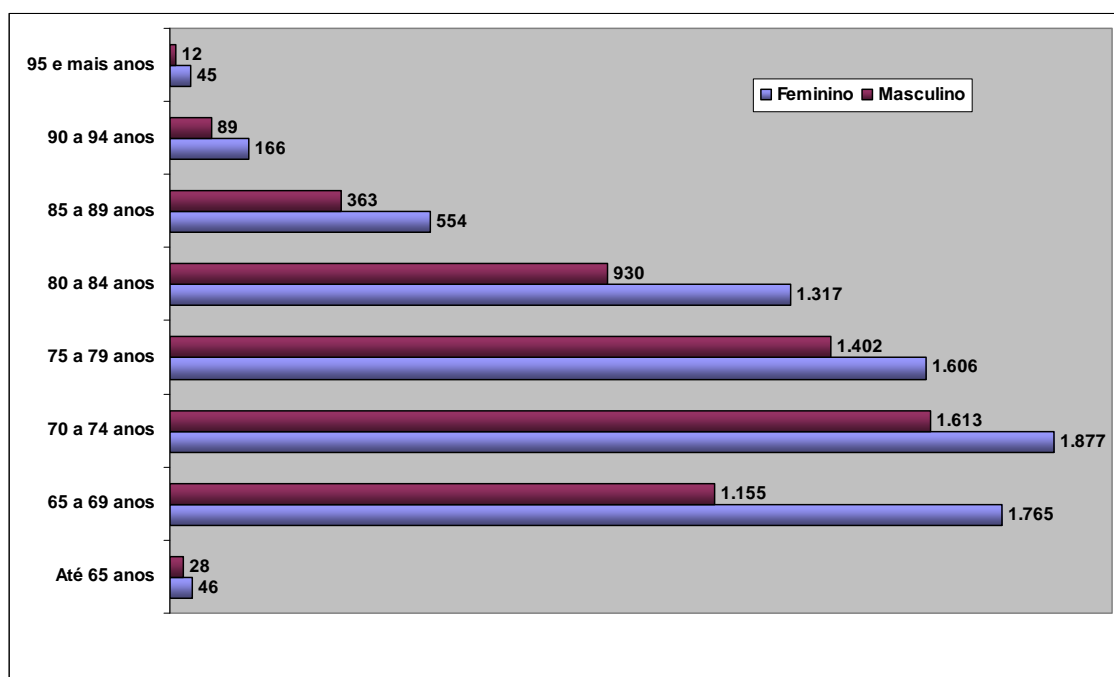


Fonte: Sistema de Estatística da Segurança Social (SESS/CSI) Dados referentes a 25/09/2009

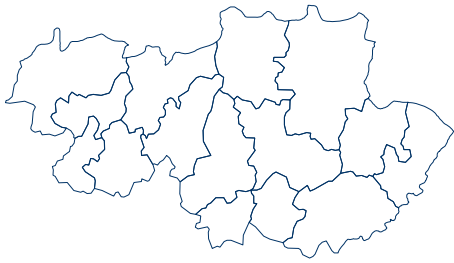


Em todos os escalões etários a predominância dos requerentes do sexo feminino é significativa, como se pode constatar pela leitura do Gráfico 46, sendo que, na faixa dos 65 aos 69 anos ascende a 60,4% e na faixa dos 75 aos 79 anos, corresponde a 53,4%.

**Gráfico 47 – Requerentes do CSI, por Escalão Etário e Género**



Fonte: Sistema de Estatística da Segurança Social (SESS/CSI)



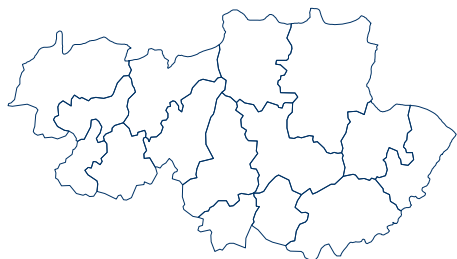
# Problemáticas/Eixos de Intervenção

Com vista à identificação das Problemáticas/Eixos de Intervenção da Plataforma de Alto Trás-os-Montes foi constituído um grupo de Trabalho no qual estava presente um representante de cada uma das entidades que constituem a Plataforma. Foi realizada uma reunião do referido Grupo de Trabalho em 26/05/2009 para o qual foram convocadas todas as entidades constituintes do grupo de trabalho, das quais compareceram as seguintes entidades:

- Centro Distrital de Bragança (ISS, IP)
- CLAS de Vinhais
- CLAS de Vimioso
- CLAS de Mogadouro
- CLAS de Bragança
- CLAS de Miranda do Douro
- CLAS de Vila Pouca de Aguiar
- Associação Empresarial Portuguesa
- CNIS
- União das Mutualidades
- DREN – EAE Terra Quente e Baixo Sabor
- REAPN

O trabalho de identificação das problemáticas decorreu em dois momentos distintos, sendo o primeiro momento a realização da reunião.

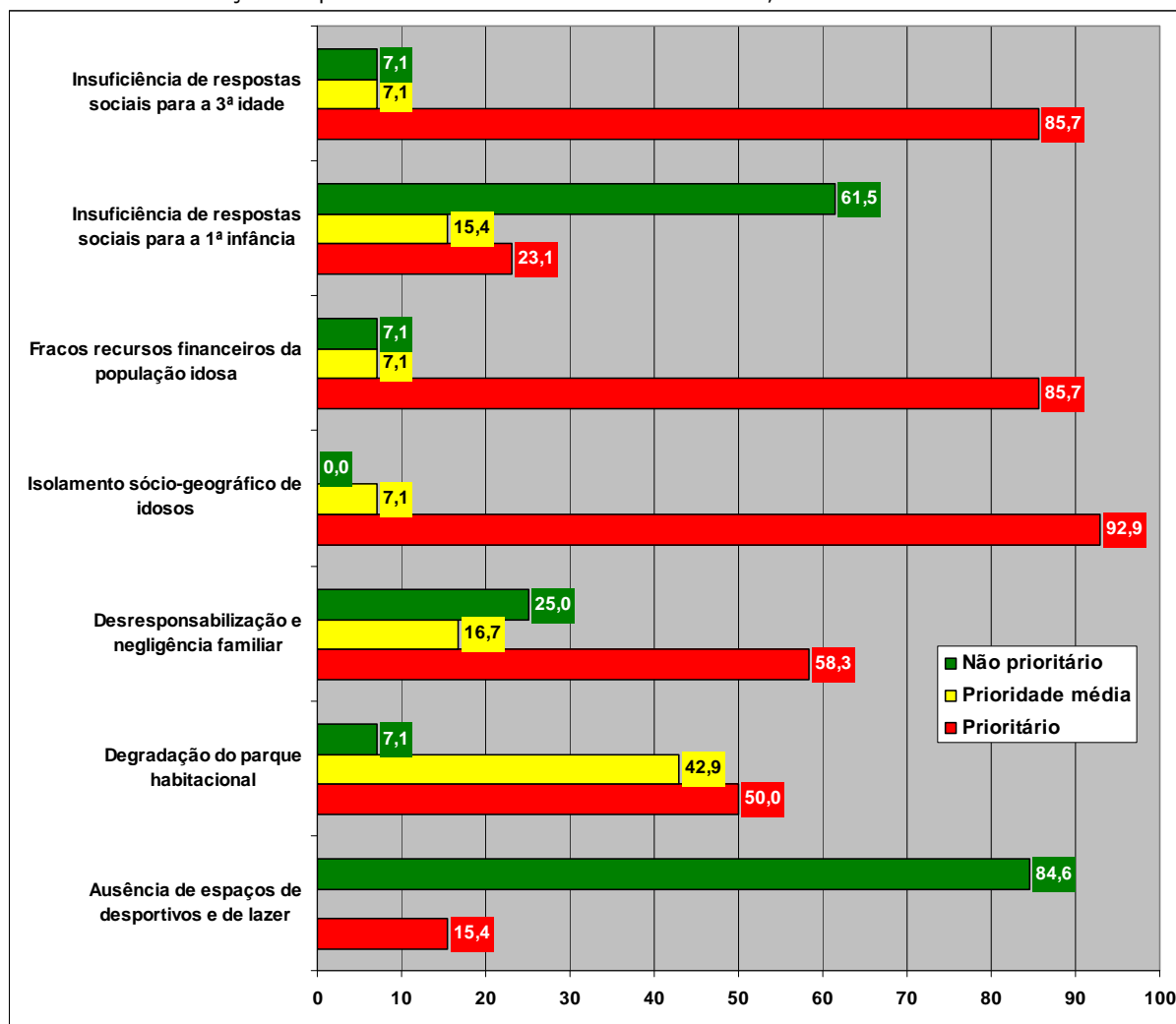
Desta reunião resultou a identificação das problemáticas constantes nos Diagnósticos Sociais dos CLAS que constituem a Plataforma e que estavam presentes na reunião. A identificação foi dividida em duas partes: identificação das problemáticas que concorriam para as Prioridades do PNAI 2008-2010 e identificação de outras problemáticas que, embora constantes nos instrumentos de planeamento locais, não concorrem directamente com as prioridades do PNAI.



Num segundo momento e depois de identificadas as problemáticas, foi solicitado a todos os CLAS que preenchessem uma Grelha de Priorização das mesmas. Onze CLAS responderam a esta solicitação numa primeira fase e quatro numa segunda fase. O único CLAS que não contribuiu, quer presencialmente, quer através do preenchimento da Grelha foi o CLAS de Vila Flor.

Do tratamento estatístico das grelhas enviadas pelos CLAS, resultaram os Gráficos 48 a 50.

**Gráfico 48 –** Priorização dos problemas identificados nos DS concelhios, no âmbito do PNAI 2008-2010



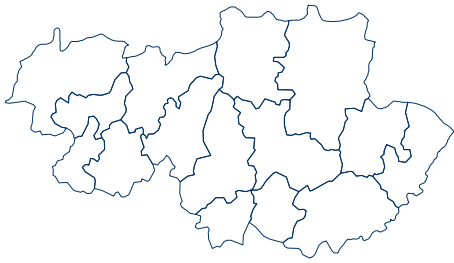


Gráfico 49 – Priorização dos problemas identificados nos DS concelhios, fora das prioridades do PNAI 2008-2010

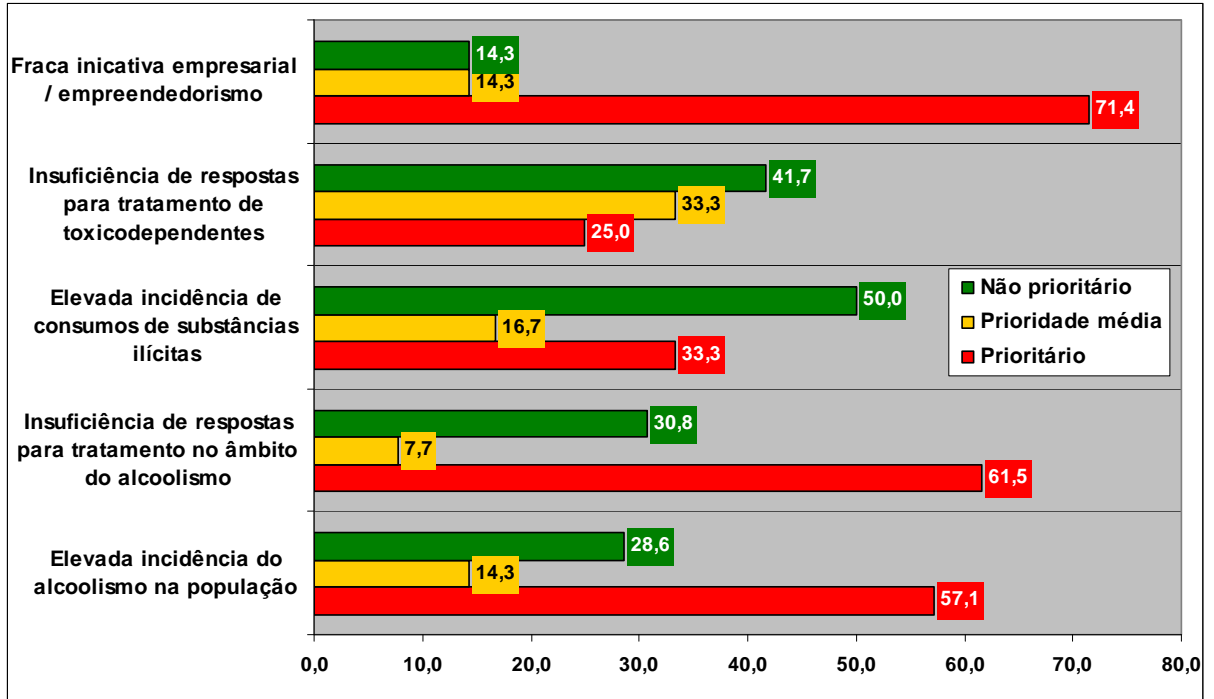
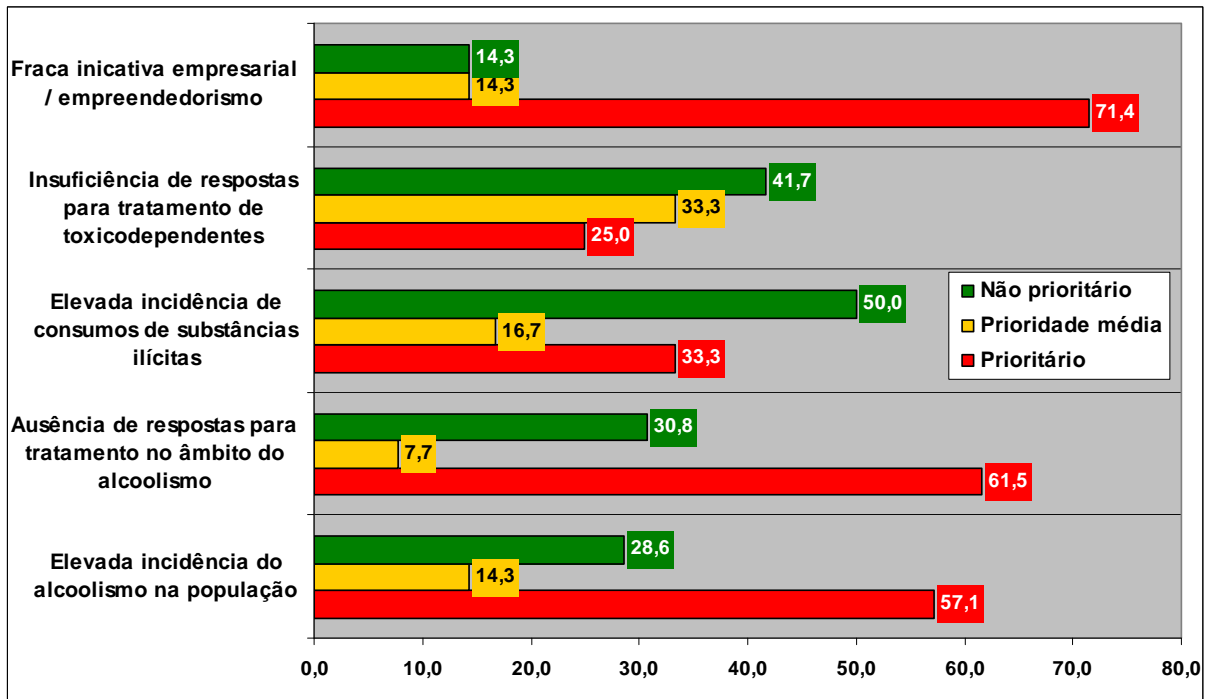
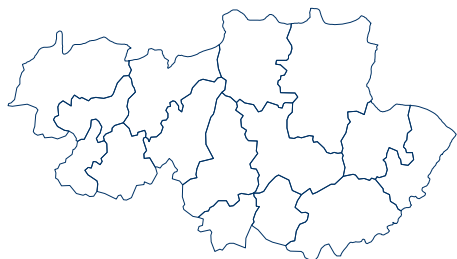


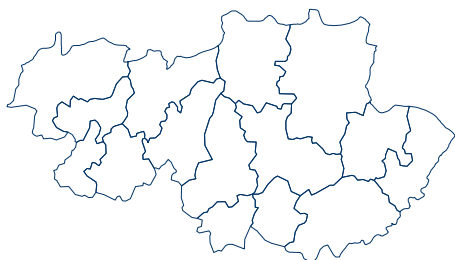
Gráfico 50 – Priorização dos problemas identificados nos DS concelhios, fora das prioridades do PNAI 2008-2010





O Quadro 9 apresenta de forma sucinta os problemas e respectivos Eixos de Intervenção, que foram identificados por uma percentagem  $\geq 50\%$  dos CLAS que integram a Plataforma Supra Concelhia de Alto Trás-os-Montes, com exceção da questão relativa ao Fraco Dinamismo Associativo, que foi unanimemente considerado um problema comum ao território da NUT III de Alto Trás-os-Montes, pelos representantes presentes no Plenário que se realizou em 30/10/2009.



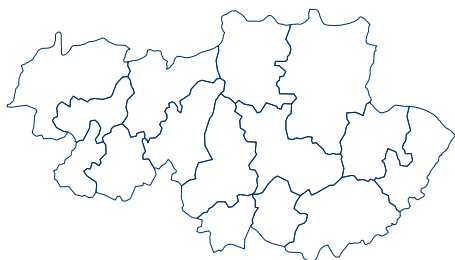


## PLATAFORMA SUPRA CONCELHIA ALTO TRÁS-OS-MONTES

**Quadro 9** – Eixos de Intervenção/Problemas Identificados pelos CLAS

ÁREAS	PROBLEMAS	EIXOS
<b>Demografia/ Envelhecimento</b>	• Isolamento sócio-geográfico dos Idosos	<b>Eixo I – Promover a qualidade de vida da população idosa e envelhecimento activo</b>
	• Insuficiência de Respostas Sociais para a População Idosa	
	• Fracos recursos financeiros da População Idosa	
	• Degradação do parque habitacional	
<b>Economia/ Empreendedorismo</b>	• Fraca iniciativa empresarial/empreendedorismo	<b>Eixo II – Qualificação, Reversão e Empreendedorismo</b>
	• Enfraquecimento do Sector Primário como actividade produtiva	
	• Inexistência de um Plano Estratégico de Marketing para o Turismo	
<b>Comportamentos Aditivos/ de Risco</b>	• Elevada incidência do consumo de substâncias ilícitas/alcoolismo na população	<b>Eixo III – Prevenção e combate aos comportamentos aditivos e/ou de risco</b>
	• Insuficiência de respostas para tratamento da toxicoddependência/alcoolismo	

Fonte: Documentos de Planeamento dos CLAS da Plataforma Supra Concelhia de Alto Trás-os-Montes

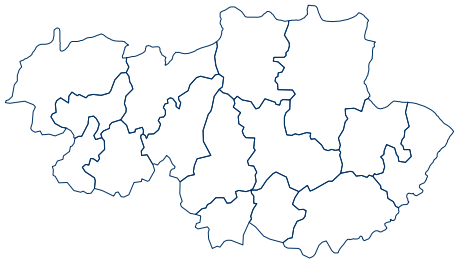


## PLATAFORMA SUPRA CONCELHIA ALTO TRÁS-OS-MONTES

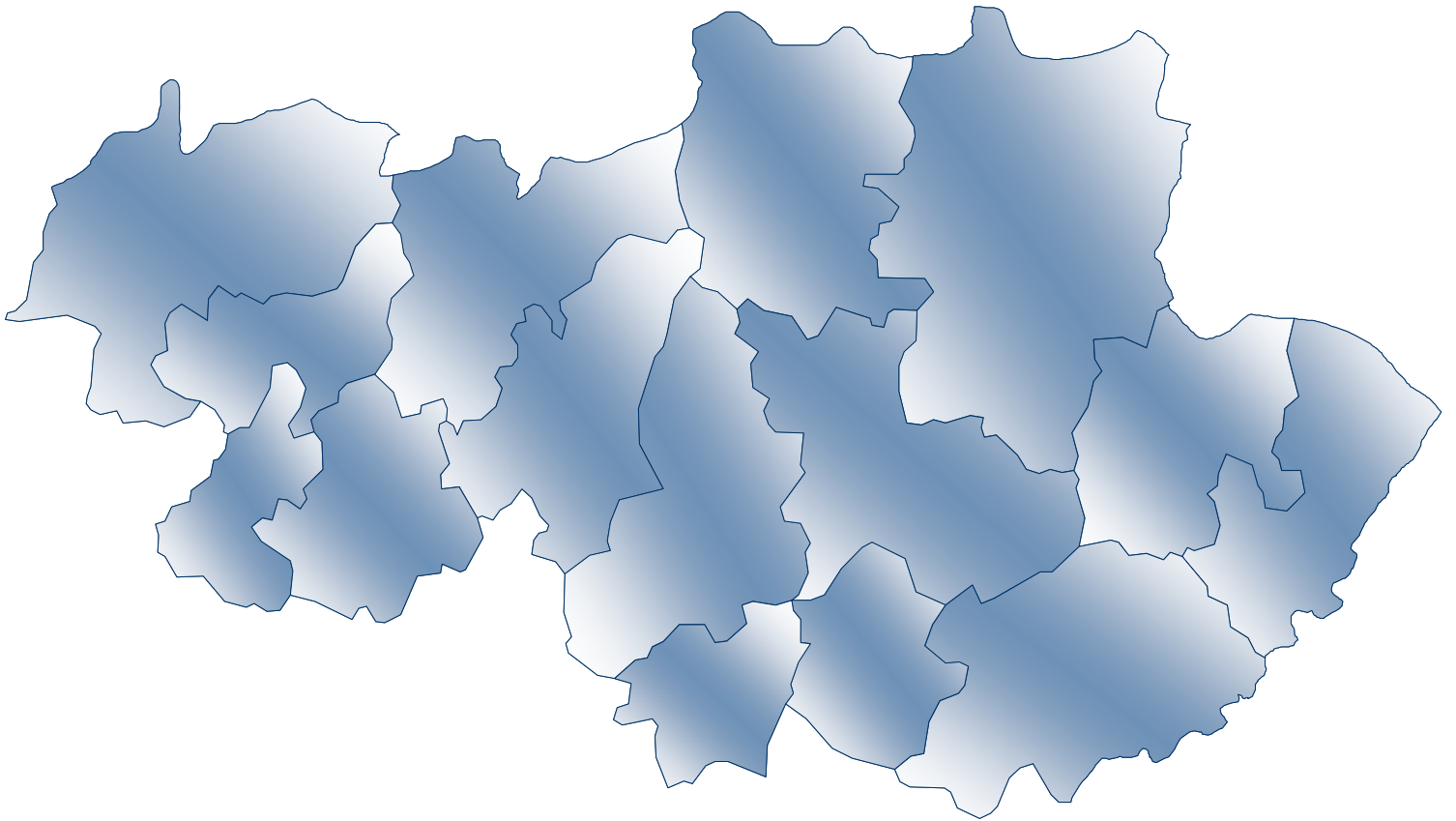
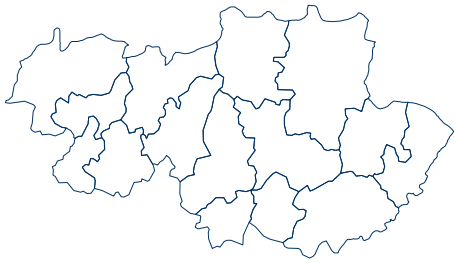
**Quadro 9** – Eixos de Intervenção/Problemas Identificados pelos CLAS

ÁREAS	PROBLEMAS	EIXOS
Família e Comunidade	<ul style="list-style-type: none"><li>Elevado grau de desresponsabilização/negligência das famílias relativamente aos seus idosos</li></ul>	Eixo IV – Apoio à Família e Comunidade
	<ul style="list-style-type: none"><li>Fraco dinamismo associativo</li></ul>	

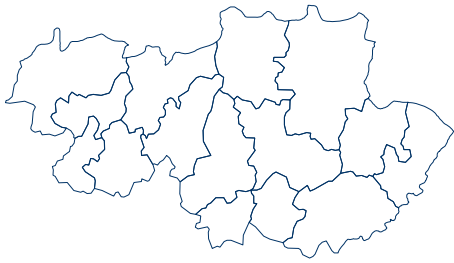
Fonte: Documentos de Planeamento dos CLAS da Plataforma Supra Concelhia de Alto Trás-os-Montes



# ANEXO



**NOMENCLATURAS E CONCEITOS DAS  
RESPOSTAS SOCIAIS**



## INFÂNCIA E JUVENTUDE

### Crianças e Jovens

#### **Centro de Actividades de Tempos Livres**

Resposta social, desenvolvida em equipamento ou serviço, que proporciona actividades de lazer a crianças e jovens a partir dos 6 anos, nos períodos disponíveis das responsabilidades escolares e de trabalho, desenvolvendo-se através de diferentes modelos de intervenção, nomeadamente acompanhamento/ inserção, prática de actividades específicas e multi-actividades.

#### **Objectivos:**

- Criar um ambiente propício ao desenvolvimento de cada criança ou jovem, por forma a ser capaz de se situar e expressar num clima de compreensão, respeito e aceitação de cada um;
- Colaborar na socialização de cada criança ou jovem, através da participação na vida em grupo;
- Favorecer a inter-relação família/escola/comunidade/estabelecimento, em ordem a uma valorização, aproveitamento e rentabilização de todos os recursos do meio;
- Proporcionar actividades integradas num projecto de animação sócio-cultural, em que as crianças possam escolher e participar voluntariamente, considerando as características dos grupos e tendo como base o maior respeito pela pessoa;
- Melhorar a situação sócio-educativa e a qualidade de vida das crianças;
- Potenciar a interacção e a inclusão social das crianças com deficiência, em risco e em exclusão social e familiar.

#### **Destinatários:**

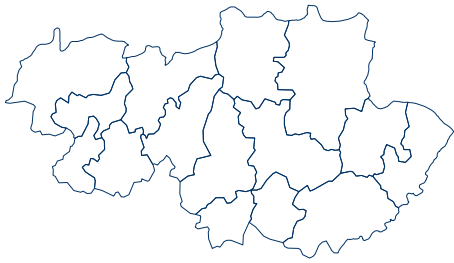
Crianças e jovens a partir dos 6 anos de idade.

#### **Creche**

Resposta social, desenvolvida em equipamento, de natureza sócio-educativa, para acolher crianças até aos três anos de idade, durante o período diário correspondente ao impedimento dos pais ou da pessoa que tenha a sua guarda de facto, vocacionado para o apoio à criança e à família.

#### **Objectivos:**

- Proporcionar o bem-estar e desenvolvimento integral das crianças num clima de segurança afectiva e física, durante o afastamento parcial do seu meio familiar através de um atendimento individualizado;
- Colaborar estreitamente com a família numa partilha de cuidados e responsabilidades em todo o processo evolutivo das crianças;
- Colaborar de forma eficaz no despiste precoce de qualquer inadaptação ou deficiência assegurando o seu encaminhamento adequado;
- Prevenir e compensar défices sociais e culturais do meio familiar.

**Destinatários:**

Crianças até aos 3 anos de idade.

**Ama**

Resposta social desenvolvida através de um serviço prestado por pessoa idónea que, por conta própria e mediante retribuição, cuida de crianças que não sejam suas parentes ou afins na linha recta ou no 2º grau da linha colateral, por um período de tempo correspondente ao trabalho ou impedimento dos pais.

**Objectivos:**

- Apoiar as famílias mediante o acolhimento de crianças, providenciando a continuidade dos cuidados a prestar;
- Manter as crianças em condições de segurança;
- Proporcionar, num ambiente familiar, as condições adequadas ao desenvolvimento integral das crianças.

**Destinatários:**

Crianças até aos 3 anos de idade.

### Crianças e Jovens com Deficiência

**Intervenção Precoce**

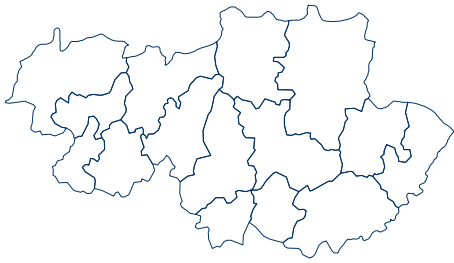
Resposta desenvolvida através de um serviço que promove o apoio integrado, centrado na criança e na família mediante acções de natureza preventiva e habilitativa, designadamente do âmbito da educação, da saúde e da acção social.

**Objectivos:**

- Assegurar condições facilitadoras do desenvolvimento global da criança com deficiência ou em risco de atraso grave de desenvolvimento;
- Potenciar a melhoria das interacções familiares;
- Reforçar as competências familiares como suporte da sua progressiva capacitação e autonomia face à problemática da deficiência.

**Destinatários:**

Crianças até aos 6 anos de idade, especialmente dos 0 aos 3 anos, com deficiência ou em risco de atraso grave de desenvolvimento



## Crianças e Jovens em Situação de Perigo

### Centro de Acolhimento Temporário

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao acolhimento urgente e temporário de crianças e jovens em perigo, de duração inferior a seis meses, com base na aplicação de medida de promoção e protecção.

#### **Objectivos:**

- Permitir a realização do diagnóstico de cada criança e jovem bem como a definição dos respectivos projectos de vida, com vista à inserção familiar e social ou a outro encaminhamento que melhor se adequa à situação em estudo;
- Assegurar alojamento temporário;
- Garantir às crianças e jovens a satisfação das suas necessidades básicas;
- Proporcionar o apoio sócio-educativo adequado à idade e características de cada criança ou jovem;
- Promover a intervenção junto da família, em articulação com as entidades e as instituições cuja acção seja indispensável à efectiva promoção dos direitos das crianças e jovens.

#### **Destinatários:**

Crianças e jovens de ambos os sexos até aos 18 anos, em situação de perigo, cuja medida de promoção e protecção determine um acolhimento de duração inferior a seis meses.

### Lar de Infância e Juventude

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao acolhimento de crianças e jovens em situação de perigo, de duração superior a 6 meses, com base na aplicação de medida de promoção e protecção.

#### **Objectivos:**

- Assegurar alojamento;
- Garantir a satisfação das necessidades básicas das crianças e jovens e promover o seu desenvolvimento global, em condições tão aproximadas quanto possível às de uma estrutura familiar;
- Assegurar os meios necessários ao seu desenvolvimento pessoal e à formação escolar e profissional, em cooperação com a família, a escola, as estruturas de formação profissional e a comunidade;
- Promover, sempre que possível, a sua integração na família e na comunidade de origem ou noutra medida em meio natural de vida, em articulação com as entidades competentes em matéria de infância e juventude e as comissões de protecção de crianças e jovens, com vista à sua gradual autonomização.

#### **Destinatários:**

Crianças e jovens de ambos os sexos, até aos 18 anos, em situação de perigo, cuja medida de promoção e protecção assim o determine.



### **Acolhimento Familiar para Crianças e Jovens**

Resposta social, desenvolvida através de um serviço, que consiste na atribuição da confiança da criança ou do jovem a uma família ou a uma pessoa singular, habilitadas para o efeito, tecnicamente enquadradas, decorrente da aplicação da medida de promoção e protecção, visando a sua integração em meio familiar.

Objectivos:

- Garantir integração em meio familiar adequado, que lhe assegure os cuidados e a atenção que a sua família não lhe pode proporcionar;
- Assegurar alojamento à criança e ao jovem;
- Garantir prestação de cuidados adequados às suas necessidades e bem-estar e ao seu desenvolvimento integral;
- Assegurar os meios necessários ao desenvolvimento pessoal e à formação escolar e profissional em cooperação com a família, a escola, as estruturas de formação profissional e a comunidade;
- Promover, sempre que possível, a integração na sua família de origem.

**Destinatários:**

Crianças e jovens, de ambos os sexos, em situação de perigo, cuja medida de promoção e protecção assim o determine.

## POPULAÇÃO ADULTA

### **Pessoas Idosas**

#### **Serviço de Apoio Domiciliário**

Resposta social, desenvolvida a partir de um equipamento, que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados, no domicílio, a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das necessidades básicas e/ou as actividades da vida diária.

**Objectivos:**

- Contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos e famílias;
- Garantir a prestação de cuidados de ordem física e apoio psicossocial a indivíduos e famílias, de modo a contribuir para seu equilíbrio e bem-estar;
- Apoiar os indivíduos e famílias na satisfação das necessidades básicas e actividades da vida diária;
- Criar condições que permitam preservar e incentivar as relações inter-familiares;
- Colaborar e/ou assegurar o acesso à prestação de cuidados de saúde;
- Contribuir para retardar ou evitar a institucionalização;
- Prevenir situações de dependência, promovendo a autonomia.

**Destinatários:**

Indivíduos e famílias, prioritariamente, pessoas idosas, pessoas com deficiência, pessoas em situação de dependência.





### **Centro de Convívio**

Resposta social, desenvolvida em equipamento, de apoio a actividades sócio-recreativas e culturais, organizadas e dinamizadas com participação activa das pessoas idosas de uma comunidade.

#### **Objectivos:**

- Prevenir a solidão e o isolamento;
- Incentivar a participação e potenciar a inclusão social;
- Fomentar as relações interpessoais e intergeracionais;
- Contribuir para retardar ou evitar a institucionalização.

#### **Destinatários:**

Pessoas residentes numa determinada comunidade, prioritariamente com 65 e mais anos.

### **Centro de Dia**

Resposta social, desenvolvida em equipamento, que presta um conjunto de serviços que contribuem para a manutenção das pessoas idosas no seu meio sócio-familiar.

#### **Objectivos:**

- Proporcionar serviços adequados à satisfação das necessidades dos utentes;
- Contribuir para a estabilização ou retardamento das consequências nefastas do envelhecimento;
- Prestar apoio psicossocial;
- Fomentar relações interpessoais e intergeracionais;
- Favorecer a permanência da pessoa idosa no seu meio habitual de vida;
- Contribuir para retardar ou evitar a institucionalização;
- Contribuir para a prevenção de situações de dependência, promovendo a autonomia.

#### **Destinatários:**

Pessoas que necessitem dos serviços prestados pelo Centro de Dia, prioritariamente pessoas com 65 e mais anos.

### **Acolhimento Familiar para Pessoas Idosas**

Resposta social que consiste em integrar, temporária ou permanentemente, em famílias consideradas idóneas, pessoas idosas quando, por ausência ou falta de condições de familiares e / ou inexistência ou insuficiência de respostas sociais, não possam permanecer no seu domicílio.

#### **Objectivos:**

- Acolher pessoas idosas (no máximo de três), que se encontrem em situação de dependência ou de perda de autonomia, vivam isoladas e sem apoio de natureza sócio-familiar e/ou em situação de insegurança;
- Garantir à pessoa acolhida um ambiente sócio-familiar e afectivo propício à satisfação das suas necessidades e ao respeito pela sua identidade, personalidade e privacidade;
- Evitar ou retardar o recurso à institucionalização.

**Destinatários:**

Pessoas com 65 e mais anos.

**Lar de Idosos**

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada a alojamento colectivo, de utilização temporária ou permanente, para pessoas idosas ou outras em situação de maior risco de perda de independência e/ ou de autonomia.

**Objectivos:**

- Acolher pessoas idosas, ou outras, cuja situação social, familiar, económica e /ou de saúde, não lhes permite permanecer no seu meio habitual de vida;
- Assegurar a prestação dos cuidados adequados à satisfação das necessidades, tendo em vista a manutenção da autonomia e independência;
- Proporcionar alojamento temporário, como forma de apoio à família;
- Criar condições que permitam preservar e incentivar a relação inter-familiar;
- Encaminhar e acompanhar as pessoas idosas para soluções adequadas à sua situação.

**Destinatários:**

Pessoas de 65 e mais anos ou de idade inferior em condições excepcionais, a considerar caso a caso.

## Pessoas Adultas com Deficiência

**Serviço de Apoio Domiciliário**

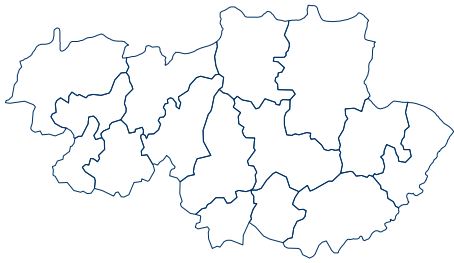
Resposta social, desenvolvida a partir de um equipamento, que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados, no domicílio, a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das necessidades básicas e/ou as actividades da vida diária.

**Objectivos:**

- Contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos e famílias;
- Garantir a prestação de cuidados de ordem física e apoio psicossocial a indivíduos e famílias, de modo a contribuir para seu equilíbrio e bem-estar;
- Apoiar os indivíduos e famílias na satisfação das necessidades básicas e actividades da vida diária;
- Criar condições que permitam preservar e incentivar as relações inter-familiares;
- Colaborar e/ou assegurar o acesso à prestação de cuidados de saúde;
- Contribuir para retardar ou evitar a institucionalização;
- Prevenir situações de dependência, promovendo a autonomia.

**Destinatários:**

Indivíduos e famílias, prioritariamente, pessoas idosas, pessoas com deficiência, pessoas em situação de dependência.



### **Centro de Actividades Ocupacionais**

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada a desenvolver actividades para jovens e adultos com deficiência grave.

#### **Objectivos:**

- Estimular e facilitar o desenvolvimento das capacidades;
- Promover estratégias de reforço de auto-estima e de autonomia pessoal e social;
- Privilegiar a interacção com a família e com a comunidade, no sentido da integração social das pessoas com deficiência;
- Promover o encaminhamento, sempre que possível, para programas adequados de integração sócio-profissional.

#### **Destinatários:**

- Pessoas com deficiência grave, com idade igual ou superior a 16 anos, cujas capacidades não permitam, temporária ou permanentemente, o exercício de uma actividade produtiva;
- Pessoas com deficiência cuja situação não se enquadre no âmbito do regime de emprego protegido, nos termos da respectiva legislação e careçam de apoios específicos.

### **Lar Residencial**

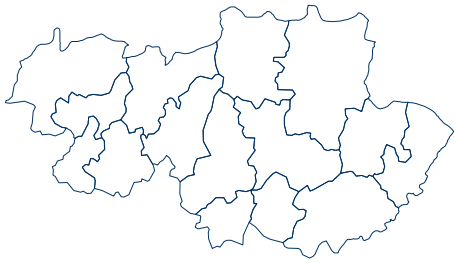
Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada a alojar jovens e adultos com deficiência, que se encontrem impedidos temporária ou definitivamente de residir no seu meio familiar.

#### **Objectivos:**

- Disponibilizar apoio residencial permanente ou temporário a jovens e adultos com deficiência;
- Garantir condições de bem-estar e qualidade de vida ajustadas às necessidades dos utentes;
- Promover estratégias de reforço da auto-estima, autonomia pessoal e social dos utentes;
- Privilegiar a interacção com a família e com a comunidade, no sentido da integração social dos utentes.

#### **Destinatários:**

- Pessoas com deficiência com idade igual ou superior a 16 anos;
- Pessoas com deficiência, com idades inferiores a 16 anos cuja situação sócio-familiar o aconselhe e se tenham esgotado as possibilidades de encaminhamento para outras respostas sociais mais adequadas.



## Pessoas em Situação de Dependência

### Serviço de Apoio Domiciliário

Resposta social, desenvolvida a partir de um equipamento, que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados, no domicílio, a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das necessidades básicas e/ou as actividades da vida diária.

#### **Objectivos:**

- Contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos e famílias;
- Garantir a prestação de cuidados de ordem física e apoio psicossocial a indivíduos e famílias, de modo a contribuir para seu equilíbrio e bem-estar;
- Apoiar os indivíduos e famílias na satisfação das necessidades básicas e actividades da vida diária;
- Criar condições que permitam preservar e incentivar as relações inter-familiares;
- Colaborar e/ou assegurar o acesso à prestação de cuidados de saúde;
- Contribuir para retardar ou evitar a institucionalização;
- Prevenir situações de dependência, promovendo a autonomia.

#### **Destinatários:**

Indivíduos e famílias, prioritariamente, pessoas idosas, pessoas com deficiência, pessoas em situação de dependência.

### Apoio Domiciliário Integrado – ADI

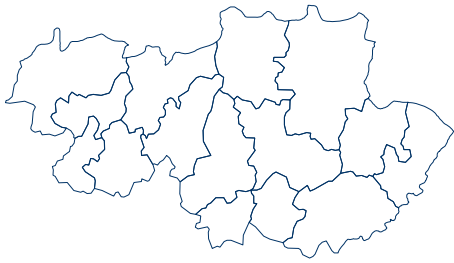
Resposta que se concretiza através de um conjunto de acções e cuidados pluridisciplinares, flexíveis, abrangentes, acessíveis e articulados, de apoio social e de saúde, a prestar no domicílio, durante vinte e quatro horas por dia e sete dias por semana.

#### **Objectivos:**

- Assegurar a prestação de cuidados de saúde e apoio social;
- Contribuir para a melhoria da qualidade de vida das pessoas e famílias;
- Garantir a prestação de cuidados de ordem física e apoio psicossocial aos indivíduos e famílias, de modo a contribuir para o seu equilíbrio e bem-estar;
- Apoiar os utentes e famílias na satisfação de necessidades básicas e actividades da vida diária;
- Contribuir para retardar ou evitar a institucionalização;
- Desenvolver actividades lúdicas, terapêuticas e ocupacionais;
- Assegurar o apoio aos familiares com pessoas em situação de dependência a seu cargo, incluindo a formação na prestação de cuidados.

#### **Destinatários:**

Pessoas em situação de dependência e suas famílias.



### **Unidade de Apoio Integrado – UAI**

Resposta, desenvolvida em equipamento, que visa prestar cuidados temporários, globais e integrados, a pessoas que, por motivo de dependência, não podem, manter-se apoiadas no seu domicílio, mas que não carecem de cuidados clínicos em internamento hospitalar.

#### **Objectivos:**

- Criar condições de autonomia às pessoas, por forma a habilitá-las a regressar ao seu domicílio ou ambiente sócio-familiar, ainda que necessitando de apoio domiciliário integrado;
- Proporcionar cuidados de convalescença a doentes crónicos, de reabilitação e formação, centrados na promoção do auto-cuidado e da satisfação das necessidades básicas;
- Assegurar actividades de animação sócio-cultural, ocupacional e actividades de vida diária, envolvendo as famílias e outros prestadores de cuidados informais;
- Contribuir para a prevenção da dependência e promoção da autonomia.

#### **Destinatários:**

Pessoas com necessidade de cuidados de saúde continuados e de apoio social, qualquer que seja a sua idade e origem.

## FAMÍLIA E COMUNIDADE

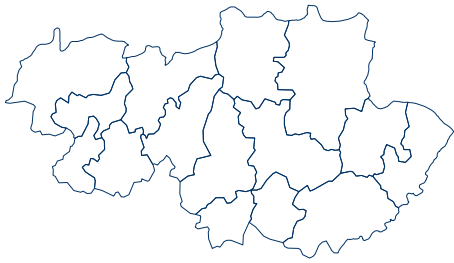
### Família e Comunidade em Geral

#### **Centro Comunitário**

Resposta social, desenvolvida em equipamento, onde se prestam serviços e desenvolvem actividades que, de uma forma articulada, tendem a constituir um pólo de animação com vista à prevenção de problemas sociais e à definição de um projecto de desenvolvimento local, colectivamente assumido.

#### **Objectivos:**

- Contribuir para a criação de condições que possibilitem aos indivíduos, o exercício pleno do seu direito de cidadania;
- Apoiar as pessoas e famílias no desempenho das suas funções e responsabilidades, reforçando a sua capacidade de integração e participação social;
- Constituir um pólo de animação gerador de dinâmicas locais;
- Fomentar a participação das pessoas, das famílias e dos grupos;
- Dinamizar e envolver os parceiros locais e fomentar a criação de novos recursos;
- Desenvolver actividades dinamizadoras da vida social e cultural da comunidade;
- Promover a inserção social de pessoas e grupos mais vulneráveis;
- Criar condições para responder às necessidades concretas da população;
- Gerar condições para a mudança.

**Destinatários:**

Pessoas e famílias de uma determinada área geográfica.

**Refeitório/Cantina Social**

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao fornecimento de refeições, em especial a indivíduos economicamente desfavorecidos, podendo integrar outras actividades, nomeadamente de higiene pessoal e tratamento de roupas.

**Objectivos:**

- Garantir alimentação a população carenciada;
- Promover a auto-estima através da prática de hábitos de higiene;
- Sinalizar/Diagnosticar situações, tendo em vista um encaminhamento.

**Destinatários:**

Pessoas/famílias economicamente desfavorecidas.

**Centro de Alojamento Temporário – CAT**

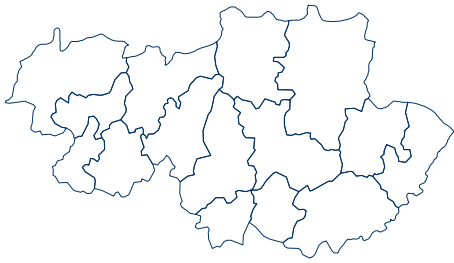
Resposta social, desenvolvida em equipamento, que visa o acolhimento, por um período de tempo limitado, de pessoas adultas em situação de carência, tendo em vista o encaminhamento para a resposta social mais adequada

**Objectivos:**

- Proporcionar alojamento temporário;
- Garantir a satisfação das necessidades básicas de sobrevivência;
- Apoiar na definição do projecto de vida.

**Destinatários:**

Pessoas adultas em situação de carência, nomeadamente população flutuante, sem-abrigo e outros grupos em situação de emergência social.



## **Pessoas Toxicodependentes**

### **Equipa de Intervenção Directa**

Resposta social desenvolvida através de um serviço constituído por unidades de intervenção junto da população toxicodependente e suas famílias e junto de comunidades afectadas por este fenómeno.

#### **Objectivos:**

- Fomentar a integração dos toxicodependentes em processos de recuperação, tratamento e reinserção social;
- Despistar situações de risco;
- Sensibilizar para a mudança de comportamentos e abandono da droga;
- Incentivar a cooperação da família, nomeadamente, através da informação, da motivação, do apoio social, do encaminhamento, no processo de recuperação e de reinserção social da pessoa toxicodependente;
- Incentivar a cooperação de elementos extra-familiares e da proximidade da pessoa toxicodependente, através da motivação e da informação no processo de recuperação e reinserção social.

#### **Destinatários:**

Pessoas toxicodependentes e suas famílias.